

# Incertezas e dólar podem ter pesado contra permanência da maior cimenteira do mundo no Brasil



A produtora de cimento LafargeHolcim decidiu deixar o país em um momento de recuperação do setor após a forte crise provocada pela recessão de 2014. Para especialistas, incertezas com relação à retomada econômica e a desvalorização do real podem ter pesado na decisão.

As vendas de cimento no país cresceram 11% em 2020, impulsionadas por pequenas reformas durante a pandemia, e iniciam 2021 com alta de 19% no primeiro trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior.

A expectativa, porém, é de desaceleração no curto prazo. Para o Snic (Sindicato Nacional da Indústria de Cimento), ao fim do ano o desempenho deve ficar entre 1% e 2% acima do ano anterior. Ainda assim, a perspectiva é que o médio prazo seja ajudado pelo programa de concessões do governo.

A decisão pela venda de ativos é parte de um reposicionamento global da empresa, que deixará alguns mer-

cados para levantar recursos para pagar dívidas. Com as incertezas fiscais e o dólar caro, o Brasil hoje tem desvantagens na comparação com outros mercados.

“Ou fica e aposta que a ociosidade vai cair e vai vender mais e ter lucro, ou vende e sai com dinheiro na mão para remunerar o acionista lá fora”, diz Victor Tâmega, especialista em infraestrutura da Rio Bravo Investimentos.

Ele avalia que a recuperação dos últimos anos e as perspectivas geradas pelas concessões de infraestrutura podem garantir à empresa um maior valor de venda. “Com essa decisão, ela está trocando fluxo de receita futura por receita imediata”, diz.

A desvalorização do real, moeda que mais perdeu valor frente ao dólar após o início da pandemia, aumenta os custos de produção no país ao mesmo tempo em que reduz o valor das transferências de lucro em moeda estrangeira para sua matriz.

Nicola Pamplona/Folhapress

## Economia

**BC aprova obrigatoriedade de bancos ofertarem Pix por agendamento**

Página - 03

**Pagamentos por aproximação quadruplicam na pandemia**

Página - 03



**Governo prevê R\$ 115 mi a mais para fiscalização ambiental e emprego da Força Nacional na Amazônia**

Página - 05



## Política

**Cortes de Doria atingem vitrines, atacam oposição e são questionados em SP**

Página - 04

## No Mundo

### EUA, Noruega, Reino Unido e empresas lançam coalizão bilionária contra desmatamento



Uma coalizão internacional formada por EUA, Reino Unido, Noruega e empresas privadas para reduzir as emissões de gases-estufa derivadas de desmatamento em nações com florestas foi lançada, na manhã desta quinta (22), durante a Cúpula do Clima organizada por Joe Biden.

A disponibilização de verbas por países desenvolvidos é um ponto caro às ambições do governo Jair Bolsonaro. A gestão brasileira tem afirmado a interlocutores no exterior ser necessário receber dinheiro de países mais ricos para conseguir frear o desmatamento crescente nos últimos anos na Amazônia, principal fonte de emissão de gases junto à pecuária- no Brasil.

Em reunião neste mês com os EUA, Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, chegou a mostrar uma ilustração na qual o Brasil é representado como um cachorro de olho em frangos assados rodando em uma máquina. Acima dos frangos, a frase “expectativa de pagamento”.

No passado recente, o Brasil conseguiu reduzir drasticamente níveis maiores de devastação da floresta com ferramentas que seguem disponíveis: monitoramento constante por satélite e ações de fiscalização.

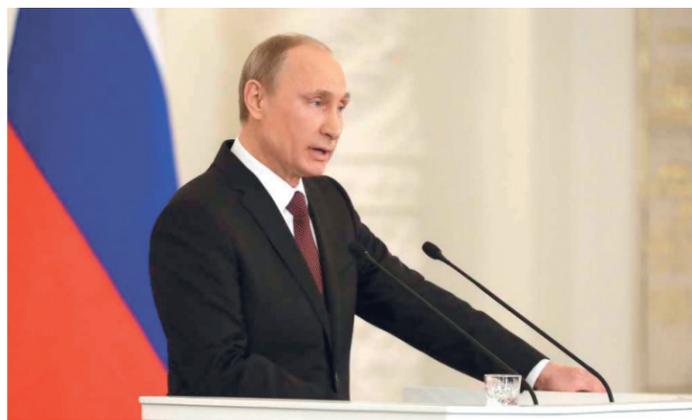
A iniciativa internacional anunciada nesta quinta, porém, não deve atender às expectativas brasileiras, ao menos de início. A Coalizão

Leaf é baseada em mecanismos de REDD+, sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, além da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal.

Assim, é preciso apresentar resultados antes de receber aportes, e o financiamento será direcionado de acordo com redução efetiva das emissões por desmatamento. A base de comparação será a média das emissões em intervalos de cinco anos e aspectos sociais, como consultas a povos indígenas, também serão levados em conta para países que se aplicarem para as verbas.

Phillippe Watanabe/Folhapress

### Rússia anuncia retirada de tropas das fronteiras com a Ucrânia



Após três semanas de concentração de tropas e exercícios militares perto das fronteiras da Ucrânia, a Rússia anunciou a volta das suas forças às bases de origem até o dia 1º de maio.

O anúncio foi feito pelo ministro da Defesa, Serguei Choigu, que supervisionou pessoalmente um último grande exercício na península da Crimeia, que foi anexada por Moscou em 2014.

Cerca de 10 mil soldados, 40 navios e diversos aviões simularam suporte a uma operação de invasão anfíbia.

Choigu não saiu sem lembrar que “a Rússia está prepa-

### Na Cúpula do Clima, Bolsonaro diz que vai duplicar recursos para fiscalização ambiental

Em discurso na Cúpula do Clima, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ter determinado a duplicação dos recursos destinados para ações de fiscalização ambiental. “Medidas de comando e controle são parte da resposta. Apesar das limitações orçamentárias do governo, determinei o fortalecimento dos órgãos ambientais, duplicando os recursos destinados às ações de fiscalização”, disse ele.

Bolsonaro esperou por mais de uma hora e meia para falar na reunião internacional organizada pelo presidente dos EUA, Joe Biden. Antes dele, numa lista elaborada pelos americanos, discursaram quase duas dezenas de líderes, entre os quais os governantes de China, Índia, Rússia, França e Argentina.

O líder americano, anfitrião do encontro, não acompanhou o discurso de Bolsonaro na sala onde os pronunciamentos são exibidos. O democrata pediu licença antes da fala do presidente argentino, Alberto Fernández, e não voltou a

tempo de assistir à participação do mandatário brasileiro.

Em seu pronunciamento, Bolsonaro destacou que o Brasil “está na vanguarda do enfrentamento do aquecimento global” e ressaltou que o país participou com menos de 1% das emissões históricas de gases poluentes. “No presente, respondemos por menos de 3% das emissões globais anuais.”

Frustrando uma das expectativas dos americanos, Bolsonaro não anunciou novas NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada, meta de descarbonização assumida no âmbito do Acordo de Paris).

Ele repetiu as metas já assumidas pelo país, de cortar emissões em 37% até 2025 e em 43% até 2030, e o compromisso assumido em carta enviada a Biden, de reduzir o desmatamento ilegal no Brasil até 2030. Em um pequeno avanço em relação ao que disse no documento ao líder americano, afirmou que o Brasil pretende alcançar a neutralidade climática até 2050, “antecipando em dez anos a sinalização anterior”.

Folhapress

rada para qualquer eventualidade”, o que seria o objetivo dos exercícios que geraram reações dos EUA e de outros integrantes da Otan (aliança militar ocidental).

Segundo a União Europeia, a maior movimentação de tropas na região desde a crise de 2014 somou até 100 mil soldados nas fronteiras ucranianas, incluindo forças na Crimeia.

Na véspera, o presidente Vladimir Putin havia ameaçado o Ocidente com “resposta simétrica, rápida e dura” caso algum país “cruzasse as linhas vermelhas” contra a Rússia.

Apesar de a duração dos exercícios, três semanas, ter

sido anunciada pelo Kremlin na semana passada, o anúncio de seu fim foi lido por analistas como um sinal de desescalada da crise com o Ocidente.

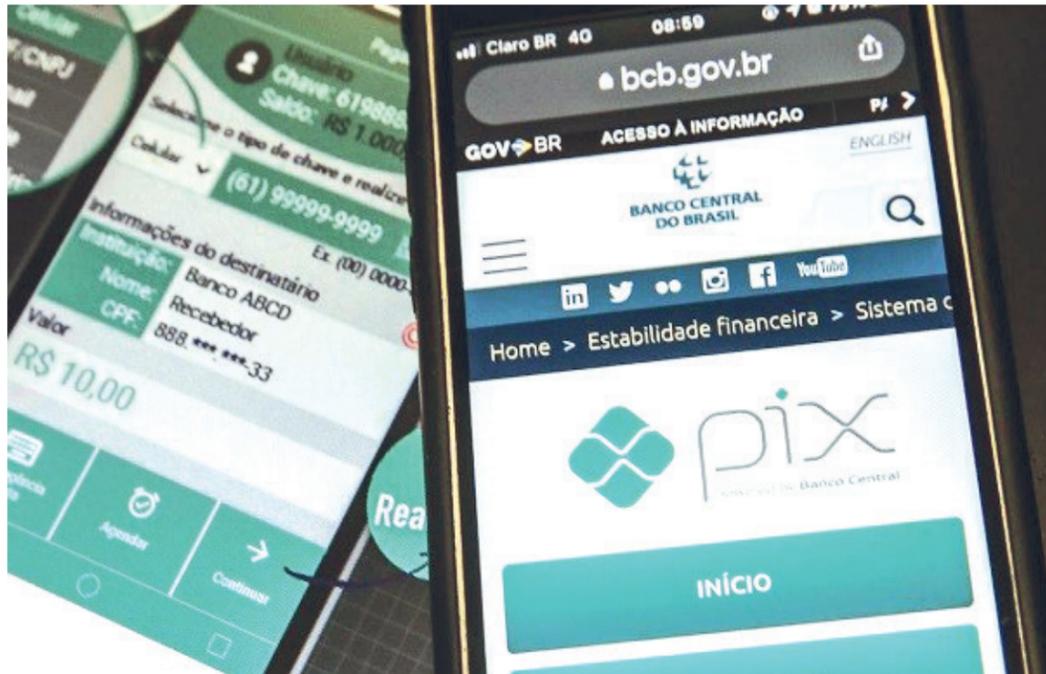
Putin aparenta querer sair por cima, evitando a tentativa de retomada por Kiev das repúblicas rebeldes do Donbass, área no leste ucraniano ocupadas desde 2014. A guerra civil e a anexação da Crimeia foram resultado da reação de Moscou à derrubada do governo pró-Kremlin no vizinho.

A disputa já matou 14 mil pessoas. As duas autoproclamadas repúblicas populares, de Donetsk e de Lugansk, são apoiadas por Moscou. Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## BC aprova obrigatoriedade de bancos ofertarem Pix por agendamento



A partir de 1º de setembro, as instituições financeiras serão obrigadas a oferecer o serviço do Pix Agendado, que é a possibilidade de o usuário pagador marcar o procedimento para uma data futura com o uso da chave Pix ou dados bancários de quem vai receber o dinheiro. A Diretoria Colegiada do Banco Central (BC) aprovou a nova alteração no Regulamento do Pix, anexo à Resolução nº 1, de 2020.

Desde o lançamento do Pix, o serviço de transferência instantânea do BC, em 16 de novembro de 2020, essa é uma funcionalidade facultativa. De acordo com o BC, o prazo de 1º de setembro é

razoável para que todas as instituições façam os ajustes necessários no sistema e interfaces (aplicativos e internet banking). Tal medida visa ampliar ainda mais a comodidade dos pagadores, garantindo que todos os usuários, independentemente da instituição em que tenham conta, possam agendar um Pix, explicou o BC, em comunicado.

As instituições bancárias também ganharam mais prazo para se adequar ao Pix Cobrança, que será lançado em 14 de maio. A ferramenta permitirá cobranças com vencimento em datas futuras por meio da geração de um QR Code.

A regra estabelece que as instituições participantes

do Pix que não conseguirem proporcionar a experiência completa de pagamento (leitura do QR Code e pagamento em data futura) no período de 14 de maio a 30 de junho, terão que, no mínimo, possibilitar a leitura e o pagamento na data da leitura do código, com todos os encargos e abatimentos calculados corretamente. De acordo com o BC, será um período transitório, que dará às instituições tempo adicional para finalizar as alterações nos sistemas.

A partir de 1º de julho, então, todos os participantes precisarão ser capazes de fazer a leitura do QR Code e também possibilitar o pagamento deste para data futura.

Andréia Verdélio/ABR

## Pagamentos por aproximação quadruplicam na pandemia



Os pagamentos sem contato quadruplicaram na pandemia e a tendência é de crescimento em 2021, diante de um maior número de cartões com a tecnologia NFC (por aproximação) no mercado.

Em janeiro, antes da pandemia do novo coronavírus, apenas 0,7% dos pagamentos por cartão, ou 22,6 milhões, eram por aproximação, segundo dados da Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços).

Durante a pandemia — quando medidas como distanciamento social e evitar o toque de mãos passaram a ser adotadas para evitar o contágio pelo novo coronavírus —, o

## Governo propõe simplificação trabalhista via decreto e entidades apontam inconstitucionalidade

O governo Jair Bolsonaro quer criar um programa permanente de simplificação da legislação trabalhista por meio de um decreto, ainda sem data para ser publicado. A versão mais recente do documento, tornada pública em janeiro, quando uma minuta foi colocada em consulta, já despertou críticas no judiciário trabalhista ao plano.

Para advogados, juízes, procuradores e auditores do trabalho, o programa extrapola os limites constitucionais para a edição de decretos regulamentares. No último dia 9, cinco entidades enviaram ofício ao secretário do Trabalho, Bruno Dalcolmo, solicitando a exclusão de 25 artigos, de maneira integral ou parcial, dos 181 incluídos na proposta.

Eles pedem a exclusão, por exemplo, de artigos que tratam da fiscalização trabalhista. Uma das mudanças

propostas no texto que circulou para consulta pública estabelece que denúncias de falta pagamento de parte do salário ou diferenças rescisórias não estão entre as hipóteses que motivam ação de inspeção do trabalho.

A consulta pública aberta pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil terminou no dia 6 de março. O prazo, que inicialmente terminaria em 19 de fevereiro, foi prorrogado após pressão das entidades, que encaminharam uma nota técnica à Secretaria Geral da Presidência da República contrária à edição do decreto.

Assinaram a nota técnica e o ofício encaminhado no início do mês Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas).

Fernanda Brigatti/Folhapress



uso dessa modalidade disparou. Em dezembro, já eram 114 milhões o total de transações em que não é preciso entregar o cartão ao vendedor nem passá-lo na maquininha, apenas aproximá-lo, ou 3,25% do total. A alta no período é de 400%.

Ao todo, em 2020 foram feitas 587 milhões de compras por aproximação, uma alta de 374% sobre 2019. O volume total movimentado foi de R\$ 41 bilhões, cinco vezes o registrado no ano anterior.

A média de cada pagamento foi de R\$ 70.

Depois de um ano de pandemia, três dos quatro maiores bancos de capital aberto no país (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e San-

tander) mostram tendência de que as transações por aproximação continuarão em alta.

No acumulado de 12 meses até março, por exemplo, o Banco do Brasil registrou avanço de quase 800% nesses pagamentos feitos com débito e de 210% no crédito. O valor transacionado também subiu 870% e 216%, respectivamente.

No banco, o ticket médio dessas compras foi de R\$ 93,47 no crédito e de R\$ 42,50 no débito. O banco também afirmou que os estabelecimentos voltados para atividades essenciais foram os que mais receberam pagamentos por aproximação.

Isabela Bolzani/Folhapress

## Política

### Cortes de Doria atingem vitrines, atacam oposição e são questionados em SP



**M**irando o Palácio do Planalto em 2022, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), acabou deteriorando sua viabilidade eleitoral com cortes que alimentaram a oposição em diversos setores da economia e ainda atingiram programas que serão vitrine em campanha.

No contexto da pandemia, Doria reduziu gastos em 2020 e aprovou na Assembleia Legislativa um pacote de ajuste fiscal que afetou o Orçamento de 2021 e, na prática, aumentou o ICMS de produtos.

As medidas impactaram setores como saúde, cultura, pesquisa e agropecuária. Doria acabou recuando em parte.

O governador também chegou a reduzir significati-

vamente a verba prevista para programas que ele anunciou como prioritários, como estradas vicinais, Baeps (Batalhões de Ações Especiais da PM), delegacias da mulher, despoluição do rio Pinheiros e combate a enchentes.

Os cortes foram justificados pelo secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo, em meados do ano passado, para evitar um rombo estimado de R\$ 10,4 bilhões no caixa do estado em 2021.

Ao fim de 2020, com ajuda de recursos da União, o estado registrou saldo positivo de R\$ 7,7 bilhões. Contrariando previsões de queda de arrecadação, receitas superaram despesas (que foram

reduzidas) mesmo no cenário da crise agravada pela pandemia. O crescimento do PIB paulista foi de 0,4% — o do país caiu 4,1%.

O resultado levantou questionamentos, na oposição a Doria e entre os setores afetados, sobre a necessidade dos cortes. Aliados do governador afirmam que o aperto foi inevitável e que dinheiro em caixa não significa falta de dificuldade financeira.

Segundo eles, sem o ajuste fiscal, São Paulo iria atrasar salários do funcionalismo, como já ocorreu em estados vizinhos. Tucanos apontam ainda que o momento para remédios amargos é agora, a mais de um ano da eleição de 2022.

Carolina Linhares/Folhapress

### Investidores estrangeiros apontam falhas em assembleia que elegeu conselho da Petrobras



**A** Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) questiona o modelo de votação na assembleia de acionistas que elegeu o novo conselho de administração da Petrobras, realizada há duas semanas.

Segundo o presidente da entidade, Fábio Coelho, o problema já foi percebido também em outras empresas, o que indica uma questão sistêmica. “[Esses investidores] participam de assembleias em dezenas de países e colocam o Brasil como mais complexo”, diz.

Na assembleia da Petrobras, o governo conseguiu ocupar sete das oito cadeiras disponíveis, contendo uma tentativa de avanço dos minoritários no colegiado. Entre os

### Supremo forma maioria para confirmar decisão que declarou Moro parcial em caso de Lula

**O** plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta quinta-feira (22) para confirmar a decisão da Segunda Turma da corte que declarou a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro na condução do processo do triplex de Guarujá, que levou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prisão por 580 dias. Sete dos 11 ministros já votaram nesse sentido, enquanto dois divergiram.

O julgamento, porém, foi suspenso por pedido de vista — mais tempo para análise — do ministro Marco Aurélio, e a sessão foi encerrada em meio a um bate-boca entre Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso.

O tribunal entendeu que o reconhecimento da incompetência territorial da Jus-

tiça Federal no Paraná e a anulação das condenações do petista não invalidaram a discussão sobre a atuação de Moro no caso.

A maioria dos ministros divergiu da posição do relator, Edson Fachin, e impôs uma derrota à Lava Jato. Ele foi seguido apenas por Barroso. Ainda faltam votar Marco Aurélio e o presidente, Luiz Fux, que devem se alinhar à corrente que ficou vencedora. O julgamento ainda não tem data para ser concluído.

Fachin ficou vencido ao defender que o habeas corpus em que a defesa do petista alegou a suspeição do ex-juiz não poderia ter sido julgado porque teria perdido o objeto após a retirada das ações de Curitiba e a ordem para os casos retornarem à fase da análise da denúncia.

Matheus Teixeira/Folhapress



eleitos pela União, está o novo presidente da companhia, o general Joaquim Silva e Luna.

O único representante eleito pelos investidores privados, o advogado Marcelo Gasparino, renunciou logo após sua posse, cumprindo promessa feita ainda durante a assembleia, para protestar contra o que chamou de “distorções” no processo.

O presidente da Amec afirmou nesta quinta (22) que recebeu nas últimas semanas “demandas de investidores estrangeiros relatando dificuldades operacionais para participação em assembleias de empresas brasileiras”.

Os investidores ouvidos pela Amec afirmam que seus votos na assembleia da Petrobras foram apenas parcial-

mente computados. Há casos em que menos de 10% dos votos teriam sido registrados, segundo a Amec.

Segundo Coelho, esses números seriam suficientes para alterar o resultado da votação. Ao anunciar a renúncia, Gasparino afirmava que o mapa consolidado de votação “não refletiu o desejo desses investidores”.

Distorções na contagem dos votos foram alvo de questionamentos de representantes dos minoritários no conselho ainda durante a assembleia. Eles chegaram a pedir que a eleição fosse suspensa, mas a proposta foi negada pelo presidente da assembleia, o advogado Francisco Costa e Silva.

Nicola Pamplona/Folhapress

## Governo prevê R\$ 115 mi a mais para fiscalização ambiental e emprego da Força Nacional na Amazônia



O governo Bolsonaro estima, segundo interlocutores, que o aumento de recursos para a fiscalização ambiental —anunciada nesta quinta (22) pelo presidente brasileiro na Cúpula do Clima— ficará em torno de R\$ 115 milhões. Os recursos devem ser utilizados, entre outras finalidades, para custear o emprego da Força Nacional nas ações de combate ao desmatamento —proposta criticada por ambientalistas.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou nesta quinta que a suplementação orçamentária será utilizada em parte para viabilizar as ações da Força Nacional. A corporação é formada por policiais militares dos estados e atualmente é comandada por Antônio Aginaldo

de Oliveira, marido da deputada bolsonarista Carla Zambelli (PSL-SP), que, por sua vez, preside a Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Em entrevista coletiva após a participação do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima, Salles afirmou que ainda não era possível determinar qual o valor do aporte ao Orçamento atual.

“O que houver de disponibilidade o presidente vai dobrar o recurso. É importante porque dá sustentação a esse pagamento que eu me referi há pouco, às equipes da Força Nacional —que podem aumentar substancialmente—, e porque se somam ao que já têm de equipes e logística de Ibama, ICMBio e Polícia Federal”, disse. “Contar com o apoio logístico das Forças Armadas na Ama-

zônia é muito importante.”

De acordo com Salles, para escalar o volume de equipes e batalhões ambientais com a Força Nacional “é preciso ter recursos adicionais, porque além das diárias e do pagamento pela logística, você tem custos bastante elevados de deslocamento”. O recurso em parte é para suprir essa ação”, complementou.

O ministro afirmou que ainda não é possível revelar valores devido às negociações entre Executivo e Congresso em torno do Orçamento. O Planalto tem até esta quinta-feira para publicar a sanção à lei orçamentária. As ações de fiscalização e prevenção a desmatamento e queimadas que constam no Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso somam R\$ 152,4 milhões.

Folhapress

## Maioria das grandes empresas não cumpre metas do clima

Menos de uma a cada quatro das maiores empresas do mundo está no caminho correto para cumprir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2050, revela um estudo publicado nesta quinta-feira.

O estudo de empresa britânica de investimentos Arabesque, que revisou 2015 a 2019 quase 700 grandes empresas cotadas na Bolsa em 14 países, incluindo Estados Unidos, Reino Unido, Japão e França, foi divulgado no dia em que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, abre uma reunião virtual sobre o clima.

De acordo com a Arabesque, 24,84% das grandes empresas cotadas na Bolsa adotaram medidas para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

As empresas europeias são as que registram os melhores resultados, especial-

mente na Suécia (50%), Alemanha (39,29%) e Finlândia (33,33%).

Reino Unido (23,08%) e Estados Unidos (23,08%) estão muito atrás, mas China (8,51%) e Austrália (4,55%) têm cenários ainda piores.

O estudo, no entanto, destaca que 15% das empresas listadas nas Bolsas dos 14 países não publicam suas emissões de gases do efeito estufa. A proporção sobe para 29% no caso do índice Hang Seng da Bolsa chinesa.

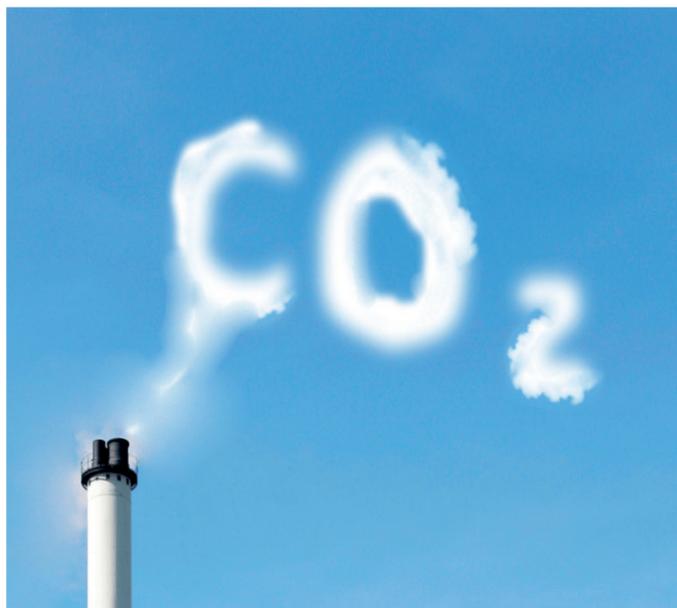
O objetivo do Acordo de Paris assinado em 2015 é limitar o aquecimento global a de 2°C, se possível a 1,5°C na comparação com a era pré-industrial.

Este último objetivo parece difícil de alcançar, mas a meta de limitar a 2 graus Celsius deve ser respeitado por 70% das grandes empresas até 2030.

IstoéDinheiro



## FMI pede “preço mínimo do carbono” para reduzir as emissões



A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, pediu nesta quinta-feira (22) que se imponha “um preço mínimo internacional ao carbono” para grandes emissores, como o grupo dos 20 países mais ricos (G20), a fim de limitar o aumento das temperaturas globais.

Georgieva fez o apelo durante uma cúpula virtual do clima organizada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que reúne 40 chefes de Estado, incluindo o presidente chinês Xi Jinping e o presidente russo Vladimir Putin.

“Mais de 60 esquemas de preços foram implementados, mas o preço global médio atualmente é de US\$2 por tonelada, e deve aumentar para US\$75 por tonelada até 2030 para reduzir as emissões de acordo com as metas do Acordo de Paris”, disse Georgieva.

A chefe do FMI se referia à meta do pacto de 2015 de manter o aquecimento global abaixo de 2 graus Celsius.

“Devido à urgência da ação, propomos um preço mínimo internacional de carbono entre os grandes emissores, como o G20. Focar em um preço mínimo de carbono

entre um pequeno grupo de grandes emissores poderia facilitar um acordo que cubra até 80% das emissões globais”, explicou.

Georgieva disse que qualquer sistema deve ser “pragmático e equitativo, com preços diferenciados para países em diferentes níveis de desenvolvimento econômico”.

Um imposto sobre o carbono combinado com um maior investimento em infraestrutura ambientalmente correta pode aumentar o PIB global em 0,7% por ano e criar milhões de empregos, disse.

IstoéDinheiro

# Publicidade Legal

**BSI Capital Securitizadora S/A** - CNPJ: 11.257.352/0001-43  
**Demonstrações Financeiras findo em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em reais)**

2 de setembro de 2009 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reavaliação dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Auditor Auditor Independente S/A foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Cordiais saudações,

**Ricardo Elson do Carmo**  
Diretor de Relações com Investidores

Balanco Patrimonial			Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital Social		Reserva Legal		Lucro	
Ativo	Nota	31.12.2020	31.12.2019	Saldo em 31 dezembro de 2018	Subscrito	(-) Capital a Integralizar	Legal	AFAC	Acumulado	Total
Ativo Circulante		420.975	1.272.688	104.000	104.000	(37.000)	10.940	24.700	336.733	439.373
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.050	2.114	-	-	-	-	-	150.819	150.819
Títulos a receber	6	164.685	162.891	-	-	-	7.540	-	(7.540)	-
Tributos a recuperar		11.112	137	-	-	-	-	-	(143.279)	(143.279)
Outros créditos	7	226.128	1.107.546	104.000	104.000	(37.000)	18.480	24.700	336.733	446.913
Ativo Não Circulante		179.659	139.727	-	-	-	-	-	168.359	168.359
Imobilizado/Intangível	8	179.659	139.727	24.700	24.700	37.000	-	(24.700)	-	37.000
Total do Ativo		600.634	1.412.415	128.700	128.700	-	25.740	-	101.825	256.265
Passivo	Nota	31.12.2020	31.12.2019	Saldo em 31 dezembro de 2018						
Passivo Circulante		344.369	925.968	104.000						
Empréstimos e Financiamentos	9	91.900	155.978	-						
Obrigações com Fornecedores	10	101.604	114.883	-						
Obrigações fiscais e tributárias		96.908	43.172	-						
Outras Obrigações	11	53.957	611.935	-						
Não Circulante		-	39.534	-						
Empréstimos a longo prazo	9	-	39.534	-						
Patrimônio líquido	12	256.265	446.913	104.000						
Capital social		128.700	104.000	104.000						
(-) Capital Social a Integralizar		-	(37.000)	-						
Reserva Legal		25.740	18.480	24.700						
AFAC		-	-	-						
Reserva de lucros		101.825	336.733	104.000						
Total do Passivo		600.634	1.412.415	128.700						
Demonstração do Resultado			Nota	31.12.2020	31.12.2019					
Receitas operacionais										
Receita de Securitização				626.120	624.117					
Receita com prestação de serviços				721.684	402.818					
(-) Deduções da receita				(75.012)	(55.809)					
Receita operacional líquida				1.272.792	971.126					
Despesas operacionais										
Despesas gerais e administrativas				(1.055.219)	(694.606)					
Total das despesas operacionais				(1.055.219)	(694.606)					
Lucro antes do Resultado Financeiro			13	217.573	276.520					
Despesas financeiras				(11.585)	(42.558)					
Receitas financeiras				4.045						
Resultado financeiro líquido			14	(11.585)	(38.513)					
Resultado antes das provisões				205.988	238.007					
(-) Provisão para contribuição social				(14.111)	(29.432)					
(-) Provisão para imposto de renda				(23.518)	(57.756)					
Lucro líquido do exercício				168.359	150.819					
Lucro líquido por ação				1.30815	1.17186					
Demonstração do resultado abrangente				31.12.2020	31.12.2019					
Resultado Líquido do Período				168.359	150.819					
Outros Resultados Abrangentes				-	-					
Resultado abrangente do período				168.359	150.819					

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1) Contexto Operacional:** A BSI Capital Securitizadora S/A, constituída em 02 de setembro de 2009, tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reavaliação dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 comparativas a 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2021. **2) RISCOS:** **2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macroeconômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combater e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos

que visavam deslucrar a totalidade da operação. Com base nos procedimentos de auditoria adotados na condução dos trabalhos e após os resultados informacionais que os testes nos deram, consideramos que as demonstrações contábeis fiduciárias da Companhia divulgadas, embora apresentadas de forma adicional às demonstrações da Companhia, conforme requerido pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e na Lei de 9.514, de 20 de novembro de 1997, foram preparadas e posteriormente divulgadas de forma correta, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado: Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**ciárias - Informação suplementar requerida por Lei e regulamento: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um dos Principais assuntos de auditoria:** A Companhia é rogada a divulgar informações contábeis e manter controle a parte, e imparcial de cada um dos patrimônios segregados por emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em que foram instituídos o regime fiduciário. Adendo, a Companhia realiza a administração dos recebíveis destes ativos, bem como os pagamentos dos CRIs e CRAs, em atenção aos desembargamentos. Diante do exposto, esse tema foi considerado uma área atenuante e de risco em nossa condução dos trabalhos devido aos inúmeros patrimônios apartados que são administrados pela Companhia, resultando em elevadas transações contábeis para confecção das demonstrações contábeis fiduciárias de cada patrimônio com o risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma incorreta nas demonstrações contábeis fiduciárias. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Na condução da realização da auditoria incluíram-se a realização de testes de lisura nos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios segregados em face da administração da Companhia, e em conjunto com o coleto dessas informações com os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Outros créditos a receber", "Valores mobiliários emitidos", "Outros passivos" e "Contas a pagar", apresentados nas demonstrações contábeis fiduciárias. Foram examinados os contratos das emissões dos certificados dos recebíveis realizados durante o exercício analítico, de forma de assegurar se os mesmos continham a cláusula que instituiu o regime fiduciário. Suplementarmente, foram examinadas as liquidações financeiras das operações por via de extratos bancários, e posteriormente comparadas aos dados contratuais pactuados de taxas de juros, índices de atualizações e prazos de recebimento pagamento com as informações apresentadas nas memórias de cálculo das contas a receber e com informações do sistema a respeito do controle a pagar, procedimentos esses

que visavam deslucrar a totalidade da operação. Com base nos procedimentos de auditoria adotados na condução dos trabalhos e após os resultados informacionais que os testes nos deram, consideramos que as demonstrações contábeis fiduciárias da Companhia divulgadas, embora apresentadas de forma adicional às demonstrações da Companhia, conforme requerido pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e na Lei de 9.514, de 20 de novembro de 1997, foram preparadas e posteriormente divulgadas de forma correta, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado: Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board

I/ASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Blumenau, 29 de março de 2021.**

**Audifactor Auditores Independentes S/S - CRC/PR 005560/O-1-T-SC**  
**Sidnei Moratelli - Sócio Responsável - Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP**  
**Juliano dos Santos Machado - Sócio - Contador - CRC/PR - 051229/O-8 "S" SP**

**Acesso Soluções de Pagamento S.A.** CNPJ nº 13.140.088/0001-99 - NIRE 35.300.469.844

**Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

O Conselho de Administração da Companhia convoca seus Acionistas para se reunirem em AGOE a ser realizada no dia 28/04/2021, às 17h30, por meio de videoconferência (conforme link a ser enviado por e-mail a cada um dos Acionistas), para a seguinte ordem do dia: (i) em sede de AGO: (1.a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes; (1.b) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; (1.c) reeleger os atuais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia; e (1.d) fixar a remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021; e (2) em sede de AGE: (2.a) alterar o Estatuto Social da Companhia para modificar a redação do caput do artigo 5º, de forma a refletir o novo capital social, tendo em vista o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, aprovado nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 24/02/2021 e 20/03/2021; e (2.b) consolidar o Estatuto Social. A documentação relativa à matéria da ordem do dia está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e, tendo em vista a situação de pandemia, a documentação em questão também poderá ser enviada por e-mail, mediante solicitação dos acionistas.

**Falconi Participações S.A.** - CNPJ/ME nº 19.494.126/0001-98 - NIRE 35.300.461.185

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, em primeira convocação, no dia 30/04/2021, às 14:00 horas, para deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020; c) Deliberar sobre a distribuição dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; d) Análise e aprovação do Relatório ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) Falconi 2020; e) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Com base em proposta previamente aprovada e recomendada pelo Comitê de Pessoas, Carreiras e Sucessões e pelo Conselho de Administração, a aprovação da entrada de novos sócios na Sociedade e também a promoção de sócios; b) Examinar proposta de investimento em start up do setor de tecnologia - *venture capital*; e c) Deliberar acerca da criação de subsidiária para novo business do setor de tecnologia e segurança desenvolvido com a Falconi Capital. A participação e a votação na Assembleia ora convocada serão realizadas mediante atuação remota, via sistema eletrônico digital, sendo que cada acionista receberá em seu e-mail cadastrado junto à Companhia as instruções e orientações específicas para sua participação e conexão no sistema, incluindo orientações a respeito da documentação necessária para permitir a participação na Assembleia. Informações adicionais e dúvidas poderão ser obtidas junto à Companhia, por meio do e-mail [juridico@falconi.com.br](mailto:juridico@falconi.com.br). São Paulo, 20/04/2021. Marcio Froes - Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

**AcessoPar Investimentos e Participações S.A.**

CNPJ nº 20.430.599/0001-00 - NIRE 35.300.466.284

**Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária**

O Conselho de Administração da Companhia convoca seus acionistas para se reunirem em AGO a ser realizada no dia 03/05/2021, às 17h30, por meio de videoconferência (conforme link a ser enviado por e-mail a cada um dos acionistas), para a seguinte ordem do dia em sede de AGO: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes; (ii) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2020; (iii) reeleger os atuais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) fixar a remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021. A documentação relativa à matéria da ordem do dia está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e, tendo em vista a situação de pandemia, a documentação em questão também poderá ser enviada por e-mail, mediante solicitação dos acionistas.

**Wattana Empreendimento e Participações S/A**

CNPJ/ME nº 30.948.437/0001-12 - NIRE 35.300.518.799

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2021**

A Assembleia Geral Extraordinária, instalada com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Alexandre do Rosário Nobre e secretariada pelo Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo, realizou-se, às 12:00 horas do dia 20/01/2021, na sede social, na Praça Gal. Gentil Falcão, 108, conjunto 132, Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araujo, São Paulo-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade: **(a) aprovar** a distribuição de dividendos da Sociedade no valor de R\$ 6.393.324,97, montante equivalente a R\$ 6,374 por ação, a ser pago até o dia 29/01/2021. Terão como base o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2020, cuja cópia, assinada pelo contador e pela Mesa, é anexada como Documento I. Os termos desta ata foram aprovados pelo acionista que a subscreve. São Paulo, 20/01/2021. **Mesa:** Alexandre do Rosário Nobre: Presidente; Renato Prouença Prudente de Toledo: Secretário. **Sócios:** Alexandre do Rosário Nobre; Renato Prouença Prudente de Toledo; Jefferson Ribeiro de Almeida; Marco Aurélio de Camillo Mattos; Mayra Sayuri Koyama e Isaias da Fonseca Quintanilha. JUCESP - Registrado sob o nº 127.960/21-1 em 03/03/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



Faça um orçamento conosco: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa

## Agribusiness Nobres S.A.

CNPJ/MF nº 17.384.527/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativo	Balanco Patrimonial		Passivo e patrimônio líquido		Receita líquida	Demonstração do Resultado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019
<b>Circulante</b>	<b>5.619</b>	<b>6.030</b>	<b>Circulante</b>	<b>43.111</b>	<b>2.341</b>	<b>2.296</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	20	6	Empréstimos e financiamentos	43.111	2.341	2.296	
Impostos a recuperar	5	5	<b>Não circulante</b>	<b>26.527</b>	(184)	(759)	
Adiantamento a fornecedores	15	-	Tributos a recolher diferido	26.527	(7)	(37)	
Empréstimos a receber	5.579	6.019	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>51.569</b>	<b>6.026</b>	<b>75.786</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>115.588</b>	<b>111.711</b>	Capital Social	30.376	(17.791)	(6.216)	
Propriedades para investimento	115.588	111.711	Reserva de lucros a realizar	49.053	2.481	6.051	
			Prejuízos acumulados	(27.860)	(9.284)	75.621	
<b>Total dos ativos</b>	<b>121.207</b>	<b>117.741</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>121.207</b>	<b>(10.836)</b>	<b>50.125</b>	
Luciano Lewandowski – Diretor			João Antunes Alencar – Contador CRC 1SP 184.571/O-3				

## REC REGIS Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 24.064.185/0001-66 NIRE 35.300.528.808

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Abril de 2021

1. **Data, Hora e Local.** Realizada no Dia 22 de Abril de 2021, às 10:00 Horas, na Sede Da Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, cj. 501, Edifício Pedro Mariz Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132. 2. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença da totalidade dos acionistas. 3. **Mesa.** Dani Albeszyc - Presidente; Rômulo Ottoni Andrade - Secretário. 4. **Ordem Do Dia.** Deliberar sobre: **A.** a aprovação da realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fiduciária ("Debêntures"), objeto de distribuição pública com estornos restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação ("Emissão"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente); **B.** a celebração (I) da "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fiduciária, para Distribuição Pública com Estornos Restritos de Distribuição, da Primeira Emissão da REC Regis Empreendimentos e Participações S.A." a ser celebrada entre a Companhia, a Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos interesses dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debiturista"), e GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, na qualidade de garantidor ("Escritura de Emissão" e "Garantidor", respectivamente); (II) do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário e GLP A Participações Ltda. ("GLP A", na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, e a Companhia, na qualidade de intervenientes anuentes ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), tendo por objeto a alienação fiduciária sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Garantidor e da GLP A ("Alienação Fiduciária de Ações"); (III) do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), tendo por objeto a constituição de cessão fiduciária, pela Companhia, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debituristas, da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de eventuais futuros aluguéis e demais encargos pecuniários, incluindo, sem limitação, multas moratórias, juros de mora, multas indenizatórias e outras penalidades, oriundos dos contratos de locação do imóvel (conforme definido abaixo) a serem eventualmente celebrados entre a Companhia, e o(s) locatário(s) do imóvel (conforme definido abaixo) ("Direitos Creditórios", e "Contratos de Locação", respectivamente) no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do primeiro Contrato de Locação pela Companhia ("Cessão Fiduciária"). Os Direitos Creditórios serão depositados em uma conta de titularidade da Companhia, não movimentável pela Companhia, junto a uma instituição financeira, na qualidade de banco depositário ("Conta Vinculada" e "Banco Depositário", respectivamente), sendo todos e quaisquer recursos depositados nessa Conta Vinculada também cedidos fiduciariamente aos Debituristas; e (IV) do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e Contrato de Cessão Fiduciária, "Contratos de Garantias Reais"), no prazo de até 6 (seis) meses contados da última data de integralização das Debêntures, automaticamente prorrogável uma única vez por igual período, por meio do qual a Companhia alienará fiduciariamente a totalidade do imóvel localizado na Cidade de Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo, atualmente registrado nas matrículas nº 844 e 63.875 do Oficial de Registro de Imóveis de Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo ("Imóvel" e "Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Imóvel, em conjunto com a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária de Ações, as "Garantias Reais"); **C.** a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, (I) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (II) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) e os Contratos de Garantias Reais; (III) contratar (a) instituições financeiras para intermediar e coordenar a Oferta Restrita; e (b) os demais prestadores de serviços para a Oferta Restrita, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures, o agente fiduciário, o assessor legal, o Banco Depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e (IV) independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, ou pela Diretoria da Companhia, aditar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), os Contratos de Garantias Reais e os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta Restrita, observados os limites aqui previstos; e **D.** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às matérias acima. 5. **Deliberações:** Após a discussão das matérias, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: **A.** Aprovar a realização da Oferta Restrita, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da competente Escritura de Emissão: (i) **Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Restrita serão utilizados para construção e reforma dos empreendimentos imobiliários objeto do Imóvel e retorno de capital de giro da Companhia. (ii) **Procedimento de Distribuição.** A Oferta Restrita será realizada com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Estornos Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fiduciária, em Série Única, da REC Regis Empreendimentos e Participações S.A." a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), observado o plano de distribuição das Debêntures a ser descrito no Contrato de Distribuição. (iii) **Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por Investidores Profissionais (conforme definidos na Escritura de Emissão) e negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da respectiva subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, excetuadas as Debêntures objeto de garantia firme de colocação pelo Coordenador Líder indicados no momento da subscrição das Debêntures, condicionado, ainda, à observância do cumprimento da Companhia, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476. (iv) **Forma e Preço de Subscrição.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo) das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definida abaixo) até a data da efetiva integralização, utilizando-se para tanto 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. (v) **Prazo de Subscrição.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma ou mais datas, em até 6 (seis) meses contados da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo) das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definida abaixo) até a data da efetiva integralização. (vi) **Forma de Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, em uma ou mais datas, e de acordo com os procedimentos da B3. (vii) **Número da Emissão.** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia. (viii) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor da Emissão"). (ix) **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 140.000 (cento e quarenta mil) Debêntures. (x) **Valor Nominal Unitário.** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"). (xi) **Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. (xii) **Forma.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cédulas ou certificados. (xiii) **Convertibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. (xiv) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Escritura de Emissão, e contarão, com garantia fiduciária prestada pela Companhia e pelo Garantidor, nos termos da Escritura de Emissão. (xv) **Garantias Reais.** As Debêntures serão garantidas pelas Garantias Reais, consistentes (a) na Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (b) na Cessão Fiduciária de Ações; (c) na Alienação Fiduciária de Imóvel, conforme descrito e caracterizado no Contrato de Cessão Fiduciária; e (d) na Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, a ser celebrado no prazo de 6 (seis) meses contados da última data de integralização das Debêntures, automaticamente prorrogável uma única vez por igual período. (xvi) **Garantia Fiduciária.** As Debêntures contarão com a garantia fiduciária do Garantidor ("Fianga") e, em conjunto com as Garantias Reais, as "Garantias". (xvii) **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 22 de abril de 2021 ("Data de Emissão"). (xviii) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), as Debêntures vencerão em 20 de março de 2026 ("Data de Vencimento"). (xix) **Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.** A amortização do saldo do Valor Nominal Unitário será realizada mensalmente, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês, a partir de 20 de abril de 2023, nos percentuais e nas datas previstas no cronograma de pagamentos constante da Escritura de Emissão. (xx) **Atualização Monetária e Remuneração.** As Debêntures serão remuneradas conforme disposições abaixo, sendo que não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão juros, desde a Data de Emissão, à remuneração equivalente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Divulgados Interfinanceiros de uma *over extra* grupo, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, de 2,35% a.a. (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração"), conforme fórmula constante da Escritura de Emissão. (xxi) **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga mensalmente, sempre no dia 20 (vinte) de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 20 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (xxii) **Repactuação.** Não haverá repactuação programada das Debêntures. (xxiii) **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando relocaladas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. (xxiv) **Oferta de Resgate Antecipado.** A Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, a ser endereçada a todos os Debituristas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debituristas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado"). (xxv) **Resgate Antecipado Facultativo.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, mediante aviso aos Debituristas, por meio de publicação, ou em comunicação individual a cada Debiturista, com cópia ao Agente Fiduciário, bem como comunicação ao escriturador, ao banco liquidante, à B3 e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da respectiva data do evento ("Data do Resgate Antecipado Facultativo" e "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo", respectivamente), promover o resgate antecipado total das Debêntures, ficando vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures objeto do resgate ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que haverá o acréscimo de prêmio *flat*, expresso em percentual indicado na Escritura de Emissão e calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"). (xxvi) **Amortização Extraordinária Facultativa.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, mediante aviso aos Debituristas, por meio de publicação, ou em comunicação individual a cada Debiturista, com cópia ao Agente Fiduciário, bem como comunicação ao escriturador, ao banco liquidante, à B3 e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 6 (seis) dias úteis da respectiva data do evento ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa" e "Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa", respectivamente), promover amortizações extraordinárias de percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"), limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa, sendo certo que haverá o acréscimo de prêmio *flat*, expresso em percentual indicado na Escritura de Emissão e calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"). (xxvii) **Vencimento Antecipado.** As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão. (xxviii) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debituristas por força da Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista na Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). **B.** Aprovar a celebração da Escritura de Emissão, bem como dos Contratos de Garantias Reais, nos termos previstos acima, em garantia do integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão. **C.** Aprovar a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, (I) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (II) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e os Contratos de Garantias Reais; (III) contratar (a) instituições financeiras para intermediar e coordenar a Oferta Restrita; e (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta Restrita, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures, o agente fiduciário, o assessor legal, o Banco Depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e (IV) independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, ou pela Diretoria da Companhia, aditar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantias Reais e os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta Restrita, observados os limites aqui previstos. **D.** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às deliberações acima. **E. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente ata, que, após reabertura da sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, na forma sumária. **A presente ata foi lavrada e assinada de forma digital. Foram impressas duplicatas físicas da ata, sendo uma mantida no livro de atas de assembleias gerais de acionistas e as demais enviadas ao registro de comércio, para os fins legais.** São Paulo, 22 de abril de 2021. Dani Albeszyc - Presidente; Rômulo Ottoni Andrade - Secretário. Acionistas: GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Albeszyc; Rômulo Ottoni Andrade), GLP A Participações Ltda. (p. Dani Albeszyc; Rômulo Ottoni Andrade).

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6517	7,6144	Peso (Uruguai) - 0,1244
Dólar (EUA) - 5,4970	Peso (Argentina) -	Yuan (China) - 0,8469
Franco (Suíça) - 5,9861	0,05907	Rublo (Rússia) - 0,07279
Iene (Japão) - 0,05082	Peso (Chile) - 0,007778	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,6035
Libra (Inglaterra) -	Peso (México) - 0,2766	

## Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 – NIRE 35.300.501.322

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em AGE, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2021, às 09h00, remotamente, via videoconferência, em atenção ao Decreto Estadual nº 64.879, de 20/03/2020, a Lei nº 14.010, de 10/06/2020, e ao atual cenário de contenção à propagação do COVID-19, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em AGE:** (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos; e (c) eleger a composição do Conselho de Administração da Companhia. **II. Em AGE:** (a) ratificar o Contrato de Empréstimo formalizado entre Companhia e Investidores em 2021; (b) aprovar o aumento do capital social da Companhia, em virtude da conversão de mútuo com emissão de ações da Companhia, conforme Contrato de Mútuo Conversível celebrado em 2020, entre Companhia e Investidores; (c) aprovar o tratamento a ser dado às ações não integralizadas; (d) aprovar a equalização das ações em tesouraria face às ações dos administradores; (e) aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital, nos termos do item "b" acima; e (f) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na AGE e Extraordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, e as orientações para o exercício do voto – que será exclusivamente – por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Senhores Acionistas poderão ser representados na AGE por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 12/04/2020. Giancarlo Arduini – Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

## Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da "Companhia" a se reunirem em AGE da Companhia, que se realizará no dia 30/04/2021, às 10:00 horas, na sede social da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, Cj. 92, Água Branca, a fim de deliberarem sobre: **1. Em AGE:** a) o Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; b) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2020; c) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021. **2. Em AGE:** a) alteração do endereço da sede social e de filiais da Companhia; b) a ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e d) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 16/04/2021. Helio de Athayde Vasone – Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

## Caravelas Negócios Imobiliários S.A. CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, a Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 28 de abril de 2021, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Fixar a remuneração global anual da administração; e **Em AGE:** (i) Deliberar sobre aumento de capital social. SP, 19/04/2021. Angela Martins Guido Rios - Presidente do Conselho de Administração

## Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. – CNPJ nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da "Companhia" a se reunirem às 15:00, no dia 30/04/2021, na sede social, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **A.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; **B.** Reeleição dos membros da Diretoria; e **C.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social: (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes. São Paulo, 16/04/2021. Leonardo Rosendo Fiuzzi – Diretor. (16, 20 e 23/04/2021)

## Facchini Participações S.A.

CNPJ nº 03.382.586/0001-94

Edital de Convocação

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO/AGE na sede da Cia. em São Paulo(SP), em 30/04/2021, às 8:30 hs. **Ordens do dia/Deliberações:** (a) Aprovação das Demonstrações Financeiras de 2020; (b) Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de dividendos; (c) Ratificação de dividendos pagos em 2020; (d) Aumento de Capital; (e) Consolidação do Estatuto Social. Rubens Facchini; Euclides Facchini Filho.

## Brooklyn Empreendimentos S/A – CNPJ/MF nº 61.364.022/0001-25

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam os Srs. acionistas convidados a se reunirem em AGE a realizar-se às 10h30 do dia 30/04/2021 na sede à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 618, conj. 01, sala 06, para deliberarem: **AGO I)** Contas dos administradores: exame, discussão e votação das demonstrações financeiras findas em 2020; **II)** Outros Assuntos de interesse da Sociedade. **AGE I)** Aprovar/Ratificar o cancelamento de 5.572.9911148 ações ordinárias de titularidade dos acionistas minoritários/fracionários, sem redução do capital social; **II)** Deliberar sobre o encerramento da filial no município de São José-SC; **III)** Deliberar sobre alterações dos artigos que tratam da administração da sociedade. São Paulo, 19/04/2021. **Diretoria** (20, 21 e 23/04/2021)

## Paraguassu Participações S.A. – CNPJ 09.477.912/0001-23.

**Edital de Convocação de Acionistas:** Ficam convocados os Srs. acionistas a participarem, sob a forma exclusivamente DIGITAL, conforme disposição da IN DREI nº 81/2020 no dia 30/04/2021, às 8:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **AGE:** a) deliberar sobre a cessão e transferência de créditos financeiros à Toriba Administração de Patrimônio S/A; b) Outros assuntos de interesse social. Informamos que, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020: (i) a Assembleia será realizada sob a forma DIGITAL, por sistema eletrônico de vídeo conferência Google Meets, dotado de segurança, transparência e confiabilidade, a qual permitirá a participação e votação dos acionistas à distância; e (ii) o convênio será gravado integralmente, cuja cópia ficará arquivada na sede da Companhia. Campinas, 19/04/2021 - **Fernando de Mello Mattos Haaland - Diretor.**

## AT&B Participações Societárias S/A – CNPJ nº 39.614.927/0001-57

Edital de Convocação de Assembleia Geral – Sociedade Anônima

Convindamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 30/04/2021 às 8h30min na sede social, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1752, conjunto 2.309, Bloco A, Cond. Casa das Caldeiras, Bairro Água Branca, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com a seguinte Ordem do Dia: **a)** tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2020; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 22/04/2021. Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 23/04/2021)

## Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/ME nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 30/04/2021, às 10h00, na sede social, na Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2020; (iii) Correção Monetária do Capital Social; (iv) Aprovação da verbal anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e (v) Outros assuntos de interesse social. SP, 16/04/2021. A Diretoria. (21, 23 e 24/04/2021)

# Publicidade Legal

**YS Holding S.A.**  
CNPJ/MF nº 40.676.193/0001-10  
**Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações realizada em 27 de novembro de 2020**

**Data, Hora, Local e Pauta de Assuntos:** Aos 27 dias do mês de novembro de 2020, às 10:00 horas, na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, sala 11, bloco 02, no bairro do Parque Residencial Aquarius, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP: 12246-870, os abaixo-assinados e adiante nomeados e qualificados reuniram-se em Assembleia Geral, conforme os termos do artigo 80 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997 ("Lei das S/A"), com o objetivo específico de deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada **YS Holding S.A.**, sociedade com sede na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, sala 11, bloco 02, no bairro do Parque Residencial Aquarius, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP: 12246-870, doravante simplesmente denominada "Companhia", com a eleição de Diretoria. **Presença:** presentes os subscritores representando a totalidade das ações da Companhia, todos considerados fundadores, nos termos do artigo 88 da Lei das S/A: (i) **Denis César Correia**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 22/04/1971, natural de Caldas/MG, portador da cédula de identidade RG nº 20.446.916-8 SSP/SP e do CPF/ME nº 103.540.518-06, residente e domiciliado no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Alameda Menotti Del Picchia nº 40, Urbanova, CEP: 12244-541, ou, doravante denominado simplesmente "DENIS"; e (ii) **Patrícia Avila Frenkel Correia**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, psicóloga, residente e domiciliada no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Alameda Menotti Del Picchia nº 40, Urbanova, CEP: 12244-541, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.288.369-4, e inscrita CPF/ME sob o nº 210.466.148-00, ou doravante simplesmente "PATRICIA". **Quórum De Instalação:** A Assembleia foi instalada, sem convocação, com a presença dos subscritores representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme lista de presença que segue como **Anexo I** à presente Ata. **Mesa:** Assim reunidos, assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Denis César Correia, que convidou a mim, Sr. Lucas Carlos Vieira, para secretária-lo. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos dos Fundadores:** Constituída a mesa, o Sr. Presidente declarou a Assembleia instalada e esclareceu que, como era do conhecimento de todos os presentes, o objetivo específico da Assembleia era o de deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "YS Holding S.A.". Em seguida, o Sr. Presidente declarou-se encontrar sobre a mesa o projeto do Estatuto Social que irá reger a sociedade, solicitando a mim, na qualidade de Secretário, que passasse à leitura daquele projeto em voz alta, para todos os presentes. Concluída a leitura do Estatuto Social, ofereceu o Sr. Presidente a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ante o silêncio dos presentes, determinei o Sr. Presidente que se desse prosseguimento aos trabalhos com a leitura dos textos do Estatuto Social e do Boletim de Subscrição das ações da sociedade em constituição. Submetidos à aprovação dos presentes, os textos do Estatuto Social e do Boletim de Subscrição foram aprovados pela totalidade dos subscritores, sem reserva e/ou ressalva. Em seguida, o Sr. Presidente sugeriu que se desse prosseguimento à Assembleia, com os atos necessários à constituição da sociedade por ações "YS HOLDING S.A.", solicitando aos presentes que firmassem o Boletim de Subscrição das ações, na medida das respectivas participações no capital da sociedade em constituição. Ficou ajustado que o capital social da sociedade seria de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal, na forma do Boletim de Subscrição. Concluída a subscrição da totalidade das ações representativas do capital social da sociedade pela assinatura do Boletim de Subscrição constante do **Anexo II** à presente Ata, ficam elas assim distribuídas entre os subscritores, nos termos do artigo 80 da Lei das S/A: (i) o acionista **Denis César Correia**, com 9.000 ações ordinárias, subscritas e integralizadas na forma do Boletim de Subscrição, em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). As ações subscritas poderão ser totalmente integralizadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias. Prosseguindo os trabalhos, pediu-me o Sr. Presidente que processasse novamente à leitura do Boletim de Subscrição e do projeto de Estatuto Social que irá reger a sociedade. Concluída a leitura, o Sr. Presidente submeteu os documentos lidos à apreciação dos presentes, facultando a palavra a quem dela quisesse fazer uso para quaisquer esclarecimentos. Não havendo qualquer manifestação dos presentes, foi colocada em votação a constituição, em definitivo, da sociedade, tendo sido ela unanimemente aprovada pela totalidade dos subscritores. Face ao resultado da votação, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída a sociedade, que será regida por seu Estatuto Social, aprovado pela unanimidade dos presentes, nos termos do **Anexo IV**. Retomando a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que competia aos Srs. Acionistas eleger os membros da Diretoria. Posta a matéria em votação e colhidos os votos, foram eleitos, pelo mandato inicial de 03 (três) anos, por unanimidade, para ocupar a Diretoria da Companhia, os Senhores: **Denis César Correia** e **Patrícia Avila Frenkel Correia**, acima qualificados, cuja declaração de desimpedimento segue como **Anexo III** à presente ata. Além disso, decidiram que todas as publicações referentes à sociedade serão feitas (a) no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em diários de grande circulação, ou (b) caso autorizado pela legislação aplicável, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituída nos termos da Portaria do Ministério da Economia nº 529, de 26 de setembro de 2019, que regulamentou o disposto no artigo 289, § 4º da Lei das Sociedades por Ações, conforme redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória nº 892, de 5 de agosto de 2019 e na página da Companhia, a ser criada na rede mundial de computadores. Não tendo havido solicitação, de qualquer dos subscritores, o Conselho Fiscal não será instalado neste exercício. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso, a qual não foi utilizada. **Encerramento:** Nada mais havendo para ser deliberado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi posteriormente lida, aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas presentes, juntamente com os membros da mesa e pelos membros da administração eleitos. O Sr. Presidente, então, declarou constituída a Companhia. Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas presentes, que a subscrevem. São José dos Campos, 27 de novembro de 2020. Assinaturas: **Mesa:** Presidente da Reunião: Denis César Correia; Secretário da Reunião: Lucas Carlos Vieira. **Anexo IV** à Ata da Assembleia Geral para Constituição da Sociedade por Ações, realizada em 27 de novembro de 2020. **YS Holding S.A. Estatuto Social: Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração:** Artigo 1º – A YS Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º – A Companhia tem por objeto (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, atuando como "holding", (ii) a compra, venda, locação, desmembramento ou loteamento de imóveis próprios e (iii) a administração de imóveis próprios. Parágrafo único: A Companhia não poderá constituir subsidiárias, salvo deliberação estabelecida neste Estatuto. Artigo 3º – A Companhia tem sua sede na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, sala 11, bloco 02, no bairro do Parque Residencial Aquarius, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP: 12246-870, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações:** Artigo 5º – O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo único – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. Artigo 6º – Os acionistas

terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III – Da Assembleia Geral:** Artigo 7º – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretária-lo. Parágrafo Terceiro – O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"). Artigo 8º – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. Artigo 9º – A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S/A e sobre as seguintes matérias, respeitando o quórum qualificado equivalente à aprovação de ações representativas de 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da Companhia: a) a declaração e/ou o pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela Companhia, incluindo juros sobre capital próprio, observado o disposto no Capítulo VII do presente Estatuto Social; b) fixação de orientações gerais dos negócios da Companhia; c) eleição e destituição dos Diretores da Companhia e fixação das respectivas atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social; d) fiscalização da gestão dos Diretores, exame, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, bem como solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; e) qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto no Parágrafo Primeiro abaixo; f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; g) previamente à celebração de todos e quaisquer contratos, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); h) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício de preferência e outras condições da emissão, observado o disposto no Parágrafo Primeiro abaixo; i) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 2º, Parágrafo Terceiro acima; j) escolher e destituir os auditores independentes; k) discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício; l) eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e m) aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da Companhia, observado o disposto no Artigo 2º, Parágrafo Terceiro acima. Parágrafo Primeiro – Salvo se houver a deliberação por unanimidade, é vedado aos Acionistas, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as ações que lhe pertencem, bem como prestá-las em caução a outras obrigações ou, de qualquer forma, onerá-las, empenhá-las ou gravá-las. Parágrafo Segundo – Havendo condomínio de ações, os direitos a ele inerentes poderão ser exercidos pelo condomínio representante ou pelo inventariante do espólio de acionista falecido ou, ainda, em caso de procedimento falimentar, extinção ou qualquer outro meio jurídico pertinente, pelo representante legal, seja ele administrador, liquidante ou síndico. Parágrafo Terceiro – Os Acionistas admitem que poderão ser criadas classes diferenciadas de Ações, bem como expressamente autorizam a instituição de usufruto sobre as ações representativas do capital social da Companhia, sendo, todavia, adotado o quórum de instalação e deliberação indicado no Parágrafo Primeiro da Cláusula 9ª retro. **Capítulo IV – Da Administração:** Artigo 10º – A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 11º – Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 12º – A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. **Capítulo V – Da Diretoria:** Artigo 13º – A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 14º – A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. Artigo 15º – A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 16º – A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) do Diretor Presidente, isoladamente; b) do outro Diretor em conjunto com o procurador; e c) de dois procuradores, em conjunto. Parágrafo Único – As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente, sendo que estabelecerá os poderes do procurador e não terão prazo de validade superior a 3 (três) anos, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais e as procurações outorgadas em caráter irrevogável e irretirável, como condição de um negócio bilateral e/ou estipulada no exclusivo interesse do mandatário no âmbito das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, nos termos do artigo 684 do Código Civil. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal:** Artigo 17º – O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em atas suas deliberações. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros:** Artigo 18º – O exercício social terá início 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 19º – Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações de que os mesmos possuírem. Parágrafo Primeiro – No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das S/A. Parágrafo Segundo – O saldo de lucros do exercício findo ou dos lucros acumulados ficará à disposição da Assembleia Geral, a qual determinará a sua distribuição no todo ou em parte. Parágrafo Terceiro – Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no *caput* poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia:** Artigo 22º – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Das Disposições Finais:** Artigo 23º – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. Artigo 24º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X – Do Foro:** Artigo 25º – A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), elegem o Foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirimir quaisquer questões relacionadas ou oriundas, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disciplinas contidas na Lei das S/A e neste Estatuto Social. Diretores: **Denis César Correia** – CPF: 103.540.518-06; **Patrícia Avila Frenkel Correia** – CPF: 210.466.148-00. Acionistas: **Denis César Correia** – CPF: 103.540.518-06; **Patrícia Avila Frenkel Correia** – CPF: 210.466.148-00. Advogado: Carlos Antônio Tamaki – OAB/SP nº 382.533. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.564.065 em 02/02/2021. Gisela Sirmiena Ceschin – Secretária Geral.

## Petróleo fecha em leve alta após quedas recentes



Os contratos futuros de petróleo fecharam em leve alta nesta quinta-feira, após quedas recentes, observando sinalizações sobre a demanda. O avanço da covid-19, especialmente na Índia, terceiro maior consumidor mundial, segue levando cautela ao mercado, assim como outros focos, como o Japão. Nos Estados Unidos, a Cúpula do Clima organizada pelo presidente Joe Biden foi alvo de atenção, com líderes globais se comprometendo em temáticas relevantes para o mercado de petróleo.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o contrato do WTI para junho fechou em alta de 0,13% (US\$ 0,08), a US\$ 61,43 o barril, enquanto na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent para o mesmo mês avançou 0,12% (US\$ 0,08), a US\$ 65,40 o barril.

O petróleo operou em baixa durante parte da sessão, pressionado também por um dólar fortalecido ante rivais. No entanto, ao final do pregão, a commodity foi impulsionada e recuperou parte das perdas sofridas nas últimas sessões.

O aumento no número de novos casos de covid-19 na Índia, onde pela primeira vez mais de 300 mil pessoas contraíram o coronavírus em 24 horas, "está gerando dúvidas sobre como a demanda se desenvolverá", aponta o Commerzbank. "O número de casos também está aumentando drasticamente no Japão, levando o governo a considerar a declaração do estado de emergência na Grande Tóquio", indica o banco alemão.

### GA Self Storage Participações S.A. – CNPJ/MF nº 21.567.390/0001-56

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)**

Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		Demonstrações dos Resultados	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>					<b>Receita Líquida</b>				
<b>Ativo circulante</b>	4.087	368	17.453	7.579	<b>Passivo circulante</b>	1.747	1.143	11.369	8.204					
Caixa e equivalentes de caixa	3.845	137	11.434	2.764	Fornecedores	40		2.866	1.455	Despesas Gerais e Administrativas	(626)	(736)	(27.041)	(25.557)
Contas a receber de clientes			1.384	887	Obrigações trabalhistas			2.974	2.399	Equivalência Patrimonial	8.734	(4.014)		
Tributos a recuperar	239	228	2.958	2.166	Obrigações tributárias	4		1.528	956	Valor justo das propriedades para investimento			6.968	(2.146)
Outros ativos circulantes	2	3	1.676	1.762	Contas a pagar Imóveis/Investimentos	1.521	1.010	1.997	1.486	Depreciação e Amortização			(660)	(421)
<b>Ativos não circulantes</b>	440.033	424.584	542.048	526.659	Outros passivos circulantes	182	133	1.016	996	Outras Despesas/Receitas Diversas	(1.422)	192	(2.520)	(524)
Investimentos em controladas	440.033	424.584			Provisão para Contingências			988	912					
Propriedade para Investimento			540.297	524.636	<b>Passivo não circulante</b>	1.220	1.220	106.980	103.445	<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	6.686	(4.558)	11.620	(286)
Imobilizado			1.750	2.020	Contas a pagar Imóveis/Investimentos	1.220	1.220	1.220	1.220	<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	104	72	(132)	(94)
Intangível			1	3	Tributos diferido			105.760	102.225	<b>Resultado antes dos impostos</b>	6.790	(4.486)	11.488	(380)
<b>Total do Ativo</b>	444.120	424.952	559.501	534.238	<b>Patrimônio líquido</b>	441.152	422.589	441.152	422.589	IRPJ e CSLL corrente		(13)	(325)	(969)
					Capital Social	409.685	397.912	409.685	397.912	IRPJ e CSLL diferido			(4.373)	(3.150)
					Reserva de Lucros	96.712	89.922	96.712	89.922	<b>Resultado Líquido dos Exercícios</b>	6.790	(4.499)	6.790	(4.499)
					Transação de Capital	(65.245)	(65.245)	(65.245)	(65.245)	<b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes</b>				
					<b>Total do Passivo</b>	444.120	424.952	559.501	534.238	<b>Resultados Abrangentes</b>				
										Lucro/(Prejuízo) Líquido dos Exercícios	6.790	(4.499)	6.790	(4.499)
										<b>Resultado Abrangente dos Exercícios</b>	6.790	(4.499)	6.790	(4.499)
										<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				
										Saldo em 31/12/2018	381.130	94.430	(65.254)	
										Aumento de capital	16.782			16.782
										Prejuízo do Exercício			(4.499)	(4.499)
										Constituição de Reserva Legal			4.508	4.508
										Retificação de erros		(4.508)		
										Retenção de lucros			9	(9)
										<b>Saldo em 31/12/2019</b>	397.912	89.922	(65.245)	
										Aumento de capital	11.773			11.773
										Lucro do Exercício			6.790	6.790
										Constituição de Reserva Legal		340		(340)
										Retenção de lucros		6.451		(6.451)
										<b>Saldo em 31/12/2020</b>	409.685	96.712	(65.245)	
										As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.				

**Associação Residencial Alphaville 1**  
CNPJ/MF nº 49.721.046/0001-99  
**Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação**

Nos termos dos Artigos 5, 6, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 do Estatuto Social, e em consonância com os demais dispositivos estatutários, ficam os senhores associados da Associação Residencial Alphaville 1 convocados para se manifestarem em Assembleia Geral Ordinária - AGO, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Eleição de candidatos para o Conselho de Administração (mandato 2021/2025 - Efetivos e 2021/2023 - Suplentes); 2) Eleição de candidatos para o Conselho Fiscal (mandato 2021/2023). A AGO será instalada no dia 03 de maio de 2021 em primeira convocação às 8:00 horas (oito horas) desde que haja presença de 242 associados. Não sendo atingido tal quórum, será instalada em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 9:00 horas (nove horas), com a presença de qualquer número de associados. A Assembleia permanecerá em aberto até às 14:00 horas do dia 17 de maio de 2021, ocasião em que serão apurados os votos, com participação aberta a todos os associados. A votação será através de voto secreto e cada um dos associados receberá uma cédula com seu número de votos (conforme artigo 15º do Estatuto Social) e a presença computada na proporção dos lotes que possuem em relação à planta original do loteamento, correspondente, no conjunto, a 1.210 associados (conforme artigo 5º do Estatuto Social), desprezadas as frações. Conforme recente AGE que aprovou alteração do Estatuto Social, os representantes legais dos associados Pessoa Jurídica poderão votar e ser votados, desde que devidamente cadastrados na Associação, na forma prevista do artigo 6º, parágrafo 2º do Estatuto Social. Barueri, 16 de abril de 2021. **Carlos José Meismith** – Presidente do Conselho de Administração.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# Publicidade Legal

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa



Acesse nosso site: **datamercantil.com.br**

### GA I Participações S.A. — CNPJ/MF nº 14.207.017/0001-29

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)					
Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Capital Social
	2020	2019	2020	2019	Reservas Lucros /Prejuízos Acumulados
<b>Ativo Circulante</b>	<b>776</b>	<b>887</b>	<b>6.281</b>	<b>5.702</b>	<b>161.402</b>
Caixa e equivalentes de caixa	42	62	3.142	2.397	26.730
Contas a receber de clientes	97	40	1.347	937	—
Tributos a recuperar	374	367	1.133	1.139	—
Partes Relacionadas	224	248	—	—	—
Outros ativos circulantes	39	170	659	1.229	—
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>175.511</b>	<b>168.491</b>	<b>212.010</b>	<b>201.718</b>	<b>161.402</b>
Investimentos em controladas	175.511	168.491	—	—	—
Propriedade para Investimento	—	—	211.471	201.082	—
Imobilizado	—	—	539	636	—
<b>Total do Ativo</b>	<b>176.287</b>	<b>169.378</b>	<b>218.291</b>	<b>207.420</b>	<b>327.834</b>
<b>Passivo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>160</b>	<b>648</b>	<b>3.366</b>	<b>3.815</b>	<b>2.020</b>
Fornecedores	136	346	687	786	2.019
Obrigações trabalhistas	—	—	625	601	—
Obrigações tributárias	4	28	932	874	—
Arrendamento Mercantil CP	—	—	770	849	—
Outros Valores a Pagar	20	274	352	705	—
<b>Passivo não circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>38.798</b>	<b>34.875</b>	<b>—</b>
Provisão para Contingências	—	—	1.462	1.268	—
Arrendamento Mercantil LP	—	—	10.520	11.369	—
Tributos diferido	—	—	26.796	22.238	—
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>176.127</b>	<b>168.730</b>	<b>176.127</b>	<b>168.730</b>	<b>—</b>
Capital Social	161.402	161.402	161.402	161.402	—
Lucros Acumulados	14.725	7.328	14.725	7.328	—
<b>Total do Passivo</b>	<b>176.287</b>	<b>169.378</b>	<b>218.291</b>	<b>207.420</b>	<b>—</b>
<b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro Líquido dos Exercícios</b>	<b>7.397</b>	<b>(19.402)</b>	<b>7.397</b>	<b>(19.402)</b>	<b>7.397</b>
<b>Resultados Abrangentes dos Exercícios</b>	<b>7.397</b>	<b>(19.402)</b>	<b>7.397</b>	<b>(19.402)</b>	<b>7.397</b>
<b>Bernardo Souza Leite e Mello</b> – Diretor Financeiro					
<b>Gláucia de Azevedo Martins Dantas</b> – Contadora CRC 1 SP-237.612/O-6					

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

### GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30 NIRE 35.300.350.120  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 22 de Abril de 2021**  
**Data, Hora e Local:** No dia 22 de abril de 2021, às 16:00 horas, na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1215, 2º andar, Jaguari, CEP 05345-000 ("Companhia"). **Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Convocação:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Luis Carlos Martinez Romero; Secretário: Paulo Fernando Chaves Jucá Rolim. **Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (I) a fixação e justificativa do preço por ação ordinária de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, compreendendo, (a) a distribuição primária de 90.187.590 novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária") e (b) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendidos indicados no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da GPS Participações e Empreendimentos S.A." ("Oferta Secundária", em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, e com estorços de colocação das Ações no exterior de acordo com isenções de registro sob o U.S. Securities Act of 1933; (II) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de 90.187.590 novas Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta Primária, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (III) a verificação da subscrição das novas Ações objeto da Oferta Primária, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia; (IV) a determinação da forma de subscrição e integralização das novas Ações; (V) a ratificação dos atos que a Diretoria já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta; e (VI) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta, e (VII) a aprovação, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (I) aprovar a fixação do preço de emissão de R\$12,00 (doze reais) por Ação objeto da Oferta Primária ("Preço por Ação"); O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") realizado junto a investidores institucionais pelo Banco Itaú BBA S.A., Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., Banco BTG Pactual S.A., Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e o Banco Morgan Stanley S.A., no Brasil, e pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., Goldman Sachs Co. LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, BTG Pactual US Capital LLC, Citigroup Global Markets, Inc. e Morgan Stanley & Co. LLC, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações; (II) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.082.251.080,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitenta e seis reais), o qual passará de R\$ 591.598.513,30 (quinhentos e noventa e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta centavos) para R\$1.673.849.593,30 (um bilhão, seiscentos e setenta e três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos), mediante a emissão de 90.187.590 (noventa milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa) novas Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia passando o capital social da Companhia a ser dividido em 667.490.790 (seiscentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e noventa) ações ordinárias; (III) aprovar a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de 90.187.590 (noventa milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa) novas Ações objeto da Oferta Primária e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão da deliberação tomada nos itens (I) e (II) acima, no montante de R\$1.082.251.080,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitenta e seis reais), mediante a emissão de 90.187.590 (noventa milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa) novas Ações; (IV) aprovar que as novas Ações deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e demais benefícios conferidos aos titulares das demais ações de emissão da Companhia, bem como direito ao recebimento de dividendos integrais e outros distribuídos pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da GPS Participações e Empreendimentos S.A.", nos termos previstos no estatuto social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado da B3, conforme vigentes; (V) ratificar os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e a listagem no Novo Mercado da B3; (VI) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta Reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar tudo o que for necessário à realização da Oferta, e, em especial dos poderes de representação da Companhia perante a CVM, a B3 e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo, sem limitação, a celebração do (a) "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da GPS Participações e Empreendimentos S.A."; (b) "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da GPS Participações e Empreendimentos S.A."; (c) "Placement Facilitation Agreement" (Contrato de Colocação Internacional); e (d) "Contrato de Prestação de Serviços da B3"; (VII) fazer o aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do seu estatuto social, para refletir o aumento do capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.673.849.593,30 (um bilhão, seiscentos e setenta e três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos) dividido em 667.490.790 (seiscentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e noventa) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Luis Carlos Martinez Romero; Secretário: Paulo Fernando Jucá Rolim. Conselheiros presentes: Carlos Nascimento Pedreira; Carlos Nascimento Pedreira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Henrique Hiroshi Muramori; Alvaro Cardoso Fernandes da Cunha; Piero Paolo Piccioni Minardi; e Bruno Alves Chamas. (conferir com o original lavrado em livro próprio). São Paulo, 22 de abril de 2021. Luis Carlos Martinez Romero - Presidente Paulo Fernando Chaves Jucá Rolim - Secretário.

### RCB Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 08.823.301/0001-27 – NIRE 35.300.341.856  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração de 15 de Janeiro de 2021**  
**Data, hora e local:** Aos 15/01/2021, às 16:30, na Praça General Gentil Falcão nº 108, conjunto 132 do Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araújo, São Paulo-SP. **Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração, ficando constatada a exigência de quórum para a realização da referida Reunião. **Convocação:** Realizada nos termos do Artigo 11, § 1º do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre: Presidente e Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo : Secretário. **Ordem do Dia:** Aprovar a proposta de distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2020. **Deliberações:** Os conselheiros presentes, por unanimidade, resolveram **Aprovar**, nos termos do artigo 25, item "I", do Estatuto Social e *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício de 2020, a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 38.000.000,00, referentes ao exercício social de 2020. Com relação ao montante total proposto para distribuição, os conselheiros decidiram: (a) **Ratificar** o pagamento correspondente ao primeiro semestre de 2020, no montante de R\$ 10.600.000,00, pagos em 30/08/2020, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05/08/2020, registrada perante a JUCESP sob nº 380.904/20-2 em 17/09/2020; (b) **Aprovar** o pagamento da distribuição de dividendos no montante de R\$ 27.400.000,00, a serem pagos pela Companhia até dia 29/01/2021, observando o percentual acionário detido por cada acionista, os quais deverão ser computados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020, tudo em conformidade com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado até 31/12/2020 levantados especialmente para este fim. **Documentos:** Os documentos pertinentes à Ordem do Dia estão arquivados na sede da Companhia e foram colocados à disposição para consulta dos membros do Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Certificamos que a presente é um extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15/01/2021. São Paulo, 15/01/2021. **Mesa:** Alexandre do Rosário Nobre: Presidente; Renato Prouença Prudente de Toledo: Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 137.407/21-0 em 11/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

### Constran Internacional Construções S.A.

CNPJ/MF nº 32.239.244/0001-18

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)					
Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	Nota	2020	2019	Nota	2020
		2020	2019		2019
<b>Ativo Circulante</b>		<b>111.193</b>	<b>115.544</b>	<b>9.586</b>	<b>9.224</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.c	255	2.906	3.954	4.441
Clientes		536	504	2.137	2.062
Créditos e valores	4	109.576	109.811	1.793	92
Despesas antecipadas		826	675	782	644
Outros créditos		—	—	1.448	1.985
<b>Não circulante</b>		<b>246.632</b>	<b>250.050</b>	<b>8.704</b>	<b>7.461</b>
Realizável a longo prazo		—	—	—	—
Despesas antecipadas		—	—	3.421	3.421
Imobilizado	5	2.091	2.088	8	6.855
Intangível	6	244.541	244.541	9	341.191
<b>Total do ativo</b>		<b>357.825</b>	<b>365.594</b>	<b>357.825</b>	<b>365.594</b>
<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>357.825</b>	<b>365.594</b>	<b>357.825</b>	<b>365.594</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>9.586</b>	<b>9.224</b>	<b>9.586</b>	<b>9.224</b>
Fornecedores		3.954	4.441	3.954	4.441
Salários, impostos e contribuições a recolher		2.137	2.062	2.137	2.062
Impostos parcelados		1.793	92	1.793	92
Provisão de férias e encargos		782	644	782	644
Conta corrente consórcio		1.448	1.985	1.448	1.985
<b>Operacionais</b>		<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>
Lucro/(Prejuízo) líquido dos exercícios		7.397	(19.402)	7.397	(19.402)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Depreciação e amortização		—	151	169	169
Equivalência patrimonial		(9.159)	18.299	—	—
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento		—	—	(8.505)	34.458
Imposto de renda e contribuição social		—	5.064	(10.595)	—
Provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa (PCLD)		—	—	1	(8)
Provisão para contingências		—	214	100	—
Outras provisões		—	—	(284)	—
<b>Decréscimo/(acréscimo) em ativos</b>		<b>(57)</b>	<b>(40)</b>	<b>(411)</b>	<b>(180)</b>
Contas a receber		(4)	(38)	6	301
Tributos a recuperar		27	(129)	—	—
Partes Relacionadas		—	—	—	—
Outros ativos circulantes		131	203	570	573
<b>Passivo não circulante</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>348.239</b>	<b>356.370</b>	<b>348.239</b>	<b>356.370</b>
Capital social		357.825	357.825	357.825	357.825
Prejuízos acumulados		(9.586)	(9.224)	(9.586)	(9.224)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>357.825</b>	<b>365.594</b>	<b>357.825</b>	<b>365.594</b>

variações monetárias incorridas, quando aplicáveis. Aos ativos realizáveis e às obrigações com vencimentos após 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são consideradas como não circulantes.

**g. Reconhecimento dos consórcios:** De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, tem seus ativos passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio. **4. Créditos e Valores:** Estão representados por ações de cobrança, de liquidação de sentença e de indenização, ocorridos em contratos com órgãos públicos, com reinvindicação de ressarcimento dos custos incorridos nos referidos contratos, amparado nas condições contratuais e na avaliação jurídica de nossos advogados.

**% taxas anuais**

	2020	2019
<b>5. Imobilizado</b>	<b>20,20</b>	<b>2,091</b>
Máquinas e equipamentos	10,20	2,091
Veículos	20	297
<b>2.091</b>	<b>2.088</b>	

**6. Intangível:** O Intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico - CAT, do período de 1969-2016, referentes a obras de aeroportos, canais e rios, corredor de ônibus, edificações e obras de arte, energia (centrais hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas), ferrovias, instalações industriais, metrópolis, pipelines (mineros, oleodutos e gasodutos), portos, rodovias (implantação, manutenção e conservação), sistemas viários (pontes, viadutos e túneis), saneamento (água e esgoto) e urbanização. A avaliação do acervo técnico foi estabelecida a partir do Valor Econômico da Empresa, pelo método do fluxo de caixa descontado. Referido estudo foi elaborado por empresa de avaliação independente que apurou o valor de R\$ 244.541,00, o qual foi utilizado para aumento de capital da Sociedade pela sua controladora Constran S.A. Construções e Comércio - Em Recuperação Judicial.

**7. Contas Corrente Consórcios:** Os saldos referem-se às operações com consórcios os quais a Companhia participa, e são relativos a aportes e devoluções de recursos, locação de equipamentos e reembolso de despesas. Em 31/12/2020 participava com 50% no Consórcio Lapa Piratuba para construção de viaduto ligando os bairros da Lapa à Piratuba sobre o Rio Tietê, na cidade de São Paulo. **8. Partes Relacionadas:** Representados por contratos de mútuo entre empresas do grupo, mantido o registro pelo valor de custo, sem atualização monetária e prazo de vencimento. **9. Patrimônio Líquido:** O Capital Social é de R\$ 356.429, representado por 356.429 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

**10. Receita Operacional Líquida**

	2020	2019
Receita operacional líquida	6.745	8.306
Impostos incidentes	(438)	(615)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.307</b>	<b>7.691</b>
<b>11. Demonstração do Resultado por Natureza</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Custo das vendas e dos serviços prestados	10.259	12.440
Despesas administrativas	3.688	2.733
<b>Total</b>	<b>13.947</b>	<b>15.173</b>
<b>2020</b>	<b>2019</b>	
Despesas com pessoal	6.799	5.834
Custos com material de aplicação e venda	966	2.675
Custos dos serviços de terceiros e subempreiteira	3.825	5.671
Outros custos e despesas	2.396	992
Encargos de depreciação	1	1
<b>Total</b>	<b>13.987</b>	<b>15.173</b>

**12. Cobertura de Seguros (não auditados):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos

## Dólar acelera queda com fluxo comercial e desmonte por apostas em reformas

O dólar renovou mínima a R\$ 5,4807 (-1,26%) no mercado à vista há pouco, em meio a vendas de exportadores, após a desaceleração da queda aos R\$ 5,50 mais cedo, e com um movimento de desmonte de posições defensivas, uma vez que os participantes do mercado já precificam a sanção do orçamento deste ano e agora devem focar na re-

tomada da agenda de reformas pelo Congresso, afirma Jefferson Rugik, diretor da corretora Correpart. O dólar futuro para maio recuou até R\$ 5,4825 (-1,57%).

IstoÉDinheiro

**Falconi Consultores S.A.**

CNPJ/MF nº 05.485.279/0001-64  
Relatório de Administração 2020

O ano de 2020 foi desafiador. Todas as organizações foram surpreendidas com o impacto da pandemia do Coronavírus no Brasil e no mundo. Reagindo ao cenário incerto, a Falconi fez todo o seu orçamento e iniciativas planejadas cerca de 3 semanas após a declaração da pandemia pela OMS. Um novo plano estratégico para o período 2020-2024 havia sido aprovado pouco antes de declarada a pandemia com o intuito de acelerar a transformação da companhia e atingir expressivo crescimento no período. Foi necessário desacelerar algumas iniciativas e postergar alguns investimentos. Construímos cenários que, a partir de premissas internas atingidas em períodos anteriores de crise, nos assegurassem liquidez e a sobrevivência do negócio. Como a atividade de consultoria tem forte ligação com a economia, previmos redução de demanda e adotamos o trabalho essencialmente por home office. As vendas apresentaram queda no segundo trimestre e mesmo projetos em andamento sofreram alongamento ou mesmo cancelamento. Isso resultou em uma redução em vendas e receitas da ordem de 13% no ano. Fizemos uma gestão financeira fortemente conservadora, com a adoção de medidas duras, a fim de preservar o caixa, o que nos permitiu retornar ao plano estratégico e investimentos em 2021. Adotamos a redução de jornada por 3 meses com consequente redução de salários, além do desligamento forçado de cerca de 4% da força de trabalho para adequação

do quadro disponível, tanto no time de consultores, quanto em áreas de apoio ao negócio. Isso, juntamente com a redução de despesas logísticas nos permitiu uma redução de custos da ordem de 9% anual. Em relação aos investimentos, apenas produtos cujos desenvolvimentos já estivessem em fase de pilotos foram mantidos, tal como o Spot, novos desenvolvimentos foram postergados. Como resultado, encerramos o ano de 2020 com o maior caixa dos últimos anos. Mesmo com essa diretriz de preservação de caixa, não paralisamos investimentos em novos negócios e isso permitiu o lançamento de uma solução específica para médias empresas (MID) e prover recursos para a Falconi Participações investir na FRST (Falconi Road of Skill and Talents), lançada em abril/2020. Por meio de parcerias com empresas do nosso ecossistema, foi possível criar e lançar um novo produto com inteligência artificial embarcada, o Cycle. A disponibilidade de recursos foi utilizada também para a produção de novos conteúdos, soluções e pesquisas, que foram lançadas em 2020, como a Gestão de Crises e Responsabilidade Social Corporativa (cujas bases serão incorporadas na solução ESG). Aproveitamos o momento também para reestruturar nossa área de Analytics, incorporando competências de inteligência artificial, que será insuado para a geração de novos produtos e negócios, dentro de nossa ambição de nos tornarmos a maior empresa brasileira de

Inteligência Artificial. Um de nossos maiores desafios de 2020 foi a gestão de pessoas. Priorizamos a segurança física de nossos colaboradores, com a instalação de um Comitê de Monitoramento de Riscos, multifuncional, que nos auxiliou na criação de protocolos de cuidados, acompanhamento de suspeitas e casos de contaminação e publicação de boletins diários. Atendendo às recomendações de distanciamento social, realizamos pela primeira vez nosso Encontro Anual em formato digital. Este é um momento importante de alinhamento cultural, de compartilhamento da estratégia, do reconhecimento e celebração. Implantamos um programa de cuidados com a Saúde, com ações e benefícios concedidos para Ergonomia e Saúde Mental. Para vencermos a incerteza, contamos com o forte apoio de nosso time. Para fortalecer, honramos o pagamento do PLR 2019 que estava previsto e asseguramos ao time que os desligamentos de readequação de quadro de pessoal haviam sido feitos em uma só ocorrência e encerrados a partir de abril/2020. Intensificamos também a comunicação transparente, realizando "Espaços Líder" e "Espaços Time" mensais, em lugar da frequência anterior bimestral, além da reorganização do nosso boletim semanal de comunicação interna "Falconi 360". Terminamos o ano com uma taxa de desligamento cerca de 30% abaixo de 2019 e com crescimento do nosso engajamento em 5 p.p. pela amostra da pesquisa de clima organizacional.

Nal. Na perspectiva externa, a nota da Falconi no Glassdoor subiu de 3,6 (abril de 2019) para 4,10 (novembro de 2020) – em uma escala de 0 a 5. Encerramos o ano de 2020 com Lucro Líquido em linha com 2019, apesar da queda de receita, preparados para a forte retomada de nosso plano estratégico, cujo crescimento esperado será retardado em um ano devido às medidas que se fizeram necessárias por conta da pandemia. Ainda no último bimestre voltamos a acelerar nossas iniciativas de transformação, dando início a projetos estruturantes, como reestruturação do nosso plano de carreira e remuneração, para melhor adequação à estratégia, projeto de aprimoramento da cultura, construção da plataforma de auto-machine learning e do data lake. Todos os novos produtos incorporam como premissa tecnologia analítica avançada e mantêm alinhamento com os conceitos ESG.

**Agradecimentos:** A Administração da Falconi agradece ao Conselho de Administração, os acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança, em especial, a todos os seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca pelos resultados.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

**Diretoria Executiva**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2019
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.221	7.691	60.348
Títulos e valores mobiliários	6	35.514	54.422	36.584
Contas a receber de clientes	7	68.483	70.258	77.465
Tributos a recuperar	8	13.824	24.354	15.988
Outros ativos	9	5.659	4.271	5.552
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>153.701</b>	<b>160.996</b>	<b>195.937</b>
<b>Não circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários	6	6.651	—	6.651
IRPJ e CSLL diferidos	25.b	17.152	17.056	17.338
Depósitos judiciais	15	4.149	6.678	4.149
Tributos a recuperar	8	8.315	—	8.315
Outros ativos	9	65	65	65
Investimentos	11	32.607	25.856	—
Imobilizado	12	3.794	5.353	3.817
Intangível	13	19.662	20.453	20.862
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>92.395</b>	<b>75.461</b>	<b>61.197</b>

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2019
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores		7.002	6.682	7.211
Arrendamento mercantil	14	1.722	1.483	1.722
Salários e encargos sociais		18.784	16.751	19.233
IRPJ e CSLL	25.c	15.323	3.301	25.226
Tributos a pagar		4.060	7.284	4.311
Participação de empregados	26.e	399	6.693	399
Obrigações societárias	16	—	—	—
Outros passivos	17	867	623	1.093
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>48.157</b>	<b>42.817</b>	<b>59.195</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Arrendamento mercantil	14	2.454	3.606	2.454
Provisões para contingências	15	6.953	9.213	6.953
Obrigações societárias	16	11.815	9.039	11.815
Outros passivos	17	840	1.200	840
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>22.062</b>	<b>23.058</b>	<b>23.058</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		81.134	74.443	81.134
Reservas de capital		26.363	26.363	26.363
Reservas de lucros		118.718	120.393	118.718
(-) Ações em tesouraria		(56.535)	(56.535)	(56.535)
Resultado abrangente		6.197	5.918	6.197
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>175.877</b>	<b>170.582</b>	<b>175.877</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>246.096</b>	<b>236.457</b>	<b>257.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

	Reserva de capital		Reserva para investimento		Reserva legal	Reserva de capital e de giro	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Agio na venda de	Capital social	ações em subscrição	ações em subscrição								Outros resultados abrangentes
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		74.443	9.660	16.703	5.315	39.414	41.180	(56.535)	—	5.001	135.181	
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	45.884	—	45.884	
Retenção de lucros		—	—	—	—	—	—	—	(45.884)	—	(45.884)	
Distribuição de Dividendos		—	—	—	—	—	—	—	(6.409)	—	(6.409)	
Dividendos antecipados pelo Conselho de Administração		—	—	—	—	—	—	—	(4.991)	—	(4.991)	
Ajuste acumulado de conversão		—	—	—	—	—	—	—	—	917	917	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		74.443	9.660	16.703	5.315	39.414	75.664	(56.535)	—	5.918	170.582	
Distribuição de Dividendos conforme AGO 30.06.20		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(6.480)	
Distribuição de dividendos adicionais AGO 30.06.20		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(25.611)	
Constituição de reserva conforme AGO 30.06.20		—	—	—	—	2.113	(2.113)	—	—	—	—	
Dividendos antecipados pelo Conselho de Administração		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(7.386)	
Integralização de Capital		6.691	—	—	—	—	—	—	—	—	6.691	
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	44.493	—	44.493	
Retenção de lucros		—	—	—	—	—	—	—	(44.493)	—	(44.493)	
Ajuste acumulado de conversão		—	—	—	—	—	—	—	—	279	279	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		81.134	9.660	16.703	5.315	41.527	71.876	(56.535)	—	6.197	175.877	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto Operacional – 1.1. Contexto Empresarial:** A FALCONI Consultores de Resultado S.A. ("Companhia" ou "FALCONI") tem como atividade a prestação de serviços de consultoria de gestão, treinamento em gestão, a prestação de serviços de customização de software e a participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresariais, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia, constituída em 18 de dezembro de 2002 como instituição de direito privado, transformou-se em março de 2006 em uma sociedade anônima de capital fechado, e encontra-se estabelecida na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1327 – 17º andar – Itaim Bibi, São Paulo-SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 abrangem a Companhia e suas subsidiárias (ou "controladas"), conjuntamente referidas como "Grupo". **Sucesso operacional das entidades controladas:** Percentual de investimento em controladas:

Controladas	País	% de investimento
INDG Edição e Comércio de Livros EIRELI	Brasil	100%
FALCONI Consultants for Results Corp.	EUA	100%
FALCONI Consultores de Resultado, Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable	México	100%

A subsidiária INDG Edição e Comércio de Livros EIRELI ("FALCONI Editora"), estabelecida em Belo Horizonte/MG, atua na edição, publicação e comercialização de livros, apostilas, boletins e vídeo-cursos. A FALCONI Consultants for Results Corp. ("FALCONI EUA"), encontra-se sediada na Florida – Estados Unidos, e tem como atividade principal a prestação de serviços de consultoria voltados para o campo da tecnologia da gestão e de treinamento em gestão, podendo participar no capital de outras sociedades. A FALCONI Consultores de Resultado, Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable, ("FALCONI México"), encontra-se localizada na Cidade do México – México, e apresenta como objeto social a prestação de serviços de consultoria de gestão, que contempla treinamentos de gestão e atividades voltadas para a área de tecnologia da informação, bem como participação no capital social de outras sociedades. **1.2. Contexto Pandemia:** A Covid-19, uma doença infecciosa causada por um novo vírus, foi declarada pandemia mundial pela OMS em 11/03/2020. As medidas para retardar a disseminação da Covid-19 tiveram um impacto significativo na economia global. Dado o cenário a Companhia iniciou seus trabalhos de forma remota desde 16/03/2020, além de optar pela redução de jornada em três meses de 2020, como forma de redução de gastos pelo cenário incerto que estávamos vivendo. Os trabalhos se mantêm sendo feitos de forma remota, por tempo indeterminado como medida de segurança para os colaboradores e a população. Essa forma de trabalho não teve impacto significativo, uma vez que se tratam de prestações de serviços executados de forma tecnológica. A administração entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. A Administração segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras incluem: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com essas mesmas práticas, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FALCONI foram autorizadas para emissão pela diretoria em 30/04/2021. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Para as entidades localizadas no exterior, durante o período de estru-

turação operacional e societária compreendido entre a data de abertura da controlada e 31/12/2020, a Companhia adotou como moeda funcional de cada controlada a moeda de cada país convertendo seus demonstrativos para a moeda de apresentação da seguinte forma: (i) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. (ii) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço, exceto pelos ativos e passivos não monetários, que são convertidos pela taxa do dia da transação. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O país de origem e a moeda funcional das controladas no exterior são apresentados a seguir:

Companhia/Companhia	Localidade	Moeda
FALCONI Consultants for Results Corp.	Estados Unidos	Dólar
FALCONI Consultores de Resultado Sociedad	México	Mexicano
Sociedad de Responsabilidad Limitada de capital variable	México	Mexicano

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Contudo, a Administração acredita que estes julgamentos realizados, estimativas e premissas são consistentes com exercícios anteriores e não incorrem em riscos ou ajustes materiais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As premissas e estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas Explicativas nºs 3.5 e 6 – Contas a receber de clientes: Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa; • Notas Explicativas nºs 3.8 e 11 – Imobilizado: Depreciação, definição das vidas úteis e valores residuais; • Notas Explicativas nºs 3.9 e 12 – Intangível: recuperabilidade dos custos de desenvolvimento de ativos e projeção de fluxo de caixa descontado para teste de recuperabilidade de ágio por rentabilidade futura; • Notas Explicativas nºs 3.11 e 14 – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Notas Explicativas nºs 3.14a e 18 – Reconhecimento de receita, que utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) e requer, portanto, que a Companhia estime o percentual de custos incorridos até a data-base do balanço como uma proporção do valor total dos projetos concluídos; • Notas Explicativas nºs 3.12 (ii) e 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados. **b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Essas avaliações são realizadas anualmente e, em 31/12/2020, a administração da Companhia não encontrou evidências de que seus ativos e passivos pudessem ter sofrido desvalorização em relação aos valores de mercado. **3. Mudança das principais políticas contábeis – Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** Em 2020 entrou em vigência as alterações no CPC 06 (R2) que concede benefícios relacionados à Covid-19 para os Arrendatários em contratos de Arrendamento. A Falconi obteve o benefício de postergação de parcelas de um dos contratos de arrendamentos dos notebooks sem cobrança adicional por parte do arrendador, também na postergação das parcelas do contrato de aluguel de São Paulo com cobrança de juros adicional e além disso o desconto de condomínio da Sede de São Paulo. Além disso a Companhia decidiu prorrogar um contrato de arrendamento de notebooks com a IBM por mais seis meses a contar de agosto de 2020, com isso houve a necessidade de remensuração do contrato de arrendamento, sendo ajustada a depreciação acelerada e juros do contrato. **4. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Companhia e suas controladas. 4.1. Base de consolidação: Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas

Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2019
<b>Operações</b>				
Receita líquida de vendas	19	228.131	290.821	261.509
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	(140.662)	(164.699)	(146.166)
<b>Lucro bruto</b>		<b>87.469</b>	<b>126.122</b>	<b>115.343</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>				
Despesas comerciais	21	(253)	(5.786)	(300)
Despesas gerais e administrativas	22	(50.412)	(57.291)	(54.461)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	2.313	748	1.473
Resultado em participação societária (MEP)	11	17.622	3.895	—
Lucro operacional		<b>56.739</b>	<b>67.688</b>	<b>62.055</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras	24	(4.611)	(1.864)	(4.648)
Receitas financeiras	24	4.486	4.345	4.531
Variações cambiais	24	11.260	(1.377)	10.976
Lucro antes do IRPJ e CSLL		<b>67.874</b>	<b>68.792</b>	<b>72.914</b>
IRPJ e CSLL				
Corrente	25.a	(23.477)	(22.608)	(28.573)
Diferido	25.b	96	(300)	152
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL</b>		<b>(23.381)</b>	<b>(22.908)</b>	<b>(28.421)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>44.493</b>	<b>45.884</b>	<b>44.493</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Resultado do exercício</b>	44.493	45.884
Ajuste acumulado de conversão	279	917
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>44.772</b>	<b>46.801</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. **Perda de controle:** Quando a investidora perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **4.2. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **4.3. Instrumentos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contista a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR – Valor Justo pelo Resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contista a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – Instrumento de dívida; ao VJORA – Instrumento patrimonial; ou ao VJR – Valor Justo pelo Resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR – Valor Justo pelo Resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros – avaliação do**

... continuação

inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece como perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa conforme critério mencionado na Nota Explicativa nº 6.4.7. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que não estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **4.8. Investimentos:** Os investimentos adquiridos são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, e sofrerão oscilações positivas ou negativas com base no patrimônio líquido da investida controlada na aquisição ou subscrição do investimento. O investimento em controladas está avaliado pelo método da equivalência patrimonial na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido da investida e considera a adoção das mesmas práticas contábeis da investidora. **4.9. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Aeronave	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	05 anos
Beneficiárias em imóveis de terceiros	25 anos
Equipamentos arrendados	05 anos

**4.10. Ativos Intangíveis e Ágio:** Licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de desenvolvimento dos Ativos desenvolvidos internamente – concluídos	05 anos
Custo de Arrendamentos de contratos de aluguel	05 anos

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **4.11. Contas a pagar e fornecedores:** As contas a pagar e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **4.12. Provisões:** De acordo com o CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação, (iii) e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável feito caso a caso sendo avaliado o risco pela administração e os seus assessores jurídicos. Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como (i) obrigações possíveis que resultem de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estão sob o controle da Companhia e (ii) obrigações presentes que resultam de eventos passados, mas não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida e o montante da obrigação não poder ser medido com suficiente confiabilidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos uma vez que podem se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. A Companhia divulga um ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação gerada no evento, seja por imposição legal ou pelo fato do evento criar expectativas válidas em terceiros. **Provisões trabalhistas:** As provisões para férias e 13º salário e encargos sociais compreendem valores apurados por ocasião do efetivo direito ao recebimento ou pela rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **Provisões judiciais:** As provisões judiciais correspondem a valores de obrigações presentes que são resultantes de eventos passados e que através de análise de risco da administração e de Assessores jurídicos externos e internos são mensurados em estimativas confiáveis onde são avaliados os riscos para a cobertura de decisões desfavoráveis a Companhia. **4.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício quando aplicáveis. **i) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o tributo corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas aplicações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **ii) Tributos diferidos:** a) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo, somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias

possam ser usadas, e no passivo em função das diferenças temporárias apuradas entre o regime adotado fiscalmente e o regime de competência contábil são registrados no passivo não circulante, conforme projeção de sua realização e ou liquidação. **4.14. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. As contribuições relativas a benefícios de previdência privada são na modalidade de contribuição definida e reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. A Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais após o desligamento do empregado. A Companhia reconhece a participação de empregados no resultado, em função de metas divulgadas a seus colaboradores. O passivo correspondente a essa obrigação é reconhecido pelo montante esperado a ser pago. Portanto no fim do exercício devido ao atingimento de metas propostas alcançadas, foram pagos para os colaboradores um bônus de 95% sobre o salário base, como reconhecimento do esforço e cumprimento da meta, mesmo em um cenário atípico. **4.15. Receita:** Conforme CPC 47, cinco etapas devem ser atendidas para reconhecimento da receita: (1) Identificação do contrato; (2) Identificação das obrigações de desempenho; (3) Determinação do preço da transação; (4) Alocação do preço da transação a obrigação de desempenho e; (5) Reconhecimento da receita. As vendas da Falconi são realizadas através de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes onde é possível a identificação dos direitos de cada uma das partes em relação aos serviços que estão sendo transferidos; os contratos possuem substância comercial e é no início deles onde são definidas as obrigações de desempenho já que em cada um é descrita a necessidade individual dos clientes sendo acompanhado caso a caso a execução das obrigações. A elaboração dos preços dos contratos é realizada caso a caso analisando as necessidades dos clientes, são definidos escopos de atuação, o tempo dos projetos, a quantidade de horas a serem trabalhadas, bem como o perfil dos profissionais que realizarão os projetos. Na maioria dos contratos, os valores dos preços das transações são fixos havendo a parte variável de "Sucess Fee", que é devidamente destacada no contrato com a informação de seus valores e marcos de atingimento de metas para serem realizados os faturamentos. Somente após a aprovação formal do cliente o valor variável é faturado e a receita reconhecida. A alocação do preço da transação consiste em que a entidade aloque o preço a cada obrigação de desempenho pelo valor da contraprestação. Cada obrigação de desempenho possui uma frente de serviço com o detalhamento do esforço necessário para realizar o projeto. A entidade possui o direito ao reconhecimento da receita ao longo do tempo via cláusula de "direito executável", esta garante o pagamento de uma parcela e meia no caso de encerramento de contrato antecipado obedecendo a condição estabelecida no CPC. a) **Prestação de serviços:** A receita da Falconi é reconhecida usando o método do estágio de conclusão (POC) e de acordo com o CPC 47, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente. A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida que (i) quando a Companhia cumpre as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. **b) Receitas financeiras:** Substancialmente relacionadas às aplicações financeiras, são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. c) **Demais receitas:** As demais rubricas de receitas e despesas do período são contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência do período. **4.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia para cada contrato se possui requisitos que sejam considerados como arrendamentos, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Requisitos estes que são citados na Norma emitida pelo CPC, o CPC 06(R2), que passou a vigorar em 01/01/2019. É aplicada a abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos de direito de uso das sedes de São Paulo e Belo Horizonte e dos notebooks da empresa. Reconhecendo o ativo de direito de uso na data início do contrato, pelo valor líquido de juros, mensurados ao custo, deduzidos pela depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. A vida útil desses bens, as demonstradas abaixo, sendo as mesmas depreciadas linearmente: • Arrendamento dos escritórios de São Paulo e Belo Horizonte: 5 anos • Arrendamento dos Notebooks: 3 anos. O passivo de arrendamento é reconhecido pela companhia mensurando a valor presente dos pagamentos, sendo eles fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. A Companhia se isenta do reconhecimento de arrendamento de curto prazo aos escritórios de Brasília e Rio de Janeiro, também devido a não possuir o controle sobre os bens no período de direito de uso e por não ter a opção de compra, uma vez que se tratam de salas alugadas para utilização restrita em horários impostos pelo fornecedor. **4.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras, com base no seu Estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. **4.18. Novas normas e interpretações:** A Companhia realizou uma análise das normas a seguir que entraram em vigor em 2020 e não identificou impactos em relação às práticas contábeis: • Alteração no CPC 15 (R1): Definições de Negócios; • Alteração no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Definição de material (emendas ao CPC 26 (R1) e CPC 23) • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações se tornaram efetivas e entraram em vigor para o exercício iniciado após 01/01/2021, porém sem impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • IFRS 17 – Contratos de Seguros; • Alteração do IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
Caixa	8	10	8 13
Bancos conta movimento	13.707	494	42.736 21.299
Aplicações financeiras			
Certificados de depósitos bancários (CDB)	16.506	7.187	17.604 8.748
<b>Total</b>	<b>30.221</b>	<b>7.691</b>	<b>60.348 30.060</b>

A Companhia mantém instrumentos financeiros que visam reduzir sua exposição a riscos decorrentes do mercado. Nesse sentido, as estratégias adotadas, principalmente no tocante à diluição do risco entre agentes financeiros, tem proporcionado um nível adequado de proteção ao longo dos últimos anos. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros. As taxas e os prazos das operações estão compatíveis com as de mercado. Este ativo financeiro da Companhia está registrado pelo valor inicial investido, acrescidos dos rendimentos auferidos. As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas à taxa entre 95,0% e 110,5% do CDI. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 26.

**6. Títulos e valores mobiliários**

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
Valor justo por meio do resultado			
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)			
TVM	42.165	54.422	43.235 56.032
<b>Total</b>	<b>42.165</b>	<b>54.422</b>	<b>43.235 56.032</b>
Circulante	35.514	54.422	36.584 56.032
Não circulante	6.651	-	6.651 -

A remuneração desses recursos está atrelada ao CDI, às taxas entre 95,0% e 100,5%, e são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, estando expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudança nas taxas de juros e inflação. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 26.

**7. Contas a receber de clientes**

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
Contas a receber de clientes (i)	41.726	56.155	57.587 61.474
Contas a receber de clientes Partes Relacionadas – Nota 10	1.075	672	- -
Perdas estimadas de crédito em liquidação duvidosa (ii)	(27.735)	(30.637)	(28.142) (31.054)
Serviços executados a faturar (POC)	53.417	44.068	48.020 43.915
<b>Total</b>	<b>68.483</b>	<b>70.258</b>	<b>77.465 74.335</b>

As contas a receber de clientes incluem: (i) parcelas dos contratos de prestação de serviços e de reembolso de despesas, executados para Companhias brasileiras, que são faturadas contra os clientes sem incidência de juros; (ii) parcelas de contratos de prestação de serviços e de reembolso de despesas, executados para Companhias no exterior, que são faturadas contra os clientes sem a incidência de juros, líquidas da variação cambial calculada entre a data de emissão da invoice e a data de encerramento do exercício. A Companhia adota o seguinte critério abaixo para provisionamento, além da análise individual de cada credor:

	% a provisionar
De 31 a 60 dias	0,5
De 61 a 90 dias	1,0
De 91 a 120 dias	3,0
De 121 a 150 dias	5,0
De 151 a 180 dias	10,0
De 181 a 210 dias	30,0
De 211 a 240 dias	50,0
De 241 a 270 dias	70,0
Acima de 270 dias	100

(i) A composição do saldo de contas a receber de clientes está segregada como segue:

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
A vencer	15.863	22.300	25.616 23.645
Vencidos	26.938	34.527	31.971 37.829
<b>Total</b>	<b>42.801</b>	<b>56.827</b>	<b>57.587 61.474</b>

Acima de 360 dias

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
Vencidos de 180 a 360 dias	25.009	23.389	23.389 23.389
Vencidos de 90 a 180 dias	479	5.003	479 5.003
Menos de 90 dias	1.321	5.698	1.321 5.698
A vencer	15.863	22.300	25.616 23.645
<b>Total</b>	<b>42.801</b>	<b>56.827</b>	<b>57.587 61.474</b>

Acima de 360 dias

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
Vencidos de 180 a 360 dias	25.415	23.797	23.797 23.797
Vencidos de 90 a 180 dias	479	5.060	479 5.060
Menos de 90 dias	1.29	1.181	1.29 1.181
A vencer	4.798	7.791	4.798 7.791
<b>Total</b>	<b>26.766</b>	<b>23.645</b>	<b>23.645 23.645</b>

(ii) A movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>(28.212)</b>	<b>(28.795)</b>	<b>(28.795) (28.795)</b>
Constituição da provisão	(6.817)	(6.817)	(6.817) (6.817)
Reversão da provisão	4.392	4.558	4.392 4.558
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	<b>(30.637)</b>	<b>(31.054)</b>	<b>(31.054) (31.054)</b>
Constituição da provisão	(726)	(728)	(726) (728)
Reversão da provisão	3.628	3.640	3.628 3.640
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>(27.735)</b>	<b>(28.142)</b>	<b>(28.142) (28.142)</b>

Para minimizar possíveis perdas com inadimplência a Companhia adota política de gestão rigorosa principalmente análise da contraparte utilizando de mecanismos internos e externos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. A análise do perfil de cada cliente é levada em consideração principalmente por região geográfica e experiência passada e utilizando o expediente prático a Companhia, avalia para os títulos que ainda não estão vencidos uma estimativa de perda considerando o segmento público e privado. A estimativa de perda desses créditos em 12 meses não é significativa para o negócio já que a Companhia não possui uma carteira concentrada minimizando assim os riscos.

	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020 2019
ISSQN	1.713	1.871	1.713 1.871
PIS	242	530	242 530
COFINS	552	1.880	552 1.880
INSS	153	153	153 153
IRRF	1.416	3.722	1.502 4.016
IRPJ	294	98	294 98
CSLL	1.938	3.818	1.938 3.818
ICMS	-	-	- 3
<b>Crédito não compensável (IR-CS-PIS-COFINS)</b>	<b>6 (1.430)</b>	<b>6 (1.430)</b>	<b>6 (1.430) 6 (1.430)</b>

	Falconi Editora	Ágio	Falconi Editora	Falconi Sistemas	Falconi Gente	Falconi EUA	Falconi MEX	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	1.511	80	601	2.239	17.509	1.738	23.678	
Constituição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	354	-	-	-	2.490	1.051	3.895	
Integralização pendente minoritário	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de Investimento por incorporação	-	-	(601)	(2.239)	-	-	-	(2.840)
Ajuste no PL de investida	-	-	-	-	-	206	206	
Ajuste acumulado de conversão*	-	-	-	-	724	193	917	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	1.865	80	26.180	4.510	32.607	3.188	25.856	

	Falconi Editora	Ágio	Falconi Editora	Falconi EUA	Falconi MEX	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	1.865	80	20.725	3.188	25.856	25.856
Equivalência patrimonial	(28)	-	17.049	601	17.622	17.622
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	(11.150)	-	(11.150)	(11.150)
Ajuste acumulado de conversão*	-	-	(442)	721	279	279
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	1.837	80	26.180	4.510	32.607	32.607

(\*) Vide Nota Explicativa nº 3.2. Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas considerados nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser assim sumarizados:

	Falconi Editora	Ágio	Falconi Editora	Falconi EUA	Falconi MEX	Total
Participação da controladora – %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo	1.987	2.011	36.719	25.890	5.374	4.133
Ativo não circulante	12	17	1.107	-	210	111
<b>Total do ativo</b>	<b>1.999</b>	<b>2.028</b>	<b>37.826</b>	<b>25.890</b>	<b>5.584</b>	<b>4.244</b>
Passivo	(162)	(163)	(11.646)	(5.166)	(1.074)	(1.056)
Ativo não circulante	(1.837)	(1.865)	(26.180)	(20.724)	(4.510)	(3.188)
<b>Total do passivo</b>	<b>(1.999)</b>	<b>(2.028)</b>	<b>(37.826)</b>	<b>(25.890)</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(4.244)</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(28)</b>	<b>354</b>	<b>17.049</b>	<b>2.490</b>	<b>601</b>	<b>1.051</b>

	Controladora	Consolidado			
	2019	Adição	Baixa	Transf. ferência	2020
<b>Custo:</b>					
Máquinas e equipamentos	2.878	3	(1.509)	1.372	1.450
Móveis e utensílios	1.200	-	-	-	1.200
Aeronave	500	-	-	-	500
Equipamentos de processamento de dados	248	-	-	-	248
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2.746	-	-	-	2.746
Equipamentos – Notebooks	3.851	752	(806)	3.797	3.796
<b>Total Custo</b>	<b>11.423</b>	<b>755</b>	<b>(2.315)</b>	<b>9.863</b>	<b>9.863</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>					
Máquinas e equipamentos	(2.214)	(129)	1.509</		

... continuação

Arrendamentos Notebooks	2019	Depreciação	Adições	2020
<b>Ativo – Direito de uso – nota 13</b>				
Contrato HP 13V6	2	(2)	–	–
Contrato IBM	1.089	(1.595)	752	246
Contrato HPBRA1	93	(47)	–	46
Contrato HPBRA2	109	(47)	–	62
Contrato HPBRA3	241	(88)	–	153
Contrato HPBRA4	410	(137)	–	273
	1.944	(1.916)	752	780
<b>Arrendamentos Escritórios</b>				
<b>Ativo – Direito de uso – nota 13</b>				
Arrendamento escritório SP	2.216	(881)	217	1.552
Arrendamento escritório BH	957	(288)	252	921
	3.173	(1.169)	469	2.473

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento dos aluguéis e notebooks, as movimentações durante o período e as análises de vencimento dos passivos de arrendamento:

Controladora e consolidado	2020	2019
----------------------------	------	------

Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos				
Menos de um ano (circulante)	1.722	1.483		
Mais de um ano e menos de cinco anos (não circulante)	2.454	3.606		
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	4.176	5.089		
Circulante	1.722	1.483		
Não circulante	2.454	3.606		

Os contratos de arrendamento possuem taxa média de 6,61% a.a. Dentro desses valores citados acima, a Companhia possui dois contratos de arrendamentos de ativos imobiliários dos escritórios de São Paulo e Belo Horizonte, sendo o de São Paulo existente desde 2017 e de Belo Horizonte a partir de maio de 2019. O total dos impactos desses arrendamentos de direito de uso estão demonstrados de tal forma:

Arrendamentos Aluguéis Passivo – Arrendamento	2019	Pagamentos	Adições	juros	2020
Arrendamento escritório SP	2.729	(772)	368	2.325	
Arrendamento escritório BH	1.221	(526)	605	1.300	
	3.950	(1.298)	973	3.625	

Passivo (-) AVP	2019	Pagamentos	Adições	juros	2020
Arrendamento escritório SP	(400)	–	(49)	(449)	
Arrendamento escritório BH	(229)	–	(57)	(286)	
	(629)	–	(106)	(735)	

Arrendamentos Notebooks Passivo – Arrendamento	2019	Pagamentos	Adições	juros	2020
Contrato HP 13V6	35	(35)	–	–	
Contrato IBM	436	(908)	708	236	
Contrato HPBRA1	100	(44)	–	56	
Contrato HPBRA2	119	(38)	–	81	
Contrato HPBRA3	253	(69)	–	184	
Contrato HPBRA4	422	(93)	–	329	
Aeronave	500	–	–	500	
	1.865	(1.187)	708	1.386	

Passivo (-) AVP	2019	Pagamentos	Adições	juros	2020
Contrato HP 13V6	(3)	3	–	–	
Contrato IBM	(45)	29	(53)	(69)	
Contrato HPBRA1	(24)	6	–	(18)	
Contrato HPBRA2	(6)	4	–	(2)	
Contrato HPBRA3	(8)	4	–	(4)	
Contrato HPBRA4	(11)	4	–	(7)	
	(97)	50	(53)	(100)	

15. Provisões, ativos e passivos contingentes – Em 31/12/2020, a Companhia apresentava as seguintes passivos relacionados a contingências, havendo depósitos judiciais e bloqueios judiciais correspondentes:

Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Controladora e consolidado	2020	2019	Controladora e consolidado	2020	2019
Contingências trabalhistas e previdenciárias		4.149	6.678	6.953	9.213	6.953	9.213
<b>Total</b>		4.149	6.678	6.953	9.213	6.953	9.213

a) A movimentação da provisão em 2020 está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado	2020	2019
Saldo no final do exercício – 31/12/2018	11.324	11.335
Baixas	(2.111)	(2.122)
Saldo no final do exercício – 31/12/2019	9.213	9.213
Adições (i)	2.024	2.024
Baixas (ii)	(4.284)	(4.284)
<b>Saldo no final do exercício – 31/12/2020</b>	6.953	6.953

(i) Os valores das Adições/Baixas correspondem a atualizações dos processos existentes em 2020 e mudança no prognóstico de perda avaliado pelos nossos assessores jurídicos externos. b) **Natureza das contingências:** A Companhia responde a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. As provisões de natureza trabalhista consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis. As contingências tributárias correspondem a divergências de interpretação em relação à autoridade fiscal ou obrigação legal presente como consequência de um evento passado. As de natureza cível estão relacionadas, entre outras, a litígios de ordem contratual. A Companhia possui, em 31/12/2020, provisões para contingência relacionadas principalmente a processos de natureza trabalhista. c) **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração e por seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não foi efetuado o correspondente registro contábil como provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Controladora e Consolidado	2020	2019
Tributárias	111.036	67.048
Trabalhistas	5.840	7.631
Cíveis	2.702	2.702
<b>Total</b>	119.578	77.381

Processos tributários: Em 27/03/2009, a Companhia foi fiscalizada e posteriormente autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sob o argumento de serem exigíveis as contribuições previdenciárias (INSS) em relação às remunerações pagas aos prestadores de serviço cujo vínculo de emprego foi considerado caracterizado. Em 12/08/2010, a Companhia foi também fiscalizada pela Receita Federal do Brasil – RFB, que lavrou autos de infração pelos mesmos motivos. Ainda no ano de 2010, os autos de infração foram reunidos em 6 processos administrativos. Tais processos foram objeto de recursos administrativos, sob o fundamento da existência de vícios na fiscalização. Em 2016, um dos Processos Administrativos indicado acima referente à cobrança de multa por não inclusão em folha de pagamento das remunerações objeto da fiscalização – foi encerrado em fase administrativa, com decisão desfavorável à FALCONI proferida pelo CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Diante disso, foi impetrado, na Justiça Federal, mandado de segurança com pedido liminar de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Também em 2016, o CARF julgou desfavoravelmente à FALCONI os recursos especiais dos processos administrativos nºs 10680722449201054 e 10680722450201089, referentes ao percentual de Risco Ambiental do Trabalho – RAT sobre a contribuição previdenciária. A Companhia iniciou em 2017 a discussão judicial dos dois processos acima indicados, para que o artigo 129 da Lei nº 11.196/2005 e a decisão da Justiça do Trabalho sejam cumpridos. Em 31/12/2020 não se teve nenhuma alteração relacionada aos 4 processos administrativos, ainda continuam pendentes de julgamento pelo CARF, não houve nenhuma audiência para estes processos, não havendo nenhuma nova informação.

16. Obrigações societárias **Controladora e Consolidado**

Saldo em 31/12/2018	8.496
Atualização monetária	921
Prov. de compensação de saldo	(378)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	9.039
Atualização monetária	3.127
Prov. de compensação de saldo	(351)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	11.815
Não circulante	11.815

Referem-se a obrigações com acionistas que deixaram a Companhia em 2011 após processo de reestruturação societária. O saldo foi reclassificado para o longo prazo devido a cláusula contratual que suspende o pagamento da última parcela. O valor é atualizado mensalmente pelo índice IGP-M a partir da data do evento até a data de pagamento das parcelas anuais.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **FALCONI Consultores de Resultado S.A.** – São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FALCONI Consultores de Resultado S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referi-

17. Outros passivos	Controladora	Consolidado	2020	2019
Obrigações com partes relacionadas				
– Nota 10	45	186	–	186
Adiantamento de clientes	309	157	579	157
Direitos autorais	–	–	1	18
Obrigações com consórcio	513	280	513	280
Créditos com parceiros (i)	840	1.200	840	1.200
<b>Total</b>	1.707	1.823	1.933	1.841
Circulante	867	623	1.093	641
Não circulante	840	1.200	840	1.200

(i) Refere-se a uma obrigação adquirida junto ao Banco Santander decorrente de contrato de prestação de serviço para processamento de pagamento de salários dos funcionários por esse banco. Na oportunidade (maio de 2018) foi recebido R\$ 1.2 MM do banco porém dado como garantia a exclusividade de utilização desse parceiro como processador do pagamento de salários por período mínimo de 5 anos e quantidade mínima de processamentos. A Falconi tem como obrigação: 1) Manter quantidade mínima de processamento conforme tabela de salários abaixo e; 2) Manter o contrato ativo por 60 meses.

18. Patrimônio líquido – a) **Capital social e ações:** Em 31/12/2020, o Capital Social subscrito é de R\$81.134 Milhões (R\$74.443 Milhões em 2019), e a quantidade de ações emitidas é de 124.750.721 (124.750.721 em 2019), sendo 63.306.972 ações ordinárias e 61.443.749 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue:

Ações ordinárias	Ações preferenciais	Controladora	2020	2019
Falconi Participações S.A.		35.9604	20.4060	
Falconi Participações Ltda.		32.4475	19.6057	
Outros acionistas		–	0,0001	
Ações em tesouraria		31.9921	59.9882	
		100	100	
<b>Total</b>		63.306.972	63.306.972	
		61.443.749	61.443.749	
<b>Total</b>		124.750.721	124.750.721	

Sendo assim distribuídas em %:

Ações ordinárias	Ações preferenciais
Falconi Participações S.A.	20,4060
Falconi Participações Ltda.	19,6057
Outros acionistas	0,0001
Ações em tesouraria	59,9882

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, observadas as disposições do Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas. Conforme as disposições do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas, as ações preferenciais de emissão da Companhia: (i) não terão direito a voto; (ii) terão direito a prioridade no recebimento de dividendo mínimo e cumulativo de R\$0,01 ao ano por ação; (iii) são conversíveis exclusivamente em ações ordinárias em proporção de 1:1, mediante deliberação da Assembleia Geral, que determinará os acionistas elegíveis à conversão e fixará o prazo para que os acionistas se habilitem à conversão e os limites para a mesma, sendo vedada a reconversão; (iv) são resgatáveis independentemente de nova deliberação dos acionistas titulares, nos termos do artigo 44 da Lei nº 6.404/76. b) **Ações em tesouraria:** No ano de 2020 a Companhia não movimentou as ações em tesouraria, conforme demonstrado a seguir, o saldo acumulado refere-se à aquisição (recuperação) de 23.342.138 ações preferenciais:

Controladora	2020	2019
Saldo	(56.535)	(56.535)
<b>Total</b>	(56.535)	(56.535)

As ações estão distribuídas como segue:

Controladora	2020	2019
Total de ações em circulação	67.891.669	67.891.669
Ações em tesouraria	56.859.052	56.859.052
<b>Total</b>	124.750.721	124.750.721

c) **Reservas de lucros:** (i) Legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31/12/2020, a Companhia não constituiu Reserva Legal tendo em vista que as reservas de lucros já constituídas acrescida da reserva de capital ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 193, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas. (ii) Retenção de lucro – esta reserva tem por finalidade receber a parte dos lucros do exercício que foram deliberados em junho de 2020 pela Assembleia Geral Ordinária. (iii) Reserva para investimento e capital de giro – esta reserva tem por finalidade assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos do capital de giro, podendo seu saldo ser utilizado na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações e, havendo saldo, este terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. d) **Reserva de capital:** A reserva de capital é constituída de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas sem terem como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou prestação de serviço. Em 31/12/2020, o saldo de reserva de capital é de R\$ 26.363 milhões. e) **Outros resultados abrangentes:** Em abril de 2013, a Companhia reconheceu como resultado abrangente os lucros fixos desproporcionais, mensais e cumulativos dos sócios que se retiraram da AVENTION os quais foram reconhecidos como passivo em contrapartida ao ágio alocado na combinação de negócios. E reconhecido também o saldo de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão dos balanços na consolidação dos anos anteriores e também representando a movimentação de 2020, conforme a seguir:

Controladora	2020	2019
Saldo no final do exercício – 31/12/2019	5.918	279
Adições/baixas	279	–
Saldo no final do exercício – 31/12/2020	6.197	279

19. Receita operacional líquida – A reconciliação da receita bruta de prestação de serviços para a receita líquida é como segue:

Controladora	Consolidado	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviços		251.023	316.214	293.428	338.169
Receita com serviços EUA – Nota 10		8.324	5.605	–	–
Receita com serviços México – Nota 10		688	1.253	–	–
COFINS sobre vendas		(17.109)	(19.871)	(17.110)	(19.873)
ISS sobre vendas		(11.080)	(8.075)	(11.080)	(8.075)
PIS sobre vendas		(3.715)	(4.305)	(3.716)	(4.306)
ICMS		–	–	(6)	(12)
Devolução de vendas		–	–	(7)	(8)
<b>Total</b>		228.131	290.821	261.509	305.895

20. Custo dos serviços prestados

Controladora	Consolidado	2020	2019	2020	2019
Custo com pessoal		(110.711)	(130.000)	(114.490)	(132.633)
Custo com viagens		(3.659)	(14.398)	(4.605)	(16.786)
Custo com serviços de terceiros		(22.756)	(17.027)	(23.613)	(17.454)
Custo com serviços Editora – Nota 10		(357)	(962)	–	–
Custo com serviços EUA – Nota 10		(387)	(757)	–	–
Custo com serviços México – Nota 10		(490)	(187)	–	–
Outros custos		(2.302)	(1.368)	(3.458)	(2.790)
<b>Total</b>		(140.662)	(164.699)	(146.166)	(169.663)

21. Despesas comerciais

Controladora	Consolidado	2020	2019	2020	2019
PECLD		2.902	(2.188)	2.912	(2.018)
Viagens		(297)	(1.597)	(297)	(1.597)
Publicidade e propaganda		(1.584)	(1.332)	(1.641)	(1.410)
Outras despesas comerciais		(1.274)	(669)	(1.274)	(738)
<b>Total</b>		(253)	(5.786)	(300)	(5.763)

22. Despesas gerais e administrativas

Controladora	Consolidado	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal		(28.620)	(32.474)	(31.220)	(33.843)
Despesas gerais		(8.741)	(7.818)	(8.882)	(7.988)
Despesas com serviços de terceiros		(7.214)	(9.909)	(8.807)	(12.759)
Despesas com serviços Editora – Nota 10		(19)	(42)	–	–
Despesas com viagens		(359)	(2.129)	(368)	(2.176)
Despesas com depreciação e amortização		(5.459)	(4.919)	(5.484)	(4.946)
<b>Total</b>		(50.412)	(57.291)	(54.461)	(61.712)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

Controladora	Consolidado	2020	2019	2020	2019
Receitas operacionais		940	708	–	–
Receita de rateio backoffice		2.214	(16)	2.214	(16)
Receita de ativos realizáveis		1.989	1.469	1.989	1.469
Reversão de despesas		2.840	–	2.840	–
Reversão de impostos de anos anteriores		826	1.125	957	1.152
Outras receitas operacionais		8.009	3.286	8.000	2.605

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da FALCONI Consultores de Resultado S.A. para o exercício findo em 31/12/2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30/04/2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que**

Falconi Consultores S.A.

Controladora	Consolidado	2020	2019	2020	2019
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas com riscos e contingências		(2.270)	(954)	(2.270)	(959)
Despesa de ativos não realizáveis		(1.969)	(627)	(1.969)	(627)
Baixa de imobilizado		(1.020)	(81		

... continuação

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia

e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, plane-

jamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2021.

**Ernst & Young**  
Audidores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Cláudia Gomes Pinheiro**  
Contadora  
CRC-1MG 089.076/O-0

## Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ 19.395.629/0001-06  
Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 15 de abril de 2021. **A Administração**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019		Passivo e patrimônio líquido		Demonstrações dos fluxos de caixa	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>	<b>69.961.970</b>	<b>Circulante</b>	<b>7.304.822</b>	Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(254.048)
Caixa e equivalentes de caixa	208.236	Fornecedores	12.955	<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>	(231.030)
Contas a receber	399.945	Obrigações trabalhistas e tributárias	53.310	Contas a receber	(399.945)
Estoques de imóveis concluídos	69.327.849	Adiantamento de clientes	6.259.980	Estoques de imóveis concluídos	496.449
Créditos diversos	25.940	Contas a pagar - caução	213.728	Créditos diversos	5.554
<b>Total do ativo</b>	<b>69.961.970</b>	Empréstimos com pessoas ligadas	690.957	<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>	
		<b>Não circulante</b>	<b>63.682.193</b>	Fornecedores	(156.816)
Receita líquida	1.820.663	Sociedade em conta de participação	63.682.193	Obrigações trabalhistas e tributárias	(82.818)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(2.836.337)</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(1.025.045)</b>	Contas a pagar - caução	143.122
Despesas administrativas	(1.920.104)	Capital social	10.000	Contas a pagar	48.787
Outras receitas operacionais	852.845	Prejuízos acumulados	(1.035.045)	<b>Caixa consumido nas operações</b>	<b>(110.221)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(162.828)</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>69.961.970</b>	Imposto de renda e contribuição social pagos	(127.038)
Despesas financeiras	(91.823)			<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(237.259)</b>
Receitas financeiras	603			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(91.220)</b>			Empréstimos com pessoas ligadas	442.302
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(254.048)</b>			Sociedade em conta de participação	(1.050)
Imposto de renda e contribuição social	(127.038)			<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>441.252</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(381.086)</b>			<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>203.993</b>
Outros resultados abrangentes	-			Caixa e equivalentes de caixa	4.243
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(381.086)</b>			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.834.373
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	208.236
				<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>203.993</b>
					(1.830.130)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
1. **Contexto Operacional** – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Tabapuã, nº 500, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário SPE S/A, localizado na Avenida Portugal, 46 Itapevi - SP. 2. **Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021.

Cláudio Kluger - Diretor Daniel Pereira - CRC-SP 128326/O-3

## D.C.A. Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ 23.149.253/0001-27  
Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 15 de abril de 2021. **A Administração**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019		Passivo e patrimônio líquido		Demonstrações dos fluxos de caixa	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>	<b>202.142</b>	<b>Circulante</b>	<b>-</b>	Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(6.282)
Caixa e equivalentes de caixa	15	Obrigações trabalhistas e tributárias	3	<b>Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:</b>	(855.161)
Contas a receber	-	Capital social	108.492.000	Equivalência patrimonial	10.098.967
Créditos diversos	202.127	Reservas de capital	31.577.302	<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>108.289.858</b>	Reserva legal	75.784.698	Contas a receber	2.510
Investimentos	108.289.858	Reserva de lucros	185.345	Estoques de imóveis concluídos	4.582.275
<b>Total do ativo</b>	<b>108.492.000</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>108.492.000</b>	Créditos diversos	861.222
				<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>	
Receitas financeiras	292	Receitas financeiras	292	Fornecedores	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(609)</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>(609)</b>	Obrigações trabalhistas e tributárias	(3)
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>10.092.685</b>	<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>3.706.999</b>	<b>Caixa originado das operações</b>	<b>10.956.414</b>
Imposto de renda e contribuição social	(66)	Imposto de renda e contribuição social	(66)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(66)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.092.619</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.706.899</b>	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>10.956.348</b>
Outros resultados abrangentes	-	Outros resultados abrangentes	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>10.092.619</b>	<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>3.706.899</b>	Adições em investimento	(1.812.128)
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.812.128)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
				Empréstimos com pessoas ligadas	-
				Aumento de capital	(4.832.000)
				Aumento de reserva de capital	31.567.302
				Dividendos distribuídos	75.784.698
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(9.147.963)</b>
				<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.744)</b>
				Caixa e equivalentes de caixa	3.759
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.436
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15
				<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.744)</b>
					(16.677)

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
1. **Contexto Operacional** – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Tabapuã, nº 500, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, tendo como fator preponderante a participação como investidora nos empreendimentos de seu interesse. 2. **Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021.

Cláudio Kluger - Diretor Daniel Pereira - CRC - SP 128326/O-3

## CLIR Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ 16.833.685/0001-97  
Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 15 de abril de 2020. **A Administração**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019		Passivo e patrimônio líquido		Demonstrações dos fluxos de caixa	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>	<b>7.866.807</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.074.148</b>	Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	24.094.782
Caixa e equivalentes de caixa	1.874.401	Fornecedores	1.432	<b>Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:</b>	18.841.146
Contas a receber	5.973.323	Obrigações trabalhistas e tributárias	873.367	Depreciação	8.718
Tributos a recuperar	19.083	Contas a pagar - caução	1.140.249	<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>	
Créditos diversos	-	Outras contas a pagar	59.100	Contas a receber	(1.875.555)
<b>Não circulante</b>	<b>80.896.529</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>86.689.188</b>	Créditos diversos	(1.545.359)
Depósitos judiciais	24.091	Capital social	84.171.825	Tributos a recuperar	1.408
Propriedades para investimento	80.802.985	Reserva legal	2.341.899	Depósitos judiciais	4.633
Imobilizado	69.453	Reserva de lucros	175.464	<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>88.763.336</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>88.763.336</b>	Fornecedores	(1.315.400)
				Obrigações trabalhistas e tributárias	138.554
				Contas a pagar caução	32.992
				Outras contas a pagar	674.741
				<b>Caixa originado das operações</b>	<b>21.147.203</b>
				Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.851.300)
				<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>18.295.723</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
				Propriedades para investimento	-
				<b>Caixa líquido aplicado/atividades de investimentos</b>	<b>(601.243)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
				Dividendos distribuídos	(20.184.010)
				<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(20.184.010)</b>
				<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.888.287)</b>
				Caixa e equivalentes de caixa	3.762.688
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.147.595
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.874.401
				<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.888.287)</b>
					615.093

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
1. **Contexto Operacional** – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Tabapuã, nº 500, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas "galpões" do "Centro Lo-

Cláudio Kluger - Diretor Ronaldo Pires da Silva - CRC-SP 164536/O-7

## Bolsa emenda terceira perda, em baixa de 0,58%, aos 119.371,48 pontos

Com a piora em Nova York à tarde, em queda que chegou a superar 1% após quarta-feira positiva, o Ibovespa abandonou a tentativa de ajuste aos ganhos da quarta-feira, 21, em Wall Street, mesmo com a acentuada correção no dólar, que tenderia a favorecer o apetite por ações. Assim, cedeu nesta quinta-feira a linha de 120 mil pontos acima da qual havia se sustentado nos últimos cinco fechamentos, tendo chegado a 121,1 mil no de 16 de abril. Neste pós-feriado de Tiradentes, o índice da B3 encerrou em baixa pelo terceiro dia, agora de 0,58%, aos 119.371,48 pontos, entre mínima de 119.203,20 e máxima de 120.994,84, com abertura a 120.064,36 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 35,5 bilhões e, na semana, o Ibovespa acumula perda de 1,44%, limitando o ganho do mês a 2,35% – no ano, ainda sobe 0,30%.

“Os juros futuros e o câmbio vinham embutindo mais prêmio de risco pelo Orçamento e o fiscal do que a Bolsa, que estava subindo mesmo em dias de câmbio mais pressionado. Houve então a deixa dada hoje por Nova York, que piorou quando veio o sinal sobre aumento de tributação em ganhos de capital para as pessoas de renda mais alta nos Estados Unidos, firmando o Ibovespa abaixo de 120 mil, mais alinhado agora com o que vinha sendo visto no câmbio e também nos juros”, diz Mauro Orefice, diretor de investimentos da BS2 Asset.

IstoéDinheiro

# Publicidade Legal

C.L.G. Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.							
CNPJ 09.126.928/0001-91							
Relatório de Administração							
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 15 de abril de 2021. <b>A Administração</b>							
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019							
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2020	31/12/2019		
<b>Circulante</b>	<b>6.978.353</b>	<b>6.562.455</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.141.546</b>	<b>1.188.040</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	301.357	974.576	Fornecedores	56.032	1.688		
Contas a receber	2.293.118	1.216.785	Obrigações trabalhistas e tributárias	306.792	361.634		
Estoques de imóveis concluídos	4.354.586	4.354.586	Contas a pagar - caução	488.721	824.718		
Créditos diversos	29.292	16.509	Empréstimos com partes relacionadas	290.000	-		
<b>Não circulante</b>	<b>124.892.851</b>	<b>124.892.851</b>	<b>Não circulante</b>	<b>36.206.666</b>	<b>36.206.666</b>		
Sociedade conta de participação	31.852.080	31.852.080	Obrigações com Investidores - SCP	36.206.666	36.206.666		
Propriedades para investimento	93.040.771	93.040.771	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>94.522.993</b>	<b>94.060.600</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>131.871.205</b>	<b>131.455.306</b>	Capital social	93.303.578	93.303.578		
Demonstrações do resultado							
	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
Receita líquida	11.885.679	10.906.987	Reserva legal	1.145.118	691.174		
Despesas operacionais	(1.597.774)	(1.397.073)	Reserva de lucros	74.297	65.849		
Gerais e administrativas	(1.597.774)	(1.397.073)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>131.871.205</b>	<b>131.455.306</b>		
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>10.287.905</b>	<b>9.509.914</b>	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Despesas financeiras	(15.057)	(338.136)	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total	
Receitas financeiras	15.209	14.542	Saldos em 31/12/2018	93.303.578	295.758	66.195	93.665.531
<b>Resultado financeiro</b>	<b>152</b>	<b>(324.593)</b>	Lucro líquido do exercício	-	8.008.338	8.008.338	
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>10.288.057</b>	<b>9.185.320</b>	Constituição de reserva legal	-	(395.415)	(395.415)	
Imposto de renda e contribuição social	(1.209.167)	(1.176.982)	Distribuição de lucros	-	(7.613.269)	(7.613.269)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.078.890</b>	<b>8.008.338</b>	Saldos em 31/12/2019	93.303.578	691.174	65.849	94.060.600
Outros resultados abrangentes	-	-	Lucro líquido do exercício	-	9.078.890	9.078.890	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>9.078.890</b>	<b>8.008.338</b>	Constituição de reserva legal	-	453.944	(453.944)	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras							
<b>1. Contexto Operacional</b> - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Tabapuá, nº 500, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 25 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLG Centro Logístico Guarulhos, localizado na Rodovia Presidente Dutra, esquina com a Avenida Dona Carmela Dutra, na cidade de Guarulhos, SP. <b>2. Base de preparação</b> - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021.							

## Juros caem com alívio no câmbio, Treasuries e espera por sanção do Orçamento

Os juros futuros estiveram em queda durante toda a quinta-feira, assegurada pelo ambiente externo favorável e, internamente, na ausência de novidades negativas, a saída de cena do impasse em torno do Orçamento voltou a servir de argumento para devolução de prêmios, dada a avaliação de que pode abrir espaço agora para a discussão das reformas. O texto, no entanto, ainda não havia sido sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro até o fim da tarde. O dólar abaixo de R\$ 5,50 e o rendimento da T-Note de dez anos rodando perto de 1,55% encorajou ordens de venda, em dia de leilão do Tesouro. A instituição reduziu o volume da oferta de prefixados, o que também ajudou a não adicionar risco ao mercado.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou em 4,63%, de 4,702% no ajuste de terça-feira, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 7,986% para 7,77%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 8,42%, de 8,634%.

As taxas terminaram a sessão regular nas mínimas, renovadas no fechamento dos negócios, na medida em que o dólar desceu à casa dos R\$ 5,44 e os juros dos Treasuries passaram a recuar. "Temos hoje um 'catch up' do mercado, pois ontem o dia lá fora foi marginalmente positivo para as moedas emergentes e hoje esse ambiente, ao menos para o real, permanece", afirmou o estrategista de renda fixa do Banco Mizuho, Luciano Rostagno, lembrando ainda que a T-Note de dez anos está em torno de 1,55%, distante da marca de 1,70% atingida semanas atrás.

C.L.R. Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.							
CNPJ 13.019.293/0001-09							
Relatório de Administração							
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 15 de abril de 2021. <b>A Administração</b>							
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019							
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2020	31/12/2019		
<b>Circulante</b>	<b>2.258.745</b>	<b>2.011.590</b>	<b>Circulante</b>	<b>705.883</b>	<b>499.075</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	218.213	63.834	Fornecedores	4.392	12.554		
Contas a receber	2.040.225	1.845.496	Obrigações trabalhistas e tributárias	195.559	159.164		
Créditos diversos	308	102.260	Contas a pagar - caução	228.742	327.357		
<b>Não circulante</b>	<b>57.143.935</b>	<b>57.042.461</b>	Empréstimos com pessoas ligadas	277.190	-		
Partes relacionadas	82.200	-	<b>Não circulante</b>	<b>4.163.262</b>	<b>4.163.262</b>		
Depósitos judiciais	19.274	-	Obrigações com investidores - SCP	4.163.262	4.163.262		
Propriedades para investimento	57.042.461	57.042.461	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>54.533.535</b>	<b>54.391.714</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>59.402.680</b>	<b>59.054.051</b>	Capital social	53.935.526	53.935.526		
Demonstrações do resultado							
	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
Receita líquida	4.731.695	5.034.297	Reserva legal	573.184	410.222		
Despesas operacionais	(1.164.097)	(927.965)	Reserva de lucros	24.825	45.966		
Gerais e administrativas	(1.164.097)	(927.965)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>59.402.680</b>	<b>59.054.051</b>		
Outras receitas operacionais	34.829	54.757	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>3.602.427</b>	<b>4.161.089</b>	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total	
Despesas financeiras	(6.005)	(16.140)	Saldos em 31/12/2018	59.596.620	228.871	13.740	59.839.231
Receitas financeiras	304	203	Redução de capital	(5.661.094)	-	(5.661.094)	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(5.701)</b>	<b>(15.937)</b>	Lucro líquido do exercício	-	3.627.026	3.627.026	
<b>Lucro antes do IRPJ e da contribuição social</b>	<b>3.596.726</b>	<b>4.145.152</b>	Constituição de reserva legal	-	181.351	(181.351)	
Imposto de renda e contribuição social	(491.512)	(518.126)	Distribuição de lucros	-	(3.413.449)	(3.413.449)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.105.214</b>	<b>3.627.026</b>	Saldos em 31/12/2019	53.935.526	410.222	45.966	54.391.714
Resultado abrangente do exercício	3.105.214	3.627.026	Lucro líquido do exercício	-	3.105.214	3.105.214	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras: <b>1. Contexto Operacional</b> - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Tabapuá, nº 500, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLR Centro Logístico Raposo Tavares, localizado na Rua Cristovam de Vita nº 260, Gleba A1-A, na Fazenda Nascimento, no Bairro da Pedras, município de Vargem Grande Paulista, SP. <b>2. Base de preparação</b> - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021.							

CLGA Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários - SPE S.A.							
CNPJ 49.035.686/0001-45							
Relatório de Administração							
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 15 de abril de 2021. <b>A Administração</b>							
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019							
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2020	31/12/2019		
<b>Circulante</b>	<b>6.089.674</b>	<b>2.586.562</b>	<b>Circulante</b>	<b>3.308.682</b>	<b>2.246.685</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.096.654	1.076.107	Fornecedores	6.839	250.404		
Contas a receber	3.143.762	1.092.000	Obrigações trabalhistas e tributárias	796.625	460.428		
Empréstimos a pessoas ligadas	849.259	418.455	Contas a pagar - caução	2.503.488	1.535.852		
<b>Não circulante</b>	<b>112.243.046</b>	<b>112.243.046</b>	Adiantamento de clientes	1.730	-		
Propriedades para investimento	112.243.046	112.243.046	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>115.024.038</b>	<b>112.582.923</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>118.332.720</b>	<b>114.829.608</b>	Capital social	19.162.213	19.162.213		
Demonstrações do resultado							
	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
Receita líquida	20.931.308	12.413.896	Reservas de capital	93.080.833	93.080.833		
Despesas operacionais	(4.761.944)	(6.972.593)	Reserva legal	1.065.994	336.621		
Gerais e administrativas	(4.761.944)	(6.972.593)	Reserva de lucros	1.714.999	3.256		
Outras receitas e despesas operacionais	369.228	2.517.303	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>118.332.720</b>	<b>114.829.608</b>		
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>16.538.591</b>	<b>7.958.606</b>	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Despesas financeiras	(43.834)	(17.901)	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Receitas financeiras	17.806	53.134	Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.940.287	-	(62.590)	5.877.697
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(26.029)</b>	<b>35.233</b>	Aumento de capital	13.221.926	-	13.221.926	13.221.926
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>16.512.563</b>	<b>7.993.839</b>	Constituição da reserva de capital	-	93.080.833	-	93.080.833
Imposto de renda e contribuição social	(2.110.269)	(1.261.418)	Lucro líquido do exercício	-	6.732.422	6.732.422	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>14.402.294</b>	<b>6.732.422</b>	Constituição de reserva legal	-	-	336.621	336.621
Outros resultados abrangentes	-	-	Distribuição de lucros	-	-	(6.329.955)	(6.329.955)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>14.402.294</b>	<b>6.732.422</b>	Saldos em 31 de dezembro de 2019	19.162.213	93.080.833	336.621	115.582.923
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras: <b>1. Contexto Operacional</b> - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Tabapuá, nº 500, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, tendo concluído a primeira fase, composta por 31 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLGA-Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A., localizado na Rua Jamil João Zarif, 684, na cidade de Guarulhos, SP. <b>2. Base de preparação</b> - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021.							

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

[www.datamercantil.com](http://www.datamercantil.com)



**Magna Sistemas Consultoria S.A.**

CNPJ/MF nº 01.165.671/0001-75

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)**

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>	<b>83.673</b>	<b>59.377</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	31.122	17.704	Receita Operacional Líquida (Nota 10)	150.212	114.478	Fluxos de caixa das atividades operacionais	32.615	8.941	
Contas a Receber de Clientes	44.585	26.509	Custo dos Serviços Prestados	(105.095)	(92.340)	Lucro Líquido antes do IRPJ e Contribuição Social	26.615	8.941	
Impostos a Recuperar	3.398	4.359	<b>Lucro Bruto</b>	<b>45.117</b>	<b>22.138</b>	Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa e Equivalentes de Caixa gerado pelas Atividades Operacionais:			
Despesas Antecipadas (Nota 5)	2.603	8.649	Despesas Gerais e Administrativas	(12.402)	(11.781)	Depreciação e Amortização	506	386	
Outros Créditos	1.965	2.156	Despesas com Vendas	(741)	(2.047)	Resultado na baixa de imobilizado	72	-	
<b>Não circulante</b>	<b>3.919</b>	<b>1.686</b>	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(686)	(858)	Juros sobre Capital Próprio	(1.607)	(2.055)	
Impostos Diferidos	-	14	<b>Lucro Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(13.829)</b>	<b>(14.686)</b>	Provisões Trabalhistas	5	(10)	
Depósitos Judiciais	10	-	Resultado Financeiro (Nota 11)	31.288	7.452	(Acréscimo) Decréscimo de Ativos:			
Imobilizado (Nota 6)	1.717	1.626	<b>Lucro Antes do IRPJ e da Contribuição Social</b>	<b>32.615</b>	<b>8.941</b>	Contas a Receber de Clientes	(18.076)	(2.546)	
Intangível	22	46	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(10.305)	(2.294)	Despesas Antecipadas e Impostos a recuperar	7.007	(1.255)	
Investimentos (Nota 7)	2.170	-	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(56)	14	Outros Créditos	191	(1.599)	
<b>Total do Ativo</b>	<b>87.592</b>	<b>61.063</b>	<b>Total de Despesas com IRPJ e CSLL (Nota 12)</b>	<b>(10.361)</b>	<b>(2.280)</b>	Depósito Judicial e Impostos diferidos	4	24	
<b>Passivo</b>			<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>22.254</b>	<b>6.661</b>	Acréscimo (Décrécimo) de Passivos:			
<b>Circulante</b>	<b>32.399</b>	<b>26.050</b>	Lucro por Ação - R\$	4,05	1,21	Fornecedores	6.773	3.617	
Fornecedores	16.584	9.811				Obrigações Fiscais, Tributárias e Impostos diferidos	4.281	(20)	
Empréstimos e Financiamentos (Nota 8)	22	5.499				Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais	112	(37)	
Obrigações Fiscais e Tributárias	6.902	2.677				Outros Débitos	660	136	
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	56	-				Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.361)	(2.280)	
Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais	6.834	6.722				Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<b>22.182</b>	<b>3.303</b>	
Outros Débitos	2.001	1.341				Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
<b>Não Circulante</b>	<b>3.635</b>	<b>102</b>				Aquisição de Bens de Ativo Imobilizado	(645)	(579)	
Empréstimos e Financiamentos (Nota 8)	3.528	-				<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(645)</b>	<b>(579)</b>	
Provisões (Nota 15)	107	102				Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
<b>Patrimônio Líquido (Nota 9)</b>	<b>51.558</b>	<b>34.911</b>				Dividendos	(4.000)	(7.000)	
Capital Social	5.500	5.500				Empréstimos e financiamentos, líquidos	(4.119)	(894)	
Reservas de Lucros	46.058	29.411				<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(8.119)</b>	<b>(7.894)</b>	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>87.592</b>	<b>61.063</b>				<b>Aumento/ Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.418</b>	<b>(5.170)</b>	
						Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	17.704	22.874	
						Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	31.122	17.704	
						<b>Aumento/ Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.418</b>	<b>(5.170)</b>	

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**1. Contexto Operacional** - As operações da Companhia consistem na análise e desenvolvimento de sistemas, programação, processamento, armazenamento e hospedagem de dados, elaboração de programas de computadores, assessoria e consultoria em informática, suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. Também consistem no licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial, intermediação de negócios e contratos em geral. Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, gestão, administração, gerenciamento e participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a sociedade. **2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras** - A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de administração realizada em 31/03/2021. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais, se aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Principais Práticas Contábeis - a. Reconhecimento da Receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por meio da medição dos trabalhos executados com base na receita prevista contratualmente. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **c. Contas a receber de clientes:** São apresentadas de acordo com os valores de realização. A provisão, se aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **d. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição adicionado aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação. A depreciação é calculada pelo método linear. **e. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o mercado em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes, quando aplicável. **f. Tributação: I - Impostos sobre vendas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2,9% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,5%. **II - Imposto de renda e contribuição social - corrente:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **g. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Sociedade, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2020	2019
Caixa e bancos	31.120	17.684
Aplicações Financeiras	31.122	17.704

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compro-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros Acumulados
<b>Eventos</b>				
<b>Saldos em 01.01.2020</b>	<b>5.500</b>	<b>1.100</b>	<b>28.311</b>	<b>- 34.911</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	- 22.254	22.254
Destinação:				
Distribuição de Dividendos	-	-	(4.000)	(4.000)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(1.607)	(1.607)
Constituição de Reservas	-	-	22.254	(22.254)
<b>Saldos em 31.12.2020</b>	<b>5.500</b>	<b>1.100</b>	<b>44.958</b>	<b>- 51.558</b>
Saldos em 01.01.2019	5.500	1.100	30.705	- 37.305
Lucro Líquido do Exercício	-	-	- 6.661	6.661
Destinação:				
Distribuição de Dividendos	-	-	(7.000)	(7.000)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(2.055)	(2.055)
Constituição de Reservas	-	-	6.661	(6.661)
<b>Saldos em 31.12.2019</b>	<b>5.500</b>	<b>1.100</b>	<b>28.311</b>	<b>- 34.911</b>

missões de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

	2020	2019
<b>5. Despesas Antecipadas</b> - É composto por:		
Custo de Projetos em Andamento	884	5.562
Prêmios de Seguros	14	15
Benefícios Pessoais	904	988
Custos de Licenças em Andamento	801	2.084
	<b>2.603</b>	<b>8.649</b>

Parcela classificada no Ativo Circulante

Ativo não Circulante

**6. Ativo Imobilizado** - Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

	Equipamentos	de Processamentos	Equipamentos	Benefícios	Total
	Móveis e Utensílios	Instalações	de Dados	Terceiros	do ativo imobilizado
<b>Custo</b>					
Saldos em 31/12/2018	399	53	1.473	663	248
Adições	95	16	96	212	231
Baixas	-	-	(1)	(69)	(70)
Saldos em 31/12/2019	494	69	1.568	806	479
Adições	-	8	150	487	645
Baixas	-	-	(2)	(109)	(111)
Saldos em 31/12/2020	494	77	1.716	1.201	479
<b>Depreciação</b>					
Saldos em 31/12/2018	(211)	(23)	(939)	(27)	(1.200)
Depreciação do exercício	(37)	(7)	(171)	(77)	(292)
Baixas	-	-	-	5	5
Saldos em 31/12/2019	(248)	(30)	(1.110)	(99)	(1.487)
Depreciação do exercício	(44)	(7)	(157)	(102)	(310)
Baixas	-	-	2	37	39
Saldos em 31/12/2020	(292)	(37)	(1.265)	(164)	(1.758)
<b>Valor líquido</b>					
Saldos em 31/12/2020	202	40	451	1.020	4
Saldos em 31/12/2019	246	39	458	707	169
Saldos em 31/12/2018	188	30	534	636	12
Taxa média de depreciação anual	20%	10%	10%	20%	20%

**7. Investimentos** - Composto de garantia fiduciária em forma de títulos públicos federais no valor de R\$2.170 em 31/12/2020, o qual está relacionado ao financiamento efetuado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Vide Nota 8.

	2020	2019
<b>8. Empréstimos e Financiamentos</b>		
	<b>Encargos Financeiros</b>	<b>Circulante</b>
	IPCA+1,78% ao ano+1,94% spread	22
		3.528
		4.337
		<b>3.528</b>
		<b>5.499</b>

**9. Patrimônio Líquido - I - Capital Social:** Em 31/12/2020, o Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 5.500 Mil (5.500 Mil em 31/12/2019) ações ordinárias e ao portador, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**10. Receita Operacional Líquida**  
 Receitas com prestação de serviços  
 Cessão de direito de uso  
**Receita bruta**  
 (-) Imposto sobre vendas  
**Receita operacional líquida**

	2020	2019
Receitas com prestação de serviços	131.729	103.473
Cessão de direito de uso	38.850	25.940
<b>Receita bruta</b>	<b>170.579</b>	<b>129.413</b>
(-) Imposto sobre vendas	(20.367)	(14.935)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>150.212</b>	<b>114.478</b>

**11. Resultados Financeiros**  
 Receitas financeiras:  
 Rendimento de aplicação financeira  
 Descontos obtidos  
 Outros

	2020	2019
Rendimento de aplicação financeira	1.145	1.764
Descontos obtidos	290	2
Outros	180	11
	<b>1.615</b>	<b>1.777</b>

**Adriano José Jureidini Dias** - Diretor Presidente

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

sas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	32.615	8.941
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(645)	(579)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(8.119)	(7.894)
<b>Aumento/ Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.418</b>	<b>(5.170)</b>

**12. Imposto de Renda e Contribuição Social - Reconciliação da taxa de efetiva de imposto de renda e contribuição social:**

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição Social	32.615	8.941
Imposto de renda	25,6%	25%
Contribuição Social	9%	9%
Alíquota nominal - 34%	(11.089)	(3.040)
Ajuste de juros sobre capital próprio	546	699
Diferenças permanentes	182	5
Diferenças temporárias/outros	-	56
<b>Impostos correntes e diferidos</b>	<b>(10.361)</b>	<b>(2.280)</b>
Alíquota efetiva	<b>32%</b>	<b>26%</b>

**13. Seguros** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **14. Gestão de Risco e Instrumentos Financeiros - I - Gestão de riscos:** Conforme mencionado na Nota 1, os negócios da Companhia consistem na prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, importação, exportação, comercialização, suporte, treinamento, publicações e serviços de software e sistemas em geral. Comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados. Licenciamento ou cessão de Direito de uso de Programas de computação. Representação de Qualquer Natureza Inclusive Comercial. Gestão, administração e gerenciamento. Participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a Sociedade. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: • Risco de crédito: decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber por parte de clientes. Este risco é administrado por meio de política de análise de crédito. • Risco de liquidez: consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado pelas áreas de Gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. **II - Instrumentos Financeiros:** Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, estão abaixo demonstrados. O valor de custo atualizado destes instrumentos financeiros equivale ao seu valor justo.

	2020	2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.122	17.704
Contas a Receber de Clientes	44.585	26.509
Impostos a Recuperar	3.398	4.359
Outros Créditos	1.975	2.156
<b>Total</b>	<b>81.080</b>	<b>50.728</b>

	2020	2019
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	16.584	9.811
Obrigações Fiscais e Tributárias	6.902	2.677
Empréstimos e Financiamentos	3.550	5.499
Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais	6.834	6.722



**Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos**

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16

**Relatório da Administração**

A Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhada do relatório do auditor independente.

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
<b>Ativo circulante</b>		<b>63.916</b>	<b>46.051</b>	<b>90.504</b>	<b>56.423</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>90.743</b>	<b>64.539</b>	<b>104.105</b>	<b>72.909</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.318	5.477	19.416	6.942	Fornecedores	13	9.246	1.851	10.292	1.843
Contas a receber de clientes	7	44.215	37.590	49.672	44.743	Empréstimos e financiamentos	14	31.280	23.018	32.482	23.018
Caixa restrito	8	5.640	—	5.640	—	Obrigações sociais	15	7.138	12.155	8.177	14.252
Estoques	—	2.103	831	2.189	831	Obrigações tributárias	16	25.607	9.617	34.704	14.744
Tributos a recuperar	9	6.067	1.143	8.967	2.873	Aluguéis a pagar	—	—	1.092	—	—
Despesas Antecipadas	—	1.178	—	1.374	—	Arrendamento mercantil	17	8.385	8.779	8.385	8.779
Outros recebíveis	—	2.395	1.010	3.246	1.034	Dividendos a pagar	20.b	—	3.410	—	3.410
<b>Ativo não circulante</b>		<b>316.312</b>	<b>273.795</b>	<b>203.754</b>	<b>181.630</b>	Outras contas a pagar	18	9.087	4.617	10.065	5.771
Despesas Antecipadas	—	—	—	8.315	—	<b>Passivo não circulante</b>		<b>269.673</b>	<b>223.735</b>	<b>170.341</b>	<b>133.572</b>
Partes relacionadas	27	3.583	4.134	—	—	Empréstimos e financiamentos	14	24.172	14.483	28.310	14.483
Depósitos judiciais	19	26.433	15.737	26.665	17.801	Partes relacionadas	27	104.719	93.523	—	450
Tributos a recuperar	9	—	9.737	—	9.737	Provisão para contingências	19	18.702	16.740	19.949	18.242
Impostos diferidos	26	9.849	—	11.369	—	Arrendamento mercantil	17	116.553	92.069	116.553	92.069
Outros recebíveis	—	490	—	489	89	Impostos diferidos	26	—	1.544	—	1.544
Investimentos	10	59.277	40.533	—	—	Obrigações tributárias	16	2.500	—	2.500	—
Imobilizado	11	205.855	198.221	129.523	145.841	Outras contas a pagar	18	3.027	5.376	3.029	6.784
Intangível	12	10.825	5.433	27.393	8.162	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>19.812</b>	<b>31.572</b>	<b>19.812</b>	<b>31.572</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>380.228</b>	<b>319.846</b>	<b>294.258</b>	<b>238.053</b>	Capital social	20.a	234.467	234.017	234.467	234.017

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$ - exceto quando indicado de outro modo)

**1. Informações gerais - 1.1 Contexto operacional:** A Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") atuam nos ramos da armazenagem alfandegada (sob controle aduaneiro) de produtos importados e a exportar, armazenagem de mercadorias nacionais ou nacionalizadas em regime de armazéns gerais, transporte de cargas e demais serviços afins que se relacionem aos produtos armazenados e/ou transportados, como: entrepostamento, desconsolidação, distribuição, montagem de kits promocionais, reembalagem, etiquetagem, entre outros. A Companhia é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital, domiciliada na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, conjunto 92, bairro Água Branca. O Grupo possui contratos de arrendamento operacionais e de aluguel comercial para áreas Operacionais e Administrativas.

**Grupo**

Grupo	Vencimento	Referência
Guarujá Terminal I Alfandegado	indeterminado	(1)
Guarujá Terminal II Cila	permanente	(2)
Atlântico Terminal I	08/04/26	(3)
Suata Terminal I	indeterminado	(3)
Suape Terminal II	permanente	(3)
Suape Transportes	permanente	(3)
Itajaí Terminal CLIA	permanente	(4)
São Paulo Armazém Frigorífico	permanente	(4)
Administração Central	permanente	(4)

(1) Contrato de Arrendamento PRES 26/96 firmado com a CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo, regido pela Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos). Apesar da data prevista para o encerramento do prazo contratual ser 22/05/2016, a Localfrio obteve, em 06/04/2016, por meio de decisão judicial, o direito à permanência na área do Guarujá Terminal I Alfandegado até o exame, pela ANTAQ/SEP, do seu pedido de recomposição econômico-financeiro do contrato de arrendamento (PA nº 0045.004137/2013-04). Essa decisão judicial se deu em decorrência do reconhecimento, pela Secretaria de Portos ("SEP"), da legitimidade do pleito da Localfrio e da consequente não inclusão da área no escopo das próximas licitações. Sendo assim, a Localfrio continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele existente. No processo administrativo, houve votação favorável (2X1) da Diretoria da ANTAQ, declarando que: a) as receitas auferidas pela Localfrio em virtude da cobrança pelos serviços de escaneamento de contêineres, não foram suficientes para amortizar os investimentos realizados no período contratual (FCM-A), mas que conjugadas com a exploração adicional da área no período de maio de 2016 a setembro de 2018 (FCM-B) acabou por remunerar e amortizar os investimentos realizados no arrendamento; e b) o débito referente ao IPTU assim como futuros investimentos admitidos pelo Poder Concedente, são ensejadores de desequilíbrio e caso sejam adotados os valores indicados pela arrendatária o montante devido ser pago, fazendo jus à exploração da área até meados de 2023. A Antaq intimou a Localfrio a apresentar informações e documentos complementares para instrução do processo, em razão da Resolução nº 7978/Antaq, de 31/08/2020, que reconheceu que o ônus do IPTU é fator potencialmente desequilibrador de contratos, a depender da análise específica, caso a caso, da matriz de risco contratual existente, das circunstâncias específicas e concretas de impacto no fluxo de caixa contratual, além dos fatores decorrentes dos encargos acessórios, bem como da legislação tributária municipal aplicável. A Localfrio apresentou as informações e documentação solicitadas, sendo que após reanálise e readequações técnicas, o cenário para exploração da área apontou para setembro de 2022. No processo judicial, aguarda-se julgamento, de 2ª instância, do recurso apresentado pela União contra decisão liminar que suspendeu a área das próximas licitações e prorrogou a manutenção da Localfrio nela até decisão final do processo administrativo. Concomitantemente, em 1ª instância, iniciou-se fase de análise pericial. Supervenientemente, em 10/05/2017, o Presidente da República publicou o Decreto nº 9.048, possibilitando a adaptação dos contratos de arrendamento portuário vigentes à Lei dos Portos, a Lei nº 12.815/2013. Referido Decreto, ao dispor sobre as condições de adaptação, estabeleceu uma norma que vincula a Administração Federal, em benefício das empresas arrendatárias que possam demonstrar o atendimento aos requisitos previstos no regulamento. No que se refere ao contrato de arrendamento PRES 26/96, sustenta-se que a Localfrio atende as três condições para o pleito de adaptação previsto no art. 2º do Decreto: "i) o contrato de arrendamento foi firmado na vigência da Lei nº 6.830/1993; "ii) referido contrato esteja em vigor na data da publicação do Decreto (em razão da liminar) e, "iii) a Localfrio manifestou seu interesse na adaptação em 25/05/2017, ou seja, em até 180 dias a contar de 11/05/2017. A adaptação permitirá a adoção de cláusulas contratuais que estabeleçam, entre outras disposições, a possibilidade de prorrogação da outorga de até 35 anos, prorrogável por sucessivas vezes, a critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos, incluídos o prazo de vigência original e todas as prorrogações. Diante disso, o Decreto viabilizou que, com a adaptação, o contrato da Localfrio possa ter, como limite máximo do novo prazo contratual, o prazo de 12 anos (35 anos abatidos os 23 anos originais já gozados), com a possibilidade futura das prorrogações sucessivas até 70 anos. O pleito de adaptação feito pela Localfrio encontra-se suspenso pelo Ministério dos Transportes, em decorrência de recente decisão do TCU sobre o Decreto, mas já contendo, inclusive, o comprometimento de investimentos que sustentariam a permanência da operação pelo período inicial indicado, bem como parecer favorável do Ministério reconhecendo o cumprimento dos requisitos de adaptação pela Localfrio. (2) Contrato firmado com a Construtora Lins, proprietária do imóvel, com áreas para possível ampliação. A Unidade Guarujá Terminal II obteve o licenciamento para operar o regime de exploração de CLIA (Centro Logístico Industrial Aduaneiro), com o respectivo Ato Declaratório de Alfandegamento publicado no D.O.U em 11/08/2017, que lhe permite movimentar, armazenar e efetuar despacho de mercadorias procedentes do exterior. O licenciamento da CLIA conferirá à Companhia o direito a permanecer neste imóvel pelo prazo da licença. O processo judicial que possibilitou a obtenção da referida licença encontra-se em fase de julgamento no Superior Tribunal de Justiça "STJ", devendo ser reconhecido, em definitivo, o direito da Localfrio ao CLIA, com a manutenção da situação jurídica consolidada. (3) Unidade operacional formada por dois contratos de arrendamento firmados com SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, sendo um CT nº 58, de 2000, da Suata, com vencimento para 29/01/2021 com 41.000 m² e outro CT nº 58, de 1992, da ATLANTICO, com vencimento para 08/04/2026 com 50.000 m². Encontra-se em análise da SEP, pedido administrativo de unificação desses contratos. A unificação dos contratos permitirá que a Receita Federal trate a área total como um só Recinto Alfandegado, aumentando a eficiência e reduzindo custos. Em 23/08/2016, foram assinados, com a SEP, aditamentos aos respectivos contratos (5º Termo Aditivo - Suata e 10º Termo Aditivo - Atlântico), transferindo a titularidade desses contratos para a Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos. Supervenientemente, em 10/05/2017, o Presidente da República publicou o Decreto nº 9.048, possibilitando a adaptação dos contratos de arrendamento portuário vigentes à Lei dos Portos, a Lei nº 12.815/2013. Referido Decreto, ao dispor sobre as condições de adaptação, estabeleceu uma norma que vincula a Administração Federal, em benefício das empresas arrendatárias que possam demonstrar o atendimento aos requisitos previstos no regulamento. No que se refere ao contrato de arrendamento CT nº 58, de 2000, sustenta-se que a SUATA atende as três condições para o pleito de adaptação previsto no art. 2º do Decreto: "i) o contrato de arrendamento foi firmado na vigência da Lei nº 6.830/1993; "ii) referido contrato esteja em vigor na data da publicação do Decreto e, "iii) a SUATA manifestou seu interesse na adaptação em 04/07/2017, ou seja, em até 180 dias a contar de 11/05/2017. A adaptação permitirá a adoção de cláusulas contratuais que estabeleçam, entre outras disposições, a possibilidade de prorrogação da outorga de até 35 anos, prorrogável por sucessivas vezes, a critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos, incluídos o prazo de vigência original e todas as prorrogações. Diante disso, o Decreto viabilizou que, com a adaptação, o contrato da SUATA possa ter, como limite máximo do novo prazo contratual, o prazo de 15 anos (35 anos abatidos os 20 anos originais já gozados), com a possibilidade futura das prorrogações

sucessivas até 70 anos. O pleito de adaptação feito pela SUATA encontra-se suspenso pelo Ministério dos Transportes, em decorrência de recente decisão do TCU sobre o Decreto. Apesar da data prevista para o encerramento do prazo contratual ser 29/01/2021, a Localfrio obteve, em 22/01/2021, por meio de decisão judicial, o direito à permanência na área até o exame, pela ANTAQ/SEP, do seu pedido de recomposição econômica-financeira do contrato de arrendamento (PA nº 50300.009972/2020-13), em razão de a) investimentos adicionais em instalações; b) investimentos e despesas necessárias em função de determinações da Receita Federal do Brasil, e c) incidência de IPTU sobre a área arrendada, em trâmite na ANTAQ. Sendo assim, a SUATA continua operando normalmente na área, mesmo após a data prevista de encerramento do contrato, mantendo-se vigentes todos os direitos e obrigações nele existente. No processo administrativo, o pedido de equilíbrio está em análise pela ANTAQ. No que se refere ao contrato CT nº 58, de 1992, da ATLANTICO, apesar da Cia. também ter manifestado o seu interesse na adaptação em 04/07/2017, entende-se não ser possível a sua adaptação, pois há dispositivo expresso no Decreto em excepcionar os contratos celebrados anteriormente à Lei nº 6.830/1993. Diante desse cenário, a Localfrio manifestou interesse, em 23/01/2018, dentre das alternativas propostas pelo próprio Ministério dos Transportes, na unificação dos referidos contratos pela expansão de áreas ao contrato de arrendamento CT nº 58, de 2000, por meio de rescisão amigável do contrato de arrendamento CT nº 58, de 1992, permitindo a preservação da área total como um só recinto. (4) A Unidade Itajaí Terminal CLIA obteve o licenciamento para a exploração de CLIA (Centro Logístico Industrial Aduaneiro), com o respectivo Ato Declaratório de Alfandegamento publicado no D.O.U em 16/05/2016, que lhe permite movimentar, armazenar e efetuar despacho de mercadorias procedentes do exterior. **Plano estratégico para a retomada de lucro:** No início do ano de 2019, a Companhia aprovou junto ao conselho de Administração seu plano estratégico, com menor participação dos armazéns alfandegados e com maior foco em serviços com maior valor agregado direcionando sua atuação como uma Empresa de solução logística integrada. Esse movimento continuou a ser perseguido no ano de 2020 com a contratação de novos diretores (Operações e Comercial), de forma a consolidar a estratégia definida pela Companhia. Em continuidade ao plano estratégico no que tange à sua estrutura de capital, a Companhia já havia reestruturado sua dívida de curto prazo em 2019 com a conclusão da operação CRI (Certificado de registro imobiliário) de pagamento de 12 meses de forma a adequar o fluxo de caixa à sua capacidade de pagamento. Adicionalmente no ano de 2020, com objetivo de fortalecer o seu fluxo de caixa para superar os efeitos da pandemia do Covid-19 no seu negócio a Companhia efetuou captações de médio prazo utilizando linhas de financiamentos oferecidas pelo Governo (PEAO), com garantias oferecidas pelo BNDES (Programa Nacional de Desenvolvimento). No que se refere à busca de eficiência nos processos administrativos e financeiros a Companhia além de consolidar a implantação do Centro de Serviços Compartilhados, além de funções antes alocadas individualmente nas operações foram centralizadas no escritório central de forma a trazer mais sinergia, maior controle e padronização dos processos, concluiu a implantação de um novo ERP SAP Hana de forma a suportar a administração com informações ainda mais assertivas e tempestivas para as tomadas de decisões. Além disso a Companhia com o objetivo de fortalecer ainda mais sua Governança Corporativa, publicou seu código de conduta com a ciência de todos seus colaboradores, e criou um canal de denúncia consolidando a importância do Compliance nas suas operações. No que tange à excelência operacional, com a chegada do diretor de operações, o ano de 2020 foi estruturante com a criação de novos indicadores operacionais. Na área de Saúde, Segurança e Meio ambiente houve avanço no desempenho de segurança, com a redução de 91% da taxa de frequência de acidentes com afastamento, em relação a 2019. Houve ainda a reestruturação da área de qualidade em todo grupo, adequada ao mesmo modelo de governança utilizado em SSMA. Apesar do ano de 2020 ter sido impactado pela Pandemia, a Companhia conseguiu manter a sua receita líquida dos impostos consolidada nos mesmos patamares de 2019 de R\$ 283.598 para R\$ 275.168 em 2020, e atingimos melhora no prejuízo do exercício de R\$ 28.508 em 2019 para R\$ 15.619 em 2020. **1.2 Coronavírus (COVID-19)** O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que trouxe uma crise sanitária e econômica-financeira nunca antes vivenciada no Brasil e no mundo. Os impactos do Covid-19 na Localfrio trouxeram desafios de várias naturezas sejam operacionais, administrativos e financeiros, que a Companhia soube conjugar de forma a preservar a continuidade de seus negócios com foco na manutenção da integridade física e mental de seus integrantes e parceiros. Apesar do grande impacto da atividade portuária no Brasil e no mundo decorrente da Pandemia, principalmente nos 2º e 3º trimestres, onde no principal Porto do País (Porto de Santos) o movimento chegou a registrar quedas de até 50% do volume de contêineres, a Localfrio manteve todas as suas operações em pleno funcionamento prestando serviço de qualidade à seus clientes e à sociedade. No 4º trimestre com a retomada dos volumes movimentados nos portos do Brasil e do mundo decorrente de medidas fiscais e financeiras de incentivo da produção e consumo dos Governos, a Companhia comprou parte da retração ocorrida nos trimestres anteriores tendo alcançado uma receita nos mesmos patamares, de R\$ 314 milhões (em 2020) para R\$ 317 milhões (em 2019), apesar do PIB Brasileiro ter registrado uma queda de 4,1%. Entretanto no que tange ao EBITDA, com o impacto da pandemia e consequente queda do volume nos portos, a Companhia revisou sua estratégia de preços com foco na cobertura de seus custos fixos, reduzindo a sua margem operacional tendo uma redução de EBITDA do ano de 2020 em 34,29%. R\$ 35 milhões em R\$ 2019 para R\$ 23 milhões em 2020. Adicionalmente, com objetivo de reforçar seu caixa para enfrentar os efeitos adversos da pandemia, a Companhia realizou captações na ordem de R\$ 61 milhões, incluindo linhas de crédito oferecidas pelo BNDES para mitigar impacto do covid-19 (PEAC-FGI) com prazos maiores e taxas mais atrativas, também atuou fortemente no recebimento de créditos de clientes inadimplentes (redução de aging),

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<b>246.891</b>	<b>254.337</b>	<b>275.168</b>	<b>283.598</b>
Custo dos serviços prestados	22.a	(226.875)	(213.625)	(249.027)	(235.853)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.016</b>	<b>40.712</b>	<b>26.141</b>	<b>47.745</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>					
Despesas administrativas e gerais	22.b	(36.124)	(29.102)	(39.004)	(35.170)
Despesas tributárias	—	(697)	(183)	(2.160)	(919)
Resultado de equivalência patrimonial	10	14.959	(22.620)	—	—
Outras receitas operacionais	23	7.363	6.250	24.804	9.180
Outras receitas/(despesas) não operacionais	—	(429)	—	14	—
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>5.088</b>	<b>(4.943)</b>	<b>9.795</b>	<b>20.836</b>
Despesas financeiras	24	(27.232)	(17.513)	(29.210)	(18.375)
Receitas financeiras	24	213	1.404	330	3.354
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(27.019)</b>	<b>(16.109)</b>	<b>(28.880)</b>	<b>(15.021)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(21.931)</b>	<b>(21.052)</b>	<b>(19.085)</b>	<b>5.815</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	—	(43)	(4.365)	(1.837)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	6.312	(7.413)	7.831	(32.486)
<b>Prejuízo líquido dos exercícios</b>		<b>(15.619)</b>	<b>(28.508)</b>	<b>(15.619)</b>	<b>(28.508)</b>
<b>Resultado por ação</b>					
Número médio ponderado de ações - básico	25	945.299.101	945.299.101	945.299.101	945.299.101
Prejuízo por ação - básico	25	(16,52)	(30,16)	(16,52)	(30,16)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis e individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(21.931)</b>	<b>(21.052)</b>	<b>(19.085)</b>	<b>5.815</b>
Ajustes para conciliar o lucro/prejuízo líquido pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações		18.767	11.486	13.511	14.696
Perda estimada com crédito de liquidação a riscosa		1.044	(301)	1.737	(301)
Provisão para riscos processuais		1.962	(9.882)	1.707	(16.580)
Valor residual de baixas - imobilizado		25.016	(147)	29.154	(164)
Resultado de equivalência patrimonial		(14.959)	22.620	—	—
Perdas (ganhos) com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos		—	105	—	105
Juros e variações monetárias sobre empréstimos		2.697	8.429	2.794	8.429
Juros sobre arrendamento		8.721	—	8.721	—
IRPJ e CSLL do exercício		6.312	(7.456)	3.465	(34.323)
Caixa restrito		(5.640)	—	(5.640)	—
Contas a receber de clientes		(7.669)	(1.323)	(6.666)	(3.355)
Estoques		(1.272)	(831)	(1.358)	(831)
Tributos a recuperar		4.813	(6.438)	3.643	(6.806)
Depósitos judiciais		(10.696)	(1.157)	(8.864)	(1.258)
Despesas Antecipadas		(1.178)	—	(9.689)	—
Outros créditos a receber		(1.875)	1.664	(2.612)	917
Fornecedores		7.395	(11.474)	8.449	(15.847)
Obrigações sociais		(5.017)	4.716	(6.075)	5.740
Obrigações tributárias		18.490	1.139	22.460	2.709
Outras contas a pagar		1.029	1.474	(553)	6.001
IRPJ e CSLL Diferidos		(11.393)	7.413	(12.913)	32.487
<b>Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>14.616</b>	<b>(1.015)</b>	<b>22.186</b>	<b>(2.566)</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado líquido		(20.920)	(3.336)	(27.178)	(7.628)
Aquisição de intangível, líquido		(6.225)	—	(22.180)	—
Aporte de capital em controlada		(3.785)	(4.219)	—	—
<b>Fluxo de caixa (consumido) pelas atividades de investimento</b>		<b>(30.930)</b>	<b>(7.555)</b>	<b>(49.358)</b>	<b>(7.628)</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento</b>					
Ingressos de empréstimos e financiamentos		54.888	25.169	60.888	25.169
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal e juros)		(39.634)	(73.159)	(40.391)	(74.049)
Pagamento de arrendamento		(14.296)	(3.405)	(14.296)	63.150
Ingressos de arrendamento		—	—	33.445	—
Partes relacionadas		11.747	64.792	(450)	450
Integralização de capital social		450	—	450	—
<b>Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>		<b>13.155</b>	<b>13.397</b>	<b>39.646</b>	<b>14.720</b>
<b>Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.159)</b>	<b>4.827</b>	<b>12.474</b>	<b>4.526</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do período		5.477	6		

Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

...continuação

nhecidos no balanço patrimonial. **2.9. Intangível:** (a) **Concessões de serviços públicos:** A Companhia e suas controladas Atlântico e Suata possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamentos. Essas companhias atuam sob regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica IPC nº 01 (R1) – “Contratos de Concessão”, em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente. Dessa forma, não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações contábeis da Companhia ou do Grupo em decorrência desse pronunciamento. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor atribuído às concessões refere-se ao valor justo das concessões das controladas Atlântico e Suata, atribuído como parte da alocação da contraprestação paga na aquisição dessas empresas em 2010. O Grupo possuía *impairment* reconhecido no montante de R\$ 22.088 sobre as concessões das controladas Atlântico e Suata, sendo o montante de R\$ 13.929 revertido no exercício findo em 31/12/2020, conforme o estudo de recuperabilidade baseado em projeções futuras sobre os fluxos de caixa para as concessões em questão (Nota explicativa nº 12). (b) **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados. (c) **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, se aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. (a) **Benefícios pós-emprego:** O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está demonstravelmente comprometido com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. (b) **Participação nos lucros:** O reconhecimento da participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Grupo, *vis-à-vis* as metas estabelecidas pela administração, estando apresentado na rubrica “Obrigações sociais” no passivo circulante, quando aplicável. **2.13. Redução ao valor recuperável – impairment:** Os ativos que estão sujeitos à amortização/depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.14. Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **2.15. Operações de arrendamento mercantil:** Os contratos são considerados como arrendamento mercantil quando atender a ambas as condições abaixo: • Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; • O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **2.16. Reconhecimento de receita:** Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para as entidades; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para a atividade da Companhia ou das suas controladas (atingimento da obrigação de performance). (a) **Vendas de serviços:** As receitas de contratos de prestação de serviços de armazenagem e de transporte são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração do Grupo efetuou o estudo da projeção de lucro tributável futuro e não constatou indícios de redução aos valores registrados. **2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **2.19. Capital social:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável a esco-

lha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

**3. Uso de estimativa e julgamento –** A preparação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. (a) **Apresentação das demonstrações contábeis no pressuposto da continuidade operacional:** A administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve o plano da administração para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período de tempo apropriado é considerado julgamento crítico pela administração da Companhia. (b) **Ativo imobilizado:** Anualmente a vida útil dos ativos imobilizados do grupo é revisada. Esta avaliação é efetuada de acordo com a estimativa de utilização dos bens registrados no ativo imobilizado e resulta em uma taxa de depreciação anual. As taxas de depreciação definidas para o exercício de 2020 e de 2019, estão apresentadas na nota explicativa nº 2.9. Uma alteração nas referidas taxas gera impacto direto nos resultados operacionais do grupo. (c) **Imposto de renda e contribuição social:** É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável que existirão resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a Companhia ou suas controladas não consigam gerar resultados tributáveis futuros ou se existe uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa de parte ou todo do imposto de renda diferido ativo. (d) **Provisão para processos judiciais e administrativos:** A Companhia e suas controladas, direta e indireta, são partes envolvidas em processos tributários, civis, trabalhistas e outros em andamento conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. A definição dos valores a serem provisionados relacionados a estas contingências são baseados em estimativas para as quais a administração conta com a opinião dos assessores jurídicos do Grupo, a natureza dos processos e a experiência histórica. Qualquer alteração das perspectivas de sucesso na defesa desses processos pode afetar de forma relevante os resultados operacionais do grupo. Especificamente quanto aos trabalhistas, consideram-se todos com probabilidade de perda provável, provisionando-se um percentual do valor total envolvido, de acordo com as premissas estabelecidas através do critério baseado no histórico de processos encerrados dos últimos 36 meses, onde se compara o valor inicialmente calculado versus o valor da condenação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: **Contingências ativas:** Ganhos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Não há qualquer ativo dessa natureza registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019. **Contingências passivas:** Contingências passivas são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que implicaria forte indicio de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis de forma confiável. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis nas notas explicativas, e as classificadas como de perda remota não requerem provisão ou divulgação. (e) **Redução ao valor recuperável de contas a receber:** A política contábil para estabelecer a provisão para *impairment* de contas a receber requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas pelo departamento financeiro e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado o montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade. A provisão para redução ao valor recuperável desses créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. (f) **Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo intangível de concessão e outros ativos não-financeiros:** Anualmente, a Companhia efetua testes de eventuais perdas (*impairment*) do ativo intangível de concessão, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.15. Os valores recuperáveis de UGC foram determinados com base no cálculo do valor em uso, efetuados com base em premissas adotadas pela administração. Caso essas premissas se realizem de maneira diferente da esperada pela administração, o valor da provisão para *impairment* pode requerer complemento.

**4. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em consonância com os princípios básicos de consolidação previstos nos CPCs e apresentam os saldos das contas e transações da Controladora, de suas controladas diretas, Atlântico e Localfrío Administração de Bens, e sua controlada indireta, Suata. Os saldos e as transações intercompartilhadas foram eliminados na consolidação. As transações e saldos com partes relacionadas estão detalhados na nota 27. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. O excesso da contraprestação transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação no grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	2020	2019
<b>Diretas</b>		
Atlântico Terminais S.A.	100,00%	100,00%
Localfrío Administração de Bens S.A.	100,00%	100,00%
<b>Indiretas</b>		
Suata Serviços Unificados de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A. (a)	100,00%	100,00%

(a) A Companhia Suata Serviços Unificados de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A. controlada indireta pertence 100% a Atlântico Terminais S.A.

**5. Gestão de risco financeiro – 5.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco com taxas de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. (a) **Risco de mercado:** Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazos. Os empréstimos captados a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados a taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2020 e 2019, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais. A administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros passivas atrelados a taxas pós-fixadas. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os clientes são avaliados pela área de análise de crédito, que os avalia levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, como garantias reais existentes para realização do crédito. Os limites de

riscos individuais são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Durante o exercício a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência das outras contrapartes, além daquelas que já estão provisionadas nessas demonstrações contábeis. (c) **Risco com taxas de câmbio:** O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas. (d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de maneira corporativa pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pela Tesouraria central do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas provisões acima mencionadas. Na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo mantém fundos de curto prazo de R\$ 11.560 em 2020 (2019 – R\$ 2.702) e um total de disponibilidades em 2020 de R\$ 19.416 (2019 – R\$ 6.942) que, em conjunto com as operações do Grupo, se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, representado pelo capital circulante líquido negativo consolidado de R\$ 14.420 em 2020 (2019 – R\$ 16.486). A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (i)	2020	2019 (i)
Até um Entre um e Acima de ano dois anos dois anos	31.280	24.172	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Fornecedores, alugueis, arrendamentos e outras obrigações (*)	26.718	29.089	87.464	87.464
Partes relacionadas	–	31.062	73.657	73.657
Em 31/12/2019	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	23.018	14.483	–	–
Fornecedores, alugueis e outras obrigações (*)	29.632	5.376	–	–
Partes relacionadas	–	14.490	79.033	79.033
Consolidado	–	–	–	–
Até um Entre um e Acima de ano dois anos dois anos	32.482	28.310	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Fornecedores, alugueis, arrendamentos e outras obrigações (*)	28.742	32.118	87.464	87.464
Em 31/12/2019	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	23.018	14.483	–	–
Fornecedores, alugueis e outras obrigações (*)	38.002	6.784	–	–

(\*) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros, e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

**5.2. Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de endividamento consolidados em 31/12/2020 e de 2019 podem ser assim resumizados:

	2020	2019 (*)
Montante total de dívida líquida	130.092	97.147
Total do patrimônio líquido	19.812	31.572
Índice de alavancagem financeira	6,57	3,08

Controlante com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao passível exigível (incluindo circulante e não circulante e excluídos o imposto de renda e contribuição social diferidos, arrendamento mercantil e as provisões para processos judiciais e administrativos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. (\*) A Administração da Companhia procedeu com a revisão do conceito de dívida líquida utilizado até o exercício findo em 31/12/2019, e procedeu com a adequação para melhor apresentação do índice de alavancagem financeira. **5.3. Novos pronunciamentos técnicos adotados:** Durante o exercício de 2020, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes: • Definição de negócios (alterações no IFRS 3); • Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8); • Reforma da taxa de juros referencial (alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7); • Alterações às referências à estrutura conceitual básica (várias normas); • Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16). As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação. Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • IFRS 17 Contratos de seguros; • Alterações no IFRS 17 Contratos de seguros (IFRS 17 e IFRS 4); • Referências à Estrutura Conceitual; • Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16); • Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37); • Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações no IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019
Caixa e saldos em bancos	1.581	2.918	7.856	4.240
Aplicações financeiras	737	2.559	11.560	2.702
<b>Total</b>	<b>2.318</b>	<b>5.477</b>	<b>19.416</b>	<b>6.942</b>

	Taxas	Contro-	Conso-	
	médias	ladora	olidado	
Investimentos mantidos para negociação – % CDI	2020	2019	2020	2019
CDB pós-fixado	100,00	737.2.559	11.560	2.702

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, referem-se à remuneração obtida no período de janeiro a dezembro de 2020 e de 2019 e estão relacionadas à taxa do CDI e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa.

**7. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (i)	2020	2019 (i)
Clientes	47.757	40.390	83.594	77.229
Órgãos governamentais	13.354	13.354	13.354	13.354
Clientes estrangeiros	302	–	302	–
Liquidação duvidosa – PECLD	(17.198)	(16.154)	(47.578)	(45.840)
<b>Total</b>	<b>44.215</b>	<b>37.590</b>	<b>49.672</b>	<b>44.743</b>

As contas a receber são avaliadas pelo grau de dificuldade de sua realização como a seguir indicado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (i)	2020	2019 (i)
<b>Descrição</b>				
A vencer	39.839	39.994	45.011	32.415
Vencidos de 1 a 30 dias	1.828	3.844	1.858	4.537
Vencidos de 31 a 90 dias	1.155	1.309	1.288	1.461
Vencidos de 91 a 180 dias	355	771	365	961
Vencidos acima de 180 dias	18.236	7.826	48.228	51.209
	<b>61.413</b>	<b>53.744</b>	<b>97.250</b>	<b>90.589</b>

É direito previsto em Lei dos Armazéns Gerais e Alfandegados, reter a mercadoria dos clientes como garantia real para os débitos. A movimentação da PECLD do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (i)	2020	2019 (i)
Em 31/12/2019	16.154	16.154	45.840	45.840
Adição da perda esperada com contas a receber	1.044	–	1.738	–
Em 31/12/2020	<b>17.198</b>	<b>16.154</b>	<b>47.578</b>	<b>45.840</b>

(i) A Companhia realizou a reclassificação entre naturezas do contas a receber do exercício de 2019 para melhor apresentação, sendo que tal alteração não teve efeito na demonstração do resultado, bem como, no patrimônio líquido da Companhia. (ii) A constituição de 2020 da PECLD foi com base nos títulos vencidos a mais de 180 dias sem possível recebimento pela Companhia. Para o ano de 2021 estamos contratando uma empresa terceirizada para cobrança dos títulos vencidos a mais de 180 dias PECLD. As Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. (iii) Na avaliação da administração da Companhia não existem efeitos materiais a serem divulgados na nota do Contas a Receber referente a impactos no decorrentes da pandemia do COVID-19.

**8. Caixa restrito (Controladora e Consolidado)**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa restrito	–	–	5.640	–

O caixa restrito refere-se ao fundo de reserva e fundo de despesa aduaneiro em decorrência da operação do CRI junto a instituição financeira BR Partners que será realizado até o final de março de 2032 conforme contrato vigente entre as partes.

**9. Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (c)	15	15	29	792
Imposto de renda pessoa jurídica (c)	497	35	652	35
Contribuição social sobre o lucro (c)	162	29	236	29
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) (a)	65	61	68	70
Instituto Nacional de Seguridade Social a Compensar (c)	–	373	–	428
FUNDAF a compensar (b)	–	9.737	–	9.737
PIS e COFINS a compensar (c)	238	–	386	–
IRPJ saldo negativo (c)	–	–	1.931	–
CSLL saldo negativo	–	–	575	–
PIS e COFINS a Compensar Crédito Extemporâneo (d)	5.090	–	5.090	–
Outros impostos a compensar	–	630	–	1.519
<b>Total</b>	<b>6.067</b>	<b>10.880</b>	<b>8.967</b>	<b>12.610</b>

**Circulante**

	Controladora		Consolidado																																						
	2020	2019	2020	2019																																					
<b>Não circulante</b>	–	–	–	–																																					
(a) O ICMS refere-se a créditos do imposto que estão vinculados a mercadorias de clientes de outros Estados da Federação recebidas para arremazagem, devendo ser objeto de compensação com o respectivo débito por ocasião da retirada das respectivas mercadorias. (b) O valor de R\$ 9.737, refere-se ao processo do FUNDAF (Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização), transitado em julgado pela Justiça Federal de Brasília em favor da Companhia no exercício de 2018. A Administração concluiu a compensação do referido valor, com os pagamentos de impostos federais durante o exercício de 2020. (c) Os impostos Federais serão compensados/realizados no decorrer do ano de 2021. (d) Durante o exercício de 2020 a Administração da Companhia registrou créditos extemporâneos nos montantes de R\$ 5.090, referente período de março de 2016 a dezembro 2019 sobre créditos de PIS e COFINS do custo com depreciação do ativo imobilizado. <p><b>10. Investimentos – (a) Informações sobre investimento avaliado pela equivalência patrimonial e outros investimentos</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Participação no capital social %</th> <th colspan="2">Investimentos</th> <th colspan="2">Equivalência patrimonial</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Empresa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atlântico Terminais S.A.</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> <td>45.667</td> <td>36.314</td> <td>9.354</td> <td>(22.620)</td> </tr> <tr> <td>Localfrío Administração de Bens – SPE</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> <td>13.610</td> <td>4.219</td> <td>5.605</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td><b>59.277</b></td> <td><b>40.533</b></td> <td>&lt;</td></tr></tbody></table>		Participação no capital social %		Investimentos		Equivalência patrimonial			2020	2019	2020	2019	2020	2019	<b>Empresa</b>							Atlântico Terminais S.A.	100,00	100,00	45.667	36.314	9.354	(22.620)	Localfrío Administração de Bens – SPE	100,00	100,00	13.610	4.219	5.605	–	<b>Total</b>			<b>59.277</b>	<b>40.533</b>	<
	Participação no capital social %		Investimentos		Equivalência patrimonial																																				
	2020	2019	2020	2019	2020	2019																																			
<b>Empresa</b>																																									
Atlântico Terminais S.A.	100,00	100,00	45.667	36.314	9.354	(22.620)																																			
Localfrío Administração de Bens – SPE	100,00	100,00	13.610	4.219	5.605	–																																			
<b>Total</b>			<b>59.277</b>	<b>40.533</b>	<																																				

Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

	Terrenos e Edificações	Veículos industriais	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Caminhões, carretas e bugs	Benefetórias em bens de terceiros e outros	Direito de uso IFRS16	Total
Adições	4.709	4.082	2.841	528	657	663	13.698	27.178	
Transferências	317	397	8.043	(226)	305	(7.832)	(1.004)	—	
Depreciação	(649)	(1.397)	(255)	(302)	(540)	(1.986)	(2.390)	(10.562)	
Baixa	(5.218)	—	(9.765)	(15)	(1.009)	—	(13.147)	(29.154)	
Remensuração de contrato	—	—	—	—	—	—	(3.780)	(3.780)	
<b>31/12/2020</b>	<b>67.725</b>	<b>3.344</b>	<b>7.875</b>	<b>691</b>	<b>996</b>	<b>—</b>	<b>21.422</b>	<b>27.470</b>	
Custo	72.244	65.626	21.569	2.422	4.877	—	46.412	255.288	
Depreciação acumulada	(4.519)	(62.282)	(13.694)	(1.731)	(3.881)	—	(24.990)	(125.765)	
<b>Líquido</b>	<b>67.725</b>	<b>3.344</b>	<b>7.875</b>	<b>691</b>	<b>996</b>	<b>—</b>	<b>21.422</b>	<b>27.470</b>	

12. Intangível

	Con-Software cessão e outros	Projetos em andamento	Total
Em 31/12/2018	36	1.168	1.204
Adições	—	524	4.313
Amortização	—	(608)	(608)
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>36</b>	<b>1.084</b>	<b>5.433</b>
Adições	—	4.252	7.605
Amortização	—	(722)	(1.111)
Baixa	(36)	(441)	(5.155)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>—</b>	<b>4.173</b>	<b>6.652</b>

Taxas anuais de amortização - %

	10 e 6,25	20
Em 31/12/2018	2,923	1,252
Adições	—	565
Amortização	(266)	(890)
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>2,657</b>	<b>927</b>
Adições	13,929	4,998
Amortização	—	(1,292)
Baixa	(36)	(441)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>16,550</b>	<b>4,192</b>

As concessões referem-se aos ativos intangíveis mensuráveis atribuídos às concessões portuárias obtidas através das aquisições das controladas Suata e Atlântico em 2010, nos montantes originais de R\$ 65.000 e R\$ 48.000, respectivamente. Esses intangíveis são amortizados em função dos prazos das concessões, sendo 10 anos para a Suata e 16 anos para o Atlântico. Em 31/12/2020 a Administração da Companhia com apoio de especialistas realizou o estudo baseado em projeções de resultados futuros de fluxos de caixa para as concessões Suata e Atlântico, e com base nos resultados obtidos, o montante de parte do impairment registrado de R\$ 13.929 foram revertidos no exercício.

13. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
2020	9.246	1.851
2019	10.292	1.843
<b>2020</b>	<b>9.246</b>	<b>1.851</b>
<b>2019</b>	<b>10.292</b>	<b>1.843</b>

Fornecedores

O saldo de fornecedores em aberto em 31/12/2020 refere-se em sua maioria a despesas com advogados, alugueis de caminhões referente ao projeto Klabin incluído no exercício de 2020, aluguel de imóvel da unidade Guarujá, despesas com combustíveis, fretes e carretos, serviços de consultoria de TI e alimentação e refeição, com vencimentos para o exercício de 2021.

14. Empréstimos e financiamentos - (a) Composição

	Juros e comissões - %	Atualizações	Amortização (Principal e juros)	2020	2019
Moeda nacional	2,0 a 20,7 a.a.	CDI	Mensal	55.452	33.567
Capital de giro	15,8006% a.a.	CDI	Mensal	—	3.934
Conta garantida	—	—	—	60.792	37.501
<b>Total</b>				<b>55.452</b>	<b>37.501</b>
<b>Circulante</b>				<b>28.310</b>	<b>14.483</b>
<b>Não circulante</b>				<b>27.142</b>	<b>23.018</b>

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	15.307	10.896
A partir de 2022	13.003	3.587
<b>Total</b>	<b>28.310</b>	<b>14.483</b>

15. Obrigações sociais

	Controladora	Consolidado
Salários a pagar	410	1.603
Instituto Nacional da Seguridade Social a pagar	1.250	1.822
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a pagar	314	1.018
Imposto de renda na fonte sobre FOPAG pagar	250	—
Provisão de férias	4.914	4.160
Contribuição sindical	—	3.552
<b>Total</b>	<b>7.138</b>	<b>12.155</b>

16. Obrigações tributárias

	Controladora	Consolidado
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (a)	4.934	2.154
Programa de Integração Social (PIS)	242	93
Contribuição p/ o Financ. Seguridade Social (COFINS)	783	1.712
ICMS	245	1.223
ICMS sobre mercadorias de terceiros	187	271
Imposto de renda na fonte	—	61
INSS retidos de fornecedores	—	1.757
Parcelamento de Imp. Renda, C.Social, PIS e COFINS	118	716
Parcelamento de impostos Estaduais (b)	3.424	—
Impostos Federais (c)	11.875	—
Impostos Estaduais (c)	1.318	—
PIS, COFINS sobre receitas financeiras	10	—
Provisão de Multa e Juros s/ impostos (d)	4.971	1.412
IOF s/ Mútuos	—	—
Outras obrigações	—	218
<b>Total</b>	<b>28.107</b>	<b>9.617</b>

(a) A variação refere-se a impostos sobre serviços prestados em aberto do faturamento de 2020 que serão parcelados no decorrer de 2021. (b) Refere-se ao parcelamento de ICMS efetuado no decorrer do exercício de 2020 sobre o faturamento. (c) Refere-se a impostos sobre faturamento (PIS, COFINS, CSLL e IRPJ) em aberto sobre faturamento de 2020 que serão parcelados no decorrer de 2021. (d) Refere-se a atualização de Multas e Juros sobre impostos em abertos.

17. Arrendamento mercantil - O cronograma de pagamento dos arrendamentos, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
2021	18.983	18.983
2022	21.229	21.229
2023	21.144	21.144
2024	20.886	20.886
2025 a 2032	87.464	87.464
(-) Encargos financeiros futuros	(44.768)	(44.768)
<b>Valor presente dos pagamentos</b>	<b>124.938</b>	<b>124.938</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.385</b>	<b>8.385</b>
<b>Não circulante</b>	<b>116.553</b>	<b>116.553</b>

Controladora

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial	100.848	100.848
Juros incorridos	8.721	8.721
Adições	33.445	33.445
Remensuração de contratos	(3.780)	(3.780)
Pagamentos	(14.296)	(14.296)
<b>Saldo final em 31/12/2020</b>	<b>124.938</b>	<b>124.938</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.385</b>	<b>8.385</b>
<b>Não circulante</b>	<b>116.553</b>	<b>116.553</b>

O indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Contraprestação do arrendamento	14.296	14.296
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.322	1.322
Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa de inflação estimada pelo boletim Focus para 2020 de 3,32% representam os seguintes montantes:		
<b>Ativos de direito de uso</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Fluxo real</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Adições	133.917	42.138
Depreciação	(14.668)	(14.668)
<b>119.249</b>	<b>27.470</b>	<b>27.470</b>
<b>Controladora</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Depreciação	138.363	43.537
Depreciação	(15.155)	(15.155)
<b>123.208</b>	<b>28.382</b>	<b>28.382</b>

A movimentação dos arrendamentos, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
2020	133.917	42.138
2019	(14.668)	(14.668)
<b>119.249</b>	<b>27.470</b>	<b>27.470</b>
<b>Controladora</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Depreciação	138.363	43.537
Depreciação	(15.155)	(15.155)
<b>123.208</b>	<b>28.382</b>	<b>28.382</b>

Passivos de Arrendamento

	Controladora	Consolidado
2020	133.659	133.659
2019	(8.721)	(8.721)
<b>124.938</b>	<b>124.938</b>	<b>124.938</b>
<b>Controladora</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Passivo de arrendamento	138.096	138.096
Despesa financeira	(9.011)	(9.011)
<b>129.085</b>	<b>129.085</b>	<b>129.085</b>

Fluxo inflacionado

	Controladora	Consolidado
2020	138.363	43.537
2019	(15.155)	(15.155)
<b>123.208</b>	<b>28.382</b>	<b>28.382</b>
<b>Controladora</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Passivo de arrendamento	138.096	138.096
Despesa financeira	(9.011)	(9.011)
<b>129.085</b>	<b>129.085</b>	<b>129.085</b>

18. Outras contas a pagar

	Controladora	Consolidado
2020	3.193	1.423
2019	522	2.682
<b>2020</b>	<b>3.193</b>	<b>1.423</b>
<b>2019</b>	<b>522</b>	<b>2.682</b>

Adiantamento de clientes

	Controladora	Consolidado
2020	45	46
2019	4.541	5.740
<b>2020</b>	<b>45</b>	<b>46</b>
<b>2019</b>	<b>4.541</b>	<b>5.740</b>

19. Provisões para contingências - A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outros em andamento, e estão discutindo questões tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. Os processos provisionados foram considerados adequados pela administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. (a) Composição da provisão: Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora	Consolidado
2020	10.028	9.089
2019	9.089	10.175
<b>2020</b>	<b>10.028</b>	<b>9.089</b>
<b>2019</b>	<b>9.089</b>	<b>10.175</b>

(b) Movimentação da provisão: A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	26.622	34.822
2019	(13.492)	(19.060)
<b>2020</b>	<b>26.622</b>	<b>34.822</b>
<b>2019</b>	<b>(13.492)</b>	<b>(19.060)</b>

(c) Descrição das causas: A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: Contingências trabalhistas - tratam-se, principalmente, de reclamações de antigos empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Cíveis e tributárias as principais ações cíveis estão relacionadas a reclamações por indenização para danos morais e materiais, supostamente ocasionados durante a prestação de serviços pela Companhia. Em relação as empresas adquiridas, essas possuem ações tributárias, as quais estão sendo avaliadas por assessores jurídicos. (d) Contingências possíveis: A Companhia e suas controladas possuem outros processos judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos são consideradas como de risco possível e cujos valores pleiteados pelos reclamantes atingem o montante de R\$ 77.471 em 31/12/2020 (cível R\$ 39.415, tributário R\$ 8.977, trabalhista R\$ 29.079), (em 2019 R\$ 76.280). Tais ações, se reclassificadas como perdas prováveis, terão seus valores reais mensurados de maneira técnica o que pode resultar em relevante redução do valor envolvido. (e) Processo referente a mercadoria apreendida (alho) Em 2004 a Companhia, mediante ordem judicial executada com uso de força policial, foi obrigada a entregar mercadorias que estavam sob sua guarda, armazenadas sob Regime Aduaneiro. Não obstante, a Receita Federal instaurou processo administrativo contra a Companhia, julgando irregular o atendimento de tal ordem judicial e aplicou gravosas sanções, pecuniária e de Cassação da Autorização para operar como Recinto Alfandegado no Guarujá Terminal I (Nota 1). A legalidade da aplicação das sanções está sendo discutida em âmbito administrativo e judicial. Os consultores jurídicos da Companhia consideram ilegais tanto a imputação da irregularidade quanto a pena imposta caso a irregularidade houvesse de fato ocorrido, e avaliaram como "possível" as chances de sucesso na defesa desse processo judicial. A Companhia já obteve decisão favorável de mérito 1ª instância (sentença), nos autos da Ação Anulatória proposta em face da União, em trâmite em São Paulo/SP, anulando a pena aplicada (cassação). Em fevereiro de 2014, em uma das duas autuações fiscais, houve decisão favorável de 2ª instância administrativa (CARF) para excluir a responsabilidade tributária da Companhia. Em agosto de 2015, houve decisão favorável de 2ª instância no mandado de segurança interposto pela Localfrío em face de ato do Subsecretário da Aduana - Receita Federal, em trâmite em Brasília/DF, declarando a nulidade da decisão que julgou o recurso hierárquico e o pedido de relevação de penalidade e determinando o encaminhamento do processo à apreciação do Secretário da RFB. As partes apresentaram recurso (Recurso especial). Aguarda-se decisão do STJ. Esse processo tem como objeto reconhecer a incompetência da autoridade (subsecretário da RFB) que julgou os recursos da Localfrío, no âmbito administrativo. Em julho de 2019, nos autos da ação anulatória, a União apresentou recurso em face da decisão favorável a Localfrío de mérito 1ª instância. Aguarda-se julgamento no TJ. No mandado de segurança interposto pela Localfrío, não houve movimentação e continua aguardando a decisão do STJ. Em novembro de 2019, houve decisão favorável de 2ª instância administrativa (CARF) para excluir a responsabilidade tributária da Companhia na outra autuação fiscal. Em 2020 não houve movimentação neste processo. (f) Incêndio: Em 14/01/2016, ocorreu um incêndio na Unidade Guarujá Terminal I, situada no Estado de São Paulo, integrante do complexo do Porto de Santos, que acometeu uma parte pequena dos contêineres armazenados em seu pátio, não comprometendo nenhuma edificação ou equipamento produtivo. O incêndio que durou aproximadamente 2 dias, se espalhou por 68 contêineres com produtos predominantemente químicos. Investigações sobre as causas do incêndio estão sendo realizadas por profissionais especializados e pelos reguladores de seguros, sendo importante destacar que, considerando a dinâmica usual do serviço prestado pela Companhia, nos casos em que há contratação denominada "house to house", não há qualquer tipo de manipulação do conteúdo do contêiner pela Companhia. A Companhia tem empenhado os melhores esforços e tomado todas as medidas necessárias a identificar a extensão dos danos, mitigar as consequências do incêndio, informar e buscar indenização a quem sofreu danos, bem como tem cooperado ativamente com os órgãos públicos envolvidos na investigação. Além

disso, a Companhia aprimorou seus procedimentos operacionais por meio da revisão do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR e Programa de Atendimento a Emergência - PAE. Para além dessas medidas de segurança, a Companhia revisitou os procedimentos operacionais, implementando várias novas rotinas de controle e segurança, como o aprimoramento do Sistema de Terminal Alfandegado - SITA, objetivando imediato acesso às informações do contêiner e dos produtos químicos nele contido. Não houve paralisação do terminal ou redução relevante de sua capacidade de armazenagem total e, considerando que a Companhia possui apólice de seguro em valor suficiente a fazer frente aos danos reclamados e estimados, os prejuízos com o evento ainda não podem ser considerados como relevantes. Do total de perdas sofridas pelos clientes, com cobertura securitária, cerca de 100% já foram ressarcidos, aos clientes. Não é demais ressaltar que todas as licenças e autorizações para a operação da atividade estão vigentes e são devidamente cumpridas (não auditado). Especificamente, no tocante ao incêndio, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e a Prefeitura Municipal de Guarujá aplicaram multas à Companhia, totalizando R\$ 10.376. No que se refere ao processo lavrado pela CETESB e, após apresentação da respectiva impugnação, houve, em 26/12/2016, decisão desfavorável de 1ª instância administrativa, mantendo-se a autuação. Em 10/01/2017, foi apresentado recurso. Em 20/04/2017, houve decisão desfavorável de 2ª instância administrativa, indeferindo o recurso da Localfrío, mantendo-se o entendimento de que inexistiu qualquer vício no procedimento que pudesse ensejar a nulidade da autuação e, no mérito, pela responsabilização objetiva da empresa. Em 31/07/2017, foi realizado acordo no valor de 353.157 UFESPs, no montante de R\$ 8.854, em 48 parcelas, registrado na rubrica de fornecedores no Balanço patrimonial. Em 30/01/2019, como evento subsequente, foi realizada a repactuação do acordo no valor de 260.157 UFESPs, no montante residual aproximado de R\$ 4.540, em 60 parcelas, finalizando em 31/12/2023. A autuação da Prefeitura também foi devidamente impugnada e, em 04/03/2016, houve decisão de 1ª instância mantendo-se a autuação. Em 11/04/2016, foi apresentado recurso, que também foi indeferido, por decisão de 2ª instância, em 02/05/2017, a Prefeitura ingressou com Execução Fiscal em face da Localfrío, pleiteando o pagamento da multa no valor de R\$ 185. Em 09/03/2018, a Localfrío, mesmo sem ser intimada, apresentou defesa (Exceção de Pré-executividade), com apresentação de bem (empilhadeira) como garantia, pendente de análise. Dentro outros aspectos da defesa, destaca-se: incompetência do órgão para lavrar a autuação e dupla penalização da Localfrío, tendo em vista que já houve a penalização da CETESB. Em 2019, o acordo com a CETESB permaneceu sendo cumprido, com o pagamento mensal das parcelas e a execução fiscal que a Prefeitura ingressou em face da Localfrío não teve movimentação, ou seja, continuam aguardando a análise da defesa (Exceção de Pré-executividade) da Localfrío. Em 2020, estamos mantendo os pagamentos do acordo efetuado em 2019. (g) Composição dos Depósitos Judiciais: Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes ativos de depósitos judiciais:

	Controladora	Consolidado
2020	23.178	14.249
2019	1.935	1.488
<b>2020</b>	<b>25.113</b>	<b>15.737</b>
<b>2019</b>	<b>1.935</b>	<b>1.488</b>

Depósitos judiciais

	Controladora	Consolidado
2020	23.178	14.249
2019	1.935	1.488
<b>2020</b>	<b>25.113</b>	<b>15.737</b>
<b>2019</b>	<b>1.935</b>	<b>1.488</b>

Bloqueio e desbloqueio judicial (a)

	Controladora	Consolidado
2020	1.320	1.327
2019	26.433	15.737
<b>2020</b>	<b>1.320</b>	<b>1.327</b>
<b>2019</b>	<b>26.433</b>	<b>15.737</b>

(a) Os bloqueios judiciais foram efetuados no decorrer do ano de 2020 pelas instituições financeiras Itaú R\$ 376, Bradesco R\$ 65, Banco ABC R\$ 34, Banco Safra R\$ 245 referente ao processo nº 0008651-86.2020.8.26.0562 Brasil Terminal Portuário S.A, Banco Daycoval R\$ 586, referente ao processo 0023756-40.2019.8.26.0562 Anuniação Advogados. (b) Movimentação Depósito Judicial:

	Controladora	Consolidado
2020	14.580	16.543
2019	1.157	1.258
<b>2020</b>	<b>14.580</b>	<b>16.543</b>
<b>2019</b>	<b>1.157</b>	<b>1.258</b>

20.



## Negócios

### Pandemia custará US\$ 10 bi a mais do que previsto por companhias aéreas



A pandemia de covid-19 deverá custar 10 bilhões de dólares a mais às companhias aéreas do que o previsto anteriormente. A informação é da organização que representa as empresas de aviação globalmente e foi mostrado em reportagem do jornal britânico “The Guardian”.

Ao todo, a aviação deve perder aproximadamente 48 bilhões de dólares em 2021, valor superior aos 38 bilhões de dólares previstos em dezembro de 2020. O levantamento da IATA (International Air Transport Association) apontou como causas, também, a chegada mais lenta da vacina em países como França e Alemanha, além do sur-

gimento de novas variantes do vírus pelo mundo – o que causou restrições de viagens internacionais.

O alerta da IATA surgiu quando o presidente-executivo da “low-cost” Ryanair, Michael O’Leary, alertou sobre um corte que inclui até 25% menos voos na Europa. De acordo com O’Leary, além da previsão de que as viagens entre o Reino Unido e países da União Europeia se tornariam mais caras por conta do Brexit, viagens de lazer não devem voltar ao normal até 2023.

Apesar disso, a previsão da associação é de que 2,4 bilhões de pessoas viajarão de avião em 2021.

Por outro lado, as companhias aéreas norte-americanas devem ter uma perda menor que o previsto no ano passado: perdendo 5 bilhões ao invés de 11 bilhões de dólares. O motivo seria a recuperação de voos domésticos no país, o que também é visível na China. Segundo a IATA, isso mostra que as pessoas estão ansiosas para voltar a viajar.

Apesar de as companhias aéreas terem aumentado a quantidade de voos de carga, a associação internacional alega que não é suficiente para cobrir as perdas nas viagens de passageiros. Com isso, as receitas operacionais das empresas de aviação devem atingir apenas 55% dos níveis de 2019.

Uol/Biznews

### Nike e Google são as marcas mais valiosas de vestuário e mídia do mundo



O ano de 2020 foi totalmente atípico para o mundo inteiro, seja para o bem, ou para o mal. A pandemia do novo coronavírus que assolou países de todos os continentes transformou profundamente a economia, a cultura e os hábitos da sociedade. O reflexo dessa mudança radical pôde ser observado no sobe e desce de alguns setores e empresas mundialmente conhecidas. A consultoria britânica de marcas Brand Finance divulgou rankings de marcas mais valiosas do mundo em 2020, divididas por segmentos. O que se viu, na prática, foi um expressivo crescimento das companhias ligadas à tecnologia e uma queda no valor de empre-

### Puket e Imaginarium aceleram superapp da Americanas

A linha de chegada para varejistas do Brasil e do mundo é uma só, avisam especialistas no setor: a da relevância. Ganhará pontos quem conseguir ser o mais relevante possível no dia a dia dos consumidores, em compras pequenas e grandes, em buscas por produtos diários e por aqueles de ocasião.

O debate sobre para onde vai o varejo voltou a esquentar na noite desta terça-feira, quando a Americanas anunciou a compra de 70% das ações do Grupo Uni.co, dono das franquias Puket, Imaginarium, MinD e Lovebrands, com 440 lojas no Brasil.

A transação coloca a Americanas no negócio de franquias, onde a Uni.co atua há mais de 30 anos e amplia sua presença no segmento de presentes, moda e design.

Mais do que isso, amplia as ocasiões de consumo potenciais para seus clientes. “A tese é dominar o segmento de alta frequência com ticket médio baixo para avançar na cadeia de ticket médio maior com menor recorrência, especialidade da Uni.co”, diz um executivo do setor.

É uma dinâmica que vem sendo anunciada por especialistas em varejos há anos, mas que foi acelerada pela pandemia. Com os consumidores em casa, a digitalização do varejo brasileiro avançou, e a compra de alimentos, roupas, presentes e objetos de decoração, também. Ato contínuo, varejistas com os mais diferentes históricos passaram a se armar para uma guerra total, com o objetivo de criar “superaplicativos” aos moldes chineses.

Exame



sas vinculadas ao comércio, como as marcas de vestuário.

Ainda que a Nike tenha sido a marca de vestuário mais valiosa do mundo pelo 7º ano consecutivo, seu valor de marca caiu 13% em relação ao ano anterior, para 30,4 bilhões de dólares. Em função da pandemia e das medidas de isolamento social, a gigante de calçados fechou diversas lojas na América do Norte, Ásia e Europa, o que comprometeu os rendimentos em 2020. No entanto, a companhia ainda mantém uma vantagem considerável para a segunda colocada do ranking, a italiana do mercado de luxo Gucci, que possui um valor de marca de 15,6 bilhões de dólares, uma queda de 20% na comparação

com o último levantamento.

A tônica para o setor de moda foi de diminuição das vendas e do fechamento de lojas físicas. O comércio eletrônico, por sua vez, não foi capaz de reverter essa tendência de queda. O valor total das 50 marcas de vestuário mais valiosas do mundo diminuiu 8%, caindo de 301,9 bilhões de dólares, em 2020, para 276,4 bilhões de dólares em 2021. “A perturbação econômica global e generalizada causou uma queda acentuada na demanda e o fechamento de lojas induzido pelo bloqueio forçou as marcas a se digitalizar rapidamente ou enfrentariam terríveis consequências nas vendas e lucros”, analisou Richard Haigh.

Veja